

**UNIVERSIDADE DE ÉVORA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

MESTRADO EM GESTÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

CARLA CASSANDRA TORRES DE BARROS

Alfama

Análise da paisagem urbana como expressão do patrimônio

**Subunidade de estudo: Zona Ribeirinha, da Rua da Alfândega a Rua
do Jardim do Tabaco**



Orientador: Professor Doutor João Carlos Brigola

Évora, janeiro de 2010

170 197

**UNIVERSIDADE DE ÉVORA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

MESTRADO EM GESTÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

CARLA CASSANDRA TORRES DE BARROS

Alfama

Análise da paisagem urbana como expressão do património.

**Subunidade de estudo: Zona Ribeirinha, da Rua da Alfândega a Rua
do Jardim do Tabaco**

Orientador: Professor Doutor João Carlos Brigola



170 197

Évora, janeiro de 2010

À minha mãe, o grande exemplo da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus por me permitir chegar até aqui, sem sua força nada disso teria sido realizado.

Aos meus pais, Carlos e Sílvia; a minha mãe segunda, Beatriz e aos meus irmãos, Gilberto e Ricardo por todo o amor e apoio, e principalmente obrigada por entenderem que minha ausência foi necessária.

Aos meus familiares, tios, primos, madrinha e aos meus amigos pelo apoio mesmo a distância para a concretização deste sonho.

Ao Freddy, meu namorado, pelo companheirismo, amor, carinho e paciência durante este período sempre com palavras de ânimo que me incentivaram e não me deixaram desistir nos momentos de dificuldade.

À minha amiga, Carla Barreiros, com quem partilhei os momentos de angústia e de alegria ao longo deste trabalho, agradeço por sua amizade e pelas palavras de encorajamento.

Ao meu orientador Professor Doutor João Carlos Brigola pelo auxílio e estímulo, pelas críticas e sugestões durante todo o trabalho.

A todos os professores do mestrado e em especial às professoras Ana Cardoso de Matos e Antónia Fialho Conde pelos conhecimentos lecionados durante o curso.

Ao Historiador Rui Matos e ao Arquiteto Luís Ruivo do Gabinete Técnico de Alfama e ao Museu do Fado e da Guitarra Portuguesa pelos materiais e informações cedidos a esta pesquisa.

E a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho e que por algum motivo ou outro eu tenha esquecido de mencionar.

Muito obrigada!

RESUMO

Esta investigação tem como contexto o bairro de Alfama, centrando-se em uma área específica situada na zona ribeirinha com início na Rua da Alfândega e se estendendo até a Rua do Jardim do Tabaco. É uma zona com relevante potencial turístico, mas com pouco dinamismo apesar dos vários atrativos que lá existem. O trabalho tem como objetivo analisar a paisagem urbana na subunidade de estudo citada acima de forma a descobrirmos através da leitura do espaço urbano uma identidade patrimonial para desta maneira propormos a sua valorização. Para facilitar o estudo dividimos a área em cinco trechos e através da observação *in loco* esboçamos sua situação ao nível de morfologia urbana, das características espaciais, dos usos e do modo de apropriação do espaço pelas pessoas e pelas atividades, o estado de conservação do edificado, o mobiliário urbano e todas as características do seu entorno.

Para a análise da paisagem fizemos um levantamento fotográfico digital e uma avaliação visual do percurso procurando enquadrar-se na leitura da paisagem estudada pelos autores Kevin Lynch e Gordon Cullen. O estudo também passa por uma avaliação dos seus aspectos significativos, ou seja, os registros de memórias que são pontos fortes da paisagem urbana. São aspectos que identificam o local e definem a sua legibilidade. Em paralelo elaboramos uma análise SWOT que contribuiu para entendermos o complexo de desafios que se colocam ao nosso universo de estudo e justificar o contributo desta dissertação através de propostas concretas de valorização.

Palavras-chave: Alfama; Reabilitação Urbana; Paisagem Urbana; Valorização do Patrimônio Edificado e Análise SWOT.

Alfama. Analysis of the urban landscape as an expression of heritage.

Subunit of study: The waterfront from Alfândega Street to Jardim do Tabaco Street.

ABSTRACT

The context of this research is Alfama district, focusing on a specific area located on the waterfront starting at Alfândega Street and extending until Jardim do Tabaco Street. It is an area with a relevant tourism potential, however with a small dynamic despite its many attractions. The research aim to study the urban landscape in the sub-unit mentioned above in order to uncover, through an urban reading, a patrimonial identity seeking its recovery. To facilitate the research, the area was divided into five sections and, by *in loco* observation, we outlined its position into a urban morphology rank, space characteristics, uses and appropriation of space by individuals and activities, conservation condition of the building, urban furniture and all the features of its surroundings.

With regards the landscape study, was done a digital inventory and a visual evaluation of the route in quest of to fit it in the landscape studies by the authors Kevin Lynch and Gordon Cullen. The research also goes through an appraisal of its significant aspects, in other words, the memories records that are the strengths of the urban landscape. These are aspects that identify the location and define its readability. In parallel we had developed a SWOT analysis which helped to understand the complex challenges in this universe of studies and justify the contribution of this thesis with concrete recovery proposals.

Keywords: Alfama, Urban Regeneration, Urban Landscape, Enhancement of the Built Heritage and SWOT Analysis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1. Mapa central de Lisboa com os traçados das cercas Moura e Fernandina.	51
2. Planta em perspectiva de Lisboa, no século XVI.....	53
3. Plano de renovação da Baixa	55
4. Mapas de evolução urbana de Lisboa do século XVII ao século XX.....	58
5. Largo do Chafariz de Dentro	64
6. Mobiliários urbano ao longo da subunidade de estudo	70
7. Vista da Rua da Alfândega.....	72
8. Fachada da Igreja da Conceição Velha.	72
9. Elementos descaracterizantes	73
10. Acrescentos ao edifício	73
11. Fachada da Casa dos Bicos	74
12. Pormenor da fachada.....	74
13. Casa das varandas.	75
14. Praça no Campo das Cebolas.....	76
15. Mobiliário urbano.....	76
16. Estacionamentos e paragens de autocarros	76
17. Pavimentação em mau estado.....	76
18. Calçadas danificadas	76
19. Estado de conservação dos edifícios.....	77
20. Zona aberta – frente de rio.....	77
21. Edifícios de tipologia civil / pública	77
22. Edifícios de habitação e comércio.....	77
23. Garagem da Ribeira Velha. Coberta das antigas bombas de gasolina.	78
24. Palácio dos Condes de Coculim.....	79
25. Vista do Chafariz d' El-Rei	80
26. Palacete do Chafariz d' El-Rei.....	80
27. Vista do antigo Celeiro Público.....	82
28. Patrimônio Municipal em mau estado de conservação	82
29. Largo do Chafariz de Dentro	85
30. Edifícios com andares em resalto.....	85

31. Edifícios a espera de reabilitação.....	85
32. Museu do Fado – equipamento cultural	86
33. Rua do Jardim do Tabaco	88
34. Grande massa arquitetônica	89
35. Edifícios degradados.....	89
36. Ermida do Senhor Jesus da Boa Nova	89
37. Saliências e reentrâncias das fachadas	93
38. Os acidentes.	93
39. Escadinhas do Terreiro do Trigo.	93
40. O além desconhecido, infinito e misterioso	93
41. A expectativa que desperta a nossa curiosidade	93
42. A tradição dos manjericos	96
43. Celebração a Santo Antônio	96
44. Montagem das barracas típicas	96
45. Decoração para as Festas de Lisboa.....	96
46. Almoço do domingo com grelhados	96
47. Moradores jogando na rua	96
48. Elementos representativos do fado.....	97
49. Apresentação do fado	97
50. Representação dos cheiros de Alfama.....	101
51. Representação dos sons de Alfama.....	102
52. Representação das imagens de Alfama.....	103

MAPAS

Mapa 01 – Limite da subunidade de estudo.....	62
Mapa 02 – Caracterização Patrimonial	65
Mapa 03 – Estrutura Funcional	68
Mapa 04 – Localização do primeiro trecho da subunidade de estudo.....	71
Mapa 05 – Localização do segundo trecho da subunidade de estudo.....	78
Mapa 06 – Localização do terceiro trecho da subunidade de estudo.....	81
Mapa 07 – Localização do quarto trecho da subunidade de estudo	84
Mapa 08 – Localização do quinto trecho da subunidade de estudo.....	88

ÍNDICE

RESUMO.....	4
ABSTRACT.....	5
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	6
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	8
INTRODUÇÃO.....	11
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO TRABALHO.....	12
METODOLOGIA.....	13
1. INTRODUÇÃO DE CONCEITOS.....	17
1.1 ESPAÇO URBANO.....	18
1.1.1 Definição de espaço urbano.....	18
1.1.2 Evolução do espaço urbano.....	20
1.1.3 A cidade contemporânea e o espaço urbano.....	25
1.1.4 Morfologia urbana.....	27
1.1.5 Forma urbana.....	28
1.1.6 Análise da paisagem urbana.....	29
1.2 ENTENDENDO O PATRIMONIO.....	31
1.2.1 Conceito de patrimônio.....	31
1.2.2 Monumento histórico.....	32
1.2.3 Teoria da conservação e restauro. Breve histórico.....	34
1.2.4 Patrimônio Cultural Imaterial.....	40
1.3 REABILITAÇÃO URBANA.....	41
1.3.1 Reabilitação Urbana em Lisboa.....	42
1.3.2 Projetos Integrados.....	48
2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DE LISBOA E ALFAMA.....	49
2.1 A CIDADE E SUAS ORIGENS.....	50
2.2 DO SÉCULO XII AO XIV.....	50
2.3 DO SÉCULO XV AO XVII.....	52
2.4 O TERREMOTO – 1755.....	54
2.5 SÉCULO XIX.....	56
2.6 LISBOA DO ESTADO NOVO – SÉCULO XX.....	58

3. ESPAÇO URBANO DE ALFAMA.....	61
3.1 A SUBUNIDADE DE ESTUDO.....	63
3.2 MORFOLOGIA DO ESPAÇO URBANO.....	64
3.3 PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO.....	66
3.4 USOS E OCUPAÇÕES.....	69
3.5 MOBILIÁRIO URBANO.....	70
3.6 ANÁLISE DA SUBUNIDADE DE ESTUDO.....	71
3.6.1 Trecho 01- Rua da Alfândega / Rua dos Bacalhoeiros / Campo das Cebolas.....	71
3.6.2 Trecho 02- Rua do Cais de Santarém.....	78
3.6.3 Trecho 03- Largo do Terreiro do Trigo / Rua do Terreiro do Trigo.....	81
3.6.4 Trecho 04- Largo do Chafariz de Dentro.....	84
3.6.5 Trecho 05- Rua do Jardim do Tabaco.....	88
4. ANÁLISE DA PAISAGEM NA SUBUNIDADE DE ESTUDO.....	90
4.1 A PAISAGEM DA SUBUNIDADE DE ESTUDO.....	91
4.2 IDENTIDADE DO BAIRRO.....	95
4.3 LEGIBILIDADE. DO BAIRRO.....	97
CONCLUSÃO.....	104
ANÁLISE SWOT.....	110
PROPOSTAS DE VALORIZAÇÃO.....	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	116
ANEXO A – Lei de bases do Patrimônio Português.....	122
ANEXO B – Mapas das Cercas Moura e Fernandina.....	125
ANEXO C – Fichas de levantamento da subunidade de estudo.....	128
ANEXO D – Programa de Investimento Prioritário em Ações de Reabilitação Urbana.....	134

INTRODUÇÃO

Alfama é um dos bairros mais antigos e mais típicos de Lisboa. Muito peculiar, lembra uma antiga aldeia que conserva ainda os traços característicos da cidade antes da ocupação dos mouros. O terremoto de 1755 que afetou grande parte da cidade medieval de Lisboa atingiu também, ainda que com menor intensidade, o bairro de Alfama com a destruição de alguns edifícios, igrejas e palácios. O nome vem de origem árabe: *al-hamma*, e quer dizer banhos ou fontes.

Possui uma arquitetura única e o seu traçado não foi planejado, as casas foram surgindo de acordo com a necessidade e o desnível do terreno. Desordenado, labiríntico, são becos, ruas, ruelas e vielas que se articulam entre si ligados por vários lances de escadas que vencem os desníveis da encosta.

Atualmente, entende-se que a preservação do patrimônio cultural tem como objetivo a manutenção das expressões do passado histórico como forma de construção da memória coletiva contribuindo para a identidade cultural de uma sociedade, de sua história e modos de vida.

Quando se fala na preservação de um bairro, por exemplo, estamos também falando na preservação de suas características funcionais e no aumento de sua capacidade de atração, quer para as pessoas que lá vivem, quer para o exercício de atividades econômicas e sociais compatíveis e complementares com a habitação.¹

Ao longo de sua história Alfama foi um bairro de características muito especiais. Foi bairro da nobreza, mas com o desenvolvimento urbano as famílias mais ricas mudaram-se para outras zonas da cidade e Alfama passou a ser um bairro de pescadores e da classe mais pobre entrando num processo de esquecimento e de degradação sociológica e patrimonial. Bairro ligado ao fado, às marchas e aos santos populares é um dos maiores destinos turísticos onde o passado se mistura com o presente.

¹ Oliveira e Cunha, 2000, p 03 *apud* Dias, Adriana Fabre - **A Reutilização do Patrimônio Edificado Como Mecanismo de Proteção: uma proposta para os conjuntos tombados de Florianópolis**. 2005, p.18

Ao longo dos anos o bairro de Alfama vem passando por um processo de modificação significativo dentro das políticas de reabilitação urbana. Este processo surgiu como prioridade devido ao avançado estado de degradação do seu edificado e do espaço público. Atualmente a Câmara Municipal de Lisboa (CML) e a Empresa Pública de Urbanismo de Lisboa (EPUL) vêm desenvolvendo em sistema de parceria, programas específicos de reabilitação urbana com a finalidade de revitalizar o património municipal e privado, atender as necessidades sociais de realojamento, aumentar a oferta de moradia para jovens a preços competitivos e direcionar o mercado da construção para a reabilitação.

Esta investigação tem como contexto o bairro de Alfama, centrando-se em uma área específica situada na zona ribeirinha com início na Rua da Alfândega e se estendendo até a Rua do Jardim do Tabaco. É uma zona com relevante potencial turístico, mas com pouco dinamismo apesar dos seus vários atrativos, como por exemplo, a Casa dos Bicos, o Chafariz d' El-Rei, o Largo do Chafariz de Dentro, o Museu do Fado e o próprio casario.

O trabalho tem como objetivo analisar a paisagem urbana na subunidade de estudo de forma a descobrir através da leitura do espaço urbano uma identidade patrimonial para desta maneira propor a sua valorização. Perceber a cidade é olhá-la através de imagens gerais e particulares, objetivas e subjetivas. É estar abertos à surpresa, aos encontros agradáveis ou não, aos cheiros, sons e cores, é caminhar e se deparar com uma infinidade de fenômenos do espaço urbano.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO TRABALHO

Considerando a organização do trabalho, esta foi feita em capítulos que se desenvolveram a partir da necessidade de se abordar em detalhes cada temática. O trabalho foi estruturado em duas partes:

PARTE I –

Introdução - corresponde ao enquadramento do tema com a introdução e o objetivo da pesquisa, a estrutura organizacional do trabalho e a metodologia de investigação.

Capítulo 1: Introdução de conceitos – trata-se da introdução de definições importantes para o desenvolvimento do trabalho tais como conceitos de espaço urbano, paisagem urbana, patrimônio histórico e cultural, patrimônio imaterial e reabilitação urbana.

Capítulo 2: Evolução histórica de Lisboa e Alfama - apresenta uma abordagem histórica sobre a cidade de Lisboa e o bairro de Alfama.

PARTE II –

Tem como objeto de estudo deste trabalho a zona ribeirinha entre a Rua da Alfândega até a Rua do Jardim do Tabaco e foi estruturada da seguinte forma:

Capítulo 3: Espaço urbano de Alfama – é a apresentação da subunidade de estudo através da análise do seu espaço urbano ao nível de morfologia urbana, do patrimônio edificado, usos, ocupações e mobiliário urbano.

Capítulo 4: Análise da paisagem na subunidade de estudo – corresponde à análise da paisagem da subunidade de estudo fazendo uma interpretação do espaço urbano, da identidade e legibilidade do bairro.

Conclusão - neste capítulo apresentamos nossas considerações finais sobre a pesquisa e uma análise SWOT, instrumento que serviu para avaliar os pontos fortes e fracos da área e assim sugerimos algumas propostas de valorização.

Anexos - os anexos servem de complemento ao trabalho com mapas, legislação e as fichas de levantamento da subunidade de estudo.

METODOLOGIA

Definido o objetivo do trabalho foi necessário o cumprimento de algumas etapas para a sua realização. Foram duas, a primeira relativa a recolha de informações sobre os conceitos necessários para embasamento da pesquisa e a segunda diz respeito à própria análise da subunidade de estudo.

A introdução de conceitos é importante para compreender as diversas temáticas que envolvem a pesquisa. Acerca do espaço urbano reunimos definições de vários

autores, como por exemplo, Kevin Lynch, Gordon Cullen, José Manuel Ressano Garcia Lamas e outros que em seus trabalhos fazem uma reflexão sobre o tema.

Outra temática relevante é sobre o patrimônio histórico, destacando aqui o texto fundamental da autora Françoise Choay, intitulado *A Alegoria do Patrimônio* onde define patrimônio histórico como “um fundo destinado ao uso-fruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam a sua pertença comum ao passado (...)”²

Como o sentido de patrimônio está ligado ao de monumento histórico é importante refletirmos acerca deste tema desde o seu primeiro sentido como instrumento de memória passando pela experiência estética até o século XIX quando passa a ser mais abrangente levando em consideração a integração com seu entorno.

Partindo desses conceitos lançamos um breve histórico sobre a teoria do restauro para que possamos entender a evolução do significado de patrimônio e sua importância. É importante também a definição de patrimônio cultural imaterial. Com a intensificação das práticas patrimoniais o conceito de patrimônio histórico adquire novas dimensões e conotações atinge novas categorias de edifícios e conjuntos urbanos e engloba as tradições, os costumes e as culturas locais.

Assim, o conceito de patrimônio histórico passa a integrar o conceito de patrimônio cultural, dividido em material voltado para os testemunhos físicos do passado e o imaterial voltado para as expressões culturais e as tradições. Por último tratamos da temática da reabilitação urbana fundamental para entendermos o processo de gestão e a política de maneira geral e termos conhecimento dos projetos e incentivos fiscais aplicados em caso específico de Portugal, nomeadamente no bairro de Alfama.

A seguir pesquisamos sobre a evolução histórica de Lisboa e o bairro de Alfama para melhor compreendermos a sua forma atual. Segundo Maria da Luz Valente Pereira a evolução histórica é “fundamental para a compreensão da morfologia urbana, para a interpretação do ritmo e do modo do seu desenvolvimento.”³

² Choay, Françoise – *A alegoria do patrimônio*. 2000, p.11

³ Pereira, Maria da Luz Valente – *A leitura da imagem de uma área urbana como preparação para o planeamento / acção da sua reabilitação*. 1994, p.17

Para este estudo recorreremos a vários autores como Maria Calado e Vitor Matias Ferreira, Maria José Paixão, Augusto Vieira da Silva, Júlio de Castilho e outros. Ainda utilizamos informações obtidas através da Associação do Patrimônio e da População de Alfama (APPA), do historiador Rui Matos e do arquiteto Luís Ruivo do Gabinete Técnico de Alfama e Colina do Castelo bem como mapas e iconografias.

Com a finalidade de melhor percebermos a subunidade de estudo utilizamos a observação *in loco*. A leitura foi feita de forma a esboçar a situação presente na área, foram então observados: a morfologia urbana, as características espaciais, os usos e o modo de apropriação do espaço pelas pessoas e pelas atividades, o estado de conservação do edificado, o mobiliário urbano e todas as características do entorno. Este contato direto com o objeto de estudo foi importante, pois existem características que são apenas percebidas desta forma, como por exemplo, as relações entre os habitantes da área. Estas características segundo Maria da Luz Valente Pereira, definem como “lugar de vida urbana, diferente de qualquer outro e diferenciado nas suas partes, com a sua forma e história próprias, com a diversidade das atividades e das interações sociais que lhe dão vida.”⁴

Ao tratarmos do edificado analisamos as fachadas como parte integrante do espaço urbano e observamos suas características relativas à sua época, tipologia, patrimônio e seu estado de conservação identificando, assim, seus problemas e potencialidades para sua reabilitação. Os inventários das entidades patrimoniais, como o Instituto de Gestão do Patrimônio Arquitetônico e Arqueológico (IGESPAR), Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) e o Inventário Municipal do Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDM) serviram de instrumento para identificarmos o patrimônio edificado protegido na área. Para o mapeamento utilizamos a base cartográfica fornecida pelo Gabinete Técnico de Alfama onde identificamos a localização da subunidade de estudo e situamos os imóveis inventariados e as atividades do bairro (comércio, serviço, etc.). Para o cumprimento desta etapa digitalizamos os mapas, o que resultou na perda da sua escala, pois depois de passar por este processo as plantas sofrem distorções, assim a escala utilizada é a escala gráfica.

⁴ Pereira, Maria da Luz Valente – A leitura da Imagem de uma área urbana como preparação para o planeamento / acção da sua reabilitação. 1994, p. 8

De acordo com Maria da Luz Valente Pereira através da leitura da imagem procura-se obter

um retrato global, interpretativo e crítico da área que permita identificar as idéias de cidade que expressa, os problemas que a afetam e as potencialidades que oferece e delinear objetivos, políticas, estratégias e hipóteses de intervenção para reabilitar e orientar a sua transformação.⁵

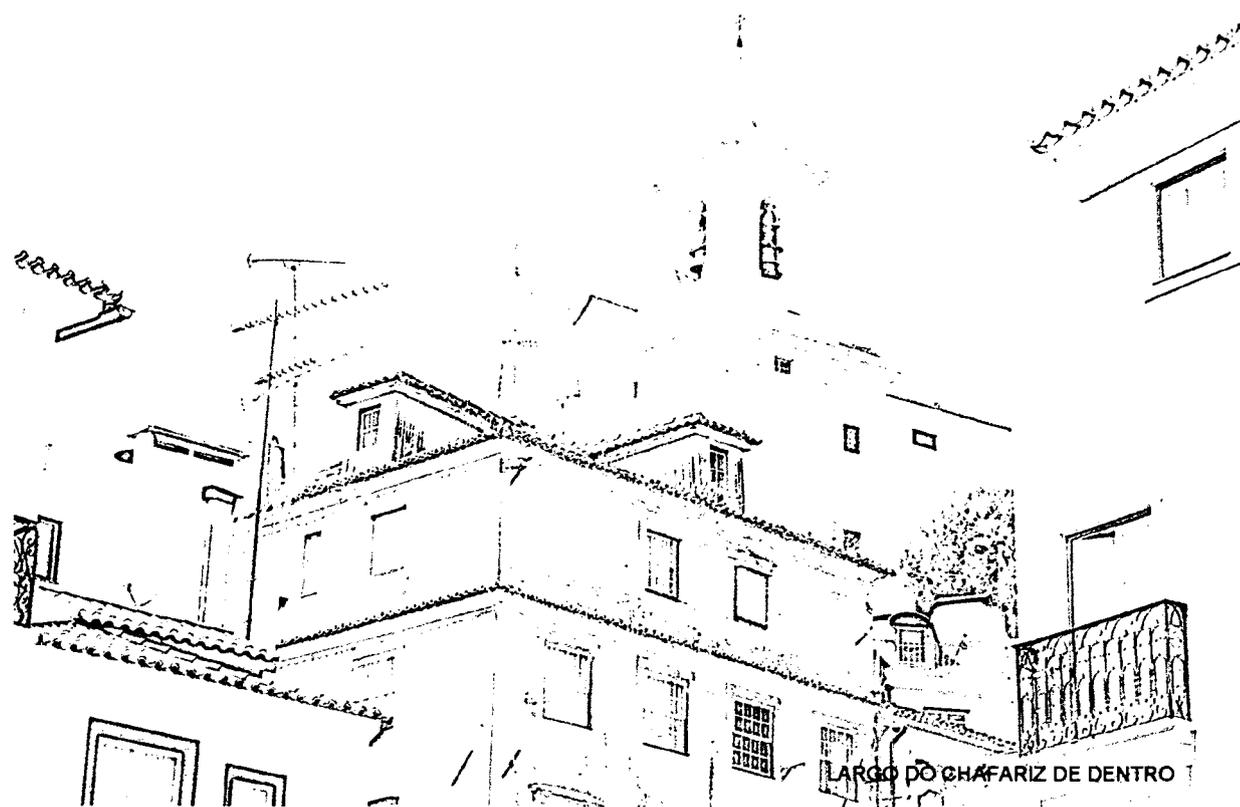
É através da imagem da cidade que percebemos como se deu o processo de formação e transformação urbanas, espaciais e do modo de vida para com isto compreendermos o que representa a qualidade urbana e identificarmos onde é preciso intervir com a finalidade de resolver problemas e buscar soluções e ações de transformação. Considerando como foco desta pesquisa a paisagem urbana, tomamos como referencial teórico os estudos de Kevin Lynch e Gordon Cullen. Segundo Lynch, “a imagem é formada pelo conjunto de sensações experimentadas ao observar e viver em determinado ambiente”.⁶ Já Cullen defende a idéia da visão serial como um instrumento para a leitura urbana visando identificar os campos visuais que ocorrem ao longo de um percurso e os efeitos visuais mais expressivos e as informações sobre sua configuração física. “A paisagem urbana surge na maioria das vezes como uma sucessão de surpresas e revelações súbitas.”⁷ Para a análise da paisagem fizemos um levantamento fotográfico digital e uma avaliação visual do percurso procurando enquadrar-se na leitura da paisagem de Lynch e Cullen. O estudo também passa por uma avaliação dos seus aspectos significativos, ou seja, os registros de memórias que são pontos fortes da paisagem urbana. São aspectos que identificam o local e definem a sua legibilidade. Com base de todo este material refletimos acerca do processo de reabilitação do bairro de Alfama e desenvolvemos uma análise SWOT para a área de estudo com a finalidade de avaliar as suas potencialidades e seus pontos fracos e assim lançarmos algumas sugestões para valorização da área. Sugerimos algumas propostas de melhoramento ao nível urbano e para o edificado e também uma proposta mais específica que é a criação de um Centro Interpretativo de Alfama como forma de valorizar e salvaguardar a memória e o património do bairro.

⁵ Pereira, Maria da Luz Valente – *A leitura da Imagem de uma área urbana como preparação para o planeamento / acção da sua reabilitação*. 1994, p. 5

⁶ Lynch, Kevin – *A Imagem da cidade*. 2008, p.10

⁷ Cullen, Gordon – *Paisagem urbana*. 2008, p.11

1. INTRODUÇÃO DE CONCEITOS



1.1 ESPAÇO URBANO

1.1.1 Definição de espaço urbano

Espaço do latim *spatium* significa a distância entre dois pontos, ou área ou volume entre limites determinados.

Para a arquitetura representa a relação entre forma/conteúdo, ou seja, morfologia/significado.

Em reflexão acerca do espaço urbano podemos citar algumas definições:

Kevin Lynch, no seu livro *A imagem da Cidade* define o espaço urbano de forma indireta através da imagem urbana: "(...) as formas físicas são passíveis de uma classificação conveniente em cinco tipos de elementos: vias, limites, bairros, cruzamentos e elementos marcantes." ⁸ Assim, defende que uma vez conhecidos e avaliados todos os elementos segundo suas próprias características, é possível operar de um modo significativo sobre a cidade. Ao analisar a forma urbana Lamas define-a

(...) como: aspecto da realidade, ou modo como se organizam os elementos morfológicos que constituem e definem o espaço urbano, relativamente à materialização dos aspectos de organização funcional e quantitativa e dos aspectos qualitativos e figurativos.⁹

Lamas ainda considera como elementos morfológicos o solo ou pavimento, os edifícios, o lote, o quarteirão, a fachada, o logradouro, o traçado, a rua, a praça, o monumento, a árvore e a vegetação e o mobiliário urbano.

1. Solo – É um elemento de grande importância no espaço urbano. É a parte do território onde se desenha ou constrói a cidade. A este elemento temos associado: o pavimento, degraus, passeios. Solo público: conflito entre veículos e pedestres.
2. Edifícios – É através dos edifícios que se constitui o espaço urbano e se organizam os vários espaços identificáveis e com forma própria. A tipologia edificada determina a forma urbana.

⁸ Lynch, Kevin – *A Imagem da cidade*. 2008, p.51

⁹ Lamas, José Manuel Ressano Garcia – *Morfologia urbana e desenho da cidade*. 1992, p.44

3. Lote – É a parcela fundiária. O edifício não pode ser desligado do lote que ocupa. É a relação entre o edifício e o terreno. A forma do lote é condicionante da forma do edifício e conseqüentemente da forma da cidade.
4. Quarteirão – A definição de quarteirão tanto pode basear-se na sua forma construída como no processo de traçado e divisão fundiária. É o conjunto de edifícios agrupados entre si em anel. É a área delimitada por vias. Como também é o modo de agrupar edifícios no espaço delimitado pelo cruzamento de traçados.
5. Fachada – É onde se processa a relação do edifício com o espaço urbano. São as fachadas que vão exprimir as características distributivas (programas, funções, organização), o tipo edificado, as características e linguagem arquitetônica (estilo).
6. Logradouro – É o espaço privado do lote não ocupado por construção. Não constitui um elemento morfológico autônomo. Não é utilizado pela habitação nem contribui para a forma dos espaços públicos.
7. Traçado/ Rua – É o elemento que regula a disposição dos edifícios e quarteirões. Elemento articulador dos vários espaços e partes da cidade.
8. Praça – São resultados de alargamentos e confluência de traçados de vias. A praça pressupõe a vontade e o desenho de uma forma e de um programa.
9. Monumento – É um fato urbano singular. Elemento morfológico individualizado pela sua presença, configuração e posicionamento na cidade. É um pólo estruturante da cidade.
10. Árvore e a vegetação – São elementos identificáveis na estrutura urbana. São elementos de composição e do desenho urbano, servem para organizar, definir e conter espaços.
11. Mobiliário urbano – Constituído por elementos móveis que equipam a cidade (banco, chafariz, lixeira, quiosque, sinalização). Situa-se na escala da rua. É importante para o desenho da cidade e a sua organização, para a qualidade do espaço e comodidade.

Manuel Costa Lobo em *Normas Urbanísticas* define como espaços urbanos aqueles que "(...) se caracterizam pelo elevado nível de infra-estrutura, densidade populacional ou concentração humana em atividades diversificadas." ¹⁰ Ainda segundo Lobo o espaço divide-se em

ordens funcionais de uso: residencial, comércio, serviços, indústria, turismo, centros históricos, áreas centrais, pelos usos especiais (instalações militares), equipamentos coletivos, espaços urbanos de lazer (jardins, alamedas e parques). ¹¹.

Esta é uma consideração mais operacional do espaço urbano já que se refere à infra-estrutura e define o uso do espaço. Para Norberg-Schulz, o espaço urbano se distingue entre espaço interior e espaço exterior. "Assim, considera que o espaço é organizado em Centros ou Lugares – fatores de proximidade- Direções ou Caminhos – fatores de continuidade – e Áreas ou Regiões – fatores de configuração." ¹²

Segundo Gordon Cullen, o espaço urbano define-se através da percepção de seus habitantes estabelecendo um diálogo entre o espaço urbano e os elementos que caracterizam a sua vida. ¹³

Entre os vários conceitos de espaço urbano aqui definidos adotamos como referência para a análise do espaço em Alfama, nomeadamente na subunidade de estudo, alguns elementos morfológicos em específico como a rua, o edifício, a fachada, o monumento e o mobiliário urbano.

1.1.2 Evolução do espaço urbano

Ao longo da história, o espaço urbano desempenhou um importante papel na qualidade e estruturação das cidades. Existem várias teorias e propostas de inovação acerca do assunto. Nas cidades antigas, gregas e romanas ou nas cidades renascentistas e barrocas já havia uma preocupação com o planejamento e o embelezamento do espaço.

¹⁰ Lobo, Manuel Costa – *Normas urbanísticas. Princípios e conceitos fundamentais*. vol I 1995, p. 33

¹¹ *Idem*. *Normas urbanísticas. Princípios e conceitos fundamentais*. vol I 1995, p. 33

¹² Norberg-Schulz, 1975, p.20 *apud* Heitor, Teresa V. *Conceitos e técnicas de análise visual. Texto de apoio*. s/d

¹³ Cullen, Gordon – *Paisagem urbana*. 2008, p. 09-10

Podemos destacar na história do urbanismo alguns planos urbanísticos aplicados às cidades:

1. Roma, no pontificado de Sixto V;
2. Londres, após o incêndio de 1666;
3. Lisboa, destruída pelo terremoto de 1755;
4. Paris, com a abertura das avenidas desenhadas por Haussmann.

Na antiguidade clássica, na urbanística grega, a *agora* era o espaço inserido na *polis* que representava o centro político, cultural e comercial da cidade, constitui um espaço de expressão de urbanidade. Um espaço onde se exercia a cidadania, onde ocorriam as discussões políticas e os tribunais populares. Era considerada um símbolo da democracia direta. Nas antigas cidades romanas, o fórum (praça) era um espaço aberto rodeado de edifícios públicos, que servia de espaço para reunião, sendo uma readaptação da *ágora* grega. Era também um local de mercado, de realização de cerimônias religiosas e dos atos cívicos da cidade.

As antigas cidades medievais desenvolveram-se através da apropriação da terra pública e da forma desordenada das ruas na sua maioria estreitas e insalubres. O crescimento demográfico proporcionado pelo desenvolvimento do comércio fez com que houvesse uma maior concentração da população junto das muralhas, surgem assim os burgos de fora ou arrabaldes e posteriormente seriam cercados por muros defensivos. “A muralha delimita a cidade e caracteriza a sua imagem e forma.”¹⁴

A urbe era organizada em volta da praça onde geralmente se situava a igreja mais importante, o mercado e outros edifícios públicos. Esta situação se repete até a emergência do urbanismo sanitário no século XIX, através das intervenções em Paris de Haussmann e em Barcelona de Ildelfons Cerdá, que valorizam o desenho das áreas públicas, nomeadamente as grandes avenidas, na paisagem urbana.

¹⁴ Lamas, José Manuel Ressano Garcia – **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 2004, p.152

O espaço urbano renascentista consiste em algumas alterações no interior das antigas cidades modificando muito pouco sua estrutura geral.

a expansão demográfica e a colonização do continente europeu estão exauridas depois da metade do século XIV, não há necessidade de fundar novas cidades ou aumentar em larga escala as já existentes. Os governos renascentistas não tem estabilidade política e os meios financeiros suficientes para realizar programas longos e comprometidos. Na prática, os príncipes da renascença e seus arquitetos intervêm no organismo de uma cidade medieval já formada, e a modificam parcialmente, completando os programas inacabados no século XIV, ou introduzindo novos programas mais ou menos ambiciosos que quase sempre se mostram desproporcionados e irrealizáveis.¹⁵

A abertura de algumas ruas novas, com edifícios imponentes e uniformes, a criação de novas praças, estatuária e chafarizes monumentais são os empreendimentos urbanos mais apoiados, que somente no período barroco irá ter uma continuidade em escala maior.

Com o surgimento das grandes cidades a estrutura urbana medieval altera-se profundamente. A cidade medieval com suas pequenas distâncias, suas perspectivas fechadas deu lugar ao mundo largo da cidade barroca, com sua ampla avenida de fachada uniforme, seus veículos de rodas e o desejo de ganhar espaço. Os novos urbanistas deitam abaixo as muralhas penetrando nos becos tortuosos e constroem as ruas retas onde é presente a repetição de elementos uniformes. "A avenida é o símbolo mais importante e o fato capital no que diz respeito à cidade barroca."¹⁶

O mercado passa agora a se estender ao longo das linhas de tráfego nas grandes avenidas, deixando assim de promover os pontos locais de concentração de vizinhança onde as pessoas podiam encontrar-se. Com a Revolução Industrial, no século XIX, os problemas urbanos começaram a se acentuar, ocasionando o crescimento demográfico das cidades gerado pelo desenvolvimento da indústria têxtil e o deslocamento da população rural para bairros construídos nas proximidades das fábricas. Constata-se na organização do espaço urbano das cidades a substituição de morfologias existentes desde a Idade Média. As cidades inflaram, inicia-se um processo de especulação do solo e seu parcelamento para as instalações fabris, o surgimento do comércio e de novas habitações.

¹⁵ Benévolo, Leonardo – *História da cidade*. 1983, p.425

¹⁶ Mumford, Lewis – *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. 1998, p. 399

Não havia preocupação com infra-estrutura, esgoto e água potável, tornando as cidades focos de epidemias. O quadro urbano era desumano. “A violenta apropriação do espaço levada a cabo pela indústria constituiu uma verdadeira catástrofe para a estrutura urbana.”¹⁷ Surgem os bairros operários, construído para abrigar a mão-de-obra das fábricas, eram bairros de grande densidade e condições de vida ínfimas.

De acordo com Benévolo “o rápido crescimento das cidades industriais produz uma transformação do núcleo anterior e a formação em volta deste núcleo de uma nova faixa construída denominada de periferia.”¹⁸ Este núcleo formado na Idade Média ou na Idade Moderna contém os principais monumentos (igrejas, palácios) que ainda dominam a paisagem urbana. Mas não pode ser o centro de um aglomerado humano, as ruas não têm capacidade para conter o trânsito crescente, as casas são muito pequenas e compactas para albergar uma população densa.

Desta forma, as classes mais abastadas abandonam o centro e se estabelecem na periferia. Agora, nesta periferia não mais existe a homogeneidade social e arquitetônica dos antigos centros urbanos. São muitas casas agrupadas em um ambiente pequeno, não há as atividades ao ar livre, as ruas possuem esgotos a céu aberto e o mesmo espaço é disputado pelas pessoas, veículos, animais e crianças.

A cidade pós-liberal procura destruir a antiga cidade interpretando as ruas antigas como ruas-corredor e permite que os edifícios sejam demolidos e reconstruídos, possibilitando reorganizar as grandes cidades da Europa, fundar as cidades coloniais e influenciar na organização das atuais cidades. Estabelece-se um novo modelo de cidade onde prevalece o interesse dos empresários e proprietários. Cria-se um espaço necessário para fazer funcionar as com um conjunto de rede de percursos: ruas, praças, estradas de ferro, etc. E de rede de instalações, como aqueduto, esgoto, gás, eletricidade, telefone, etc.

Nos núcleos centrais predomina o comércio, as edificações são dispostas sobre o alinhamento da rua, formando a rua-corredor, onde as lojas funcionam no andar térreo e as residências e escritórios nos andares superiores. Alguns defeitos da cidade pós-liberal como a alta densidade no centro e a falta de moradia barata são amenizados por alguns corretivos como os parques públicos e as casas populares, mas

¹⁷ Goitia, Fernando Chueca – **Breve história do urbanismo**. 1982, p.160

¹⁸ Benévolo, Leonardo – **História da cidade**. 1983, p.565

isto é insuficiente diante dos congestionamentos e da crise das moradias, gerando um desequilíbrio da cidade. Paris surge como um símbolo da gestão pós-liberal e torna-se um modelo de cidade do século XIX. Haussmann procura enobrecer o ambiente urbano, buscando a regularidade, o monumento como pano de fundo para a rua, a uniformidade das fachadas e nas praças. Segundo Leonardo Benévolo em sua obra *História das Cidades* o ambiente urbano se apresentava desta forma:

os ambientes privados e os públicos – até agora sempre ligados na cidade burguesa se tornam contrapostos: de um lado as casas, os laboratórios, os estúdios, os escritórios, o mais isolado possível. Do outro há a calçada, a via pública, onde cada um se mistura e não mais é reconhecido¹⁹

A nova cidade, por mais feia e desagradável é tida como um modelo, os novos problemas que surgem serão os desafios a enfrentar num futuro próximo. A arquitetura moderna vem propor um novo modelo de cidade e tem início quando alguns artistas e técnicos são convidados a colaborar com a gestão da cidade pós-liberal e propor um novo método de trabalho. As cidades crescem com grande velocidade e isto leva ao enfraquecimento das formas de gestão tradicionais e fazem surgir das camadas inferiores também um desejo de renovação do ambiente construído.

Na cidade pós-liberal as principais funções são a produtiva – comércio e circulação- na cidade moderna a residência torna-se o elemento mais importante. Le Corbusier classifica em quatro as funções da cidade: “habitar, trabalhar, cultivar o corpo e o espírito e circular.”²⁰ As funções recreativas são reavaliadas e necessitam de espaços apropriados (zonas verdes e parques). “Estes espaços verdes devem formar um espaço único, onde todos os outros elementos resultem livremente distribuídos: a cidade se torna um parque aparelhado para várias funções da vida urbana.”²¹

A rua-corredor, citada na cidade pós-liberal, é substituída pelo sistema de percursos separados para pedestres, bicicletas e veículos. Como a função do “habitar” é considerada a principal, a casa é o ponto inicial para reorganizar a cidade, excluindo o modelo exercido pela burguesia. A arquitetura reconstitui a cidade de acordo com as

¹⁹ Benévolo, Leonardo – *História da cidade*. 1983: p.598

²⁰ *Idem*. *História da cidade*. 1983, p. 630

²¹ *Idem*. *História da cidade*. 1983, p.631

exigências dos habitantes. As moradias e serviços, como as escolas, hospitais, lojas e outros formam o bairro que se torna a estrutura principal da cidade moderna.

1.1.3 A cidade contemporânea e o espaço urbano

Metrópole do grego *metropolis* significa áreas urbanas formada por cidades ligadas entre si fisicamente ou através de fluxos de pessoas ou serviços. São cidades que assumem uma posição importante relativamente a questões econômicas, políticas e culturais. Atualmente sua definição é utilizada para designar as principais aglomerações urbanas de um país que contém algumas centenas de milhares de habitantes, que são multifuncionais e que se relacionem economicamente com outras cidades estrangeiras.

Segundo Ascher se junta às metrópoles um fenômeno denominado *metropolização*, “não somente o crescimento e a multiplicação das grandes aglomerações, mas também a progressiva concentração das populações, das atividades e das riquezas no seu interior.”²² As cidades sempre foram pólos de concentração das riquezas e as metrópoles não são diferentes disto. É nas metrópoles que encontramos a maior parte dos capitais, dos valores imobiliários e níveis mais elevados do Produto Interno Bruto (PIB).

É bastante complexo definir os espaços produzidos pelas dinâmicas urbanas contemporânea, não são apenas aglomerações ou áreas metropolitanas, mas também modos de vida e modos de produção. Ainda de acordo com Ascher encontramos uma nova denominação para a forma genérica dos espaços engendrados pela metropolização, é a “metápole”. A metápole ultrapassa e engloba a polis. Ascher a defini da seguinte forma:

uma metápole é o conjunto de espaços em que a totalidade ou parte dos habitantes, das atividades econômicas, ou dos territórios, está integrada no funcionamento quotidiano (ordinário) de uma metrópole. Uma metápole constitui geralmente uma única bacia de emprego, de residência e de atividades, e os espaços que a compõem são profundamente heterogêneos e não necessariamente contíguos. Uma metápole compreende, pelo menos, algumas centenas de milha de habitantes²³

²² Ascher, François – *Metapolls - Acerca do futuro da cidade*. 1998 p. 4

²³ *Idem*. *Metapolls - Acerca do futuro da cidade*. 1998, p. 16



Segundo Matos encontram-se na metrópole contemporânea três tendências no que diz respeito a intervenções no espaço urbano.

1. Uma forte aposta na reabilitação de espaços públicos antigos, na tentativa de transformá-los em espaços para o uso dos habitantes locais e de promovê-los como espaços representativos da cidade para o exterior;
2. A recriação de espaços exteriores das cidades históricas, às vezes relacionados com a imagem da cidade outras sendo meras reproduções;
3. A criação de novos tipos de espaços urbanos (auto-estradas, estações de serviço, parques de estacionamento, aeroportos, centros comerciais, espaços culturais, parque temáticos, etc.). Todos construídos da mesma forma em qualquer lugar do mundo trazem novas noções de tempo, espaço e do indivíduo características da sociedade global.²⁴

Nesta época de avanços tecnológicos (automóveis, televisão, internet) a velocidade dos meios de transportes e comunicação alteram os espaços que habitamos e vão determinar novas formas espaciais. Surgem assim espaços associados à sociedade global. “Os nossos peculiares rituais de interação social acomodaram-se numa série de lugares públicos privatizados únicos do nosso tempo, incluindo o ‘atrium’, os parques temáticos, os centros comerciais, e aqueles ‘festival marketplaces’ (...)”²⁵

Os centros comerciais são espaços representativos desta nova época e surgem como elemento de segregação social, onde o indivíduo não interage com o outro. Dentro desta mesma visão nasce nos Estados Unidos da América os marketplace, que são áreas comerciais privadas muitas vezes resultantes da reabilitação de edifícios ou de novos edifícios plurifuncionais. Ascher caracteriza estes novos espaços ligados a globalização como “espaços públicos metropolitanos” e lamenta o fato de pouco se investir na concepção destes espaços, uma vez que a população passa cada vez mais tempo dentro deles. “(...) os projetistas e os construtores urbanos deverão prestar mais atenção a todos estes espaços da metápole, porque são estes lugares que é preciso adaptar e qualificar (...)”²⁶

²⁴ Matos, Maria João Pereira – **Espaço Público na Metrópole Contemporânea: O caso da Frente Ribeirinha de Santa Apolónia – Terreiro do Trigo**. 2002, p. 53

²⁵ Kostof, 1992 p.185, *apud* Matos, Maria João Pereira – **Espaço Público na Metrópole Contemporânea: O caso da Frente Ribeirinha de Santa Apolónia – Terreiro do Trigo**. 2002, p.54

²⁶ Ascher, François – **Metapolis - Acerca do futuro da cidade**. 1998 p.177

Entretanto podemos citar alguns aspectos positivos das transformações no espaço das cidades. De acordo com Matos,

algumas áreas comerciais representam espaço público de socialização como, por exemplo, o caso de Porto Velho de Barcelona, antigo porto reabilitado nos anos 80 onde antes existiam velhas docas e hoje funcionam bares, lanchonetes, lojas, cinemas, etc. O aumento de equipamentos que funcionam como animadores de áreas urbanas, nomeadamente os equipamentos universitários e culturais e os pólos tradicionalmente isolados, como por exemplo, os hospitais, que quando integrados na cidade geram serviços e novos espaços públicos de lazer. E por último, as múltiplas funções instaladas em aeroportos e estações que dinamizam e diversificam as suas vivências.²⁷

É necessário criar espaços que estimulem a noção de cidadania. Os espaços públicos na cidade contemporânea devem atuar como elementos estruturantes de uma consciência coletiva de cidadania e urbanidade.

1.1.4 Morfologia urbana

Muitas vezes em arquitetura o termo morfologia e forma são utilizados com o mesmo significado. A morfologia estuda o objeto (edifícios, praças, ruas, cheios e vazios)- que é a forma urbana, nos seus aspectos externos e as suas relações, definindo a paisagem urbana e a sua estrutura. Para Gosling a morfologia urbana é “a expressão formal dos tipos de construção tomados individualmente ou em conjunto, definindo unidades conceptuais ou compositivas. Engloba o estudo da forma construída do ponto de vista da sua produção em relação à estrutura urbana.”²⁸ De acordo com Lamas a morfologia urbana pode ser definida como:

1. Estuda a forma do meio urbano nas suas partes físicas exteriores, ou elementos morfológicos, e na sua produção e transformação no tempo;
2. Ocupa-se da divisão do meio urbano em partes (elementos morfológico) e da articulação destes entre si com o conjunto que definem – os lugares que constituem o espaço urbano;
3. Toma em consideração os níveis ou momentos de produção do espaço urbano. Níveis esses, que possuem sua lógica própria, articulada em estratégias político-sociais;
4. Identifica os níveis de produção da forma urbana e as suas inter-relações.²⁹

²⁷ Matos, Maria João Pereira – **Espaço Público na Metrópole Contemporânea: O caso da Frente Ribeirinha de Santa Apolónia – Terreiro do Trigo**. 2002, p. 57

²⁸ Gosling, *s/d*, *apud* Guilherme, Pedro Miguel Hernandez Salvador – **Qualidade no Espaço Urbano**. 1996, p.74

²⁹ Lamas, José Manuel Ressano Garcia – **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 2004, p.38-39

O meio urbano possui várias leituras e requer uma estruturação entre a metodologia utilizada para observação e as relações entre o espaço e o observador. Baseado na relação de metodologias e análises obtém-se os fenômenos implicados na concepção e produção do espaço. A sistematização das formas de crescimento de acordo com as várias fases de formação e evolução da ocupação proporciona um correto equacionamento das tendências de transformação, possibilitando saber as características de cada tipo de ocupação.

1.1.5 Forma urbana

Num sentido geral a forma de um objeto está ligada com a sua configuração exterior. Conhecemos os objetos e a sua forma. Para a morfologia urbana interessa a leitura urbanística e arquiteturas da cidade. Então, a forma urbana corresponde a um “conjunto arquitetônicos ligados entre si por relações espaciais.”³⁰ A arquitetura é o principal instrumento de interpretação da estrutura espacial da cidade. Como se referia Rossi:

a forma da cidade corresponde à maneira como se organiza e articula a sua arquitetura. Entendendo por ‘arquitetura da cidade’ dois aspectos: ‘Uma manufatura ou obra de engenharia e de arquitetura maior ou menor, mais ou menos complexa, que cresce no tempo, e igualmente os fatos urbanos caracterizados por uma arquitetura própria e por uma forma própria’. Este é também o ponto de vista mais correto para afrontar o problema da forma urbana, porque é através da arquitetura da cidade que melhor se pode definir e caracterizar o espaço urbano³¹

A forma urbana é constituída de alguns aspectos, são estes:

1. **Aspectos quantitativos** – correspondem aos aspectos da realidade urbana e são utilizados para controlar aspectos físicos da cidade (densidades, superfícies, fluxos, coeficientes volumétricos, dimensões, perfis, etc.);

2. **Aspectos de organização funcional** – correspondem as atividades humanas (habitar, trabalhar, estudar, lazer, de comércio e de circulação) e também com o uso de

³⁰ Lamas, José Manuel Ressano Garcia – *Morfologia urbana e desenho da cidade*. 2004 p.41

³¹ Rossi, s/d, *apud*. Lamas, José Manuel Ressano Garcia – *Morfologia urbana e desenho da cidade*. 2004, p.41

um espaço ou edifício (residencial, comercial, escolar, industrial), ou seja, ao tipo de uso de solo;

3. **Aspectos qualitativos** - correspondem ao tratamento dos espaços, conforto e comodidade do usuário. No edifício o isolamento termo-acústico, no meio urbano: manutenção, adaptação ao clima, acessibilidade. Também podem ser quantificáveis através de parâmetros medidores.

4. **Aspectos figurativos** – relacionam-se essencialmente com a comunicação estética.

1.1.6 Análise da paisagem urbana

A paisagem urbana transforma constantemente sua forma e função por serem lugares onde se realizam cotidianamente as relações entre o homem e o ambiente. Kevin Lynch desenvolveu um estudo sobre os elementos constituintes da cidade, onde a mesma é vista de forma seqüencial. O seu principal objetivo com este estudo é conferir um significado à forma urbana. Lynch concentra-se na legibilidade do espaço urbano: “facilidade com a qual as partes podem ser reconhecidas e organizadas numa estrutura coerente.”³²

Compreende que a imagem é o resultado de sensações, memórias e significações. Os elementos móveis que compõem a cidade, as pessoas e suas atividades são tão importantes como as partes físicas. Uma imagem urbana pode ser analisada em três componentes: identidade, estrutura e significado. Define os seguintes elementos estruturantes da cidade:

1. Vias – São eixos, direções ou caminho onde o observador se move habitualmente, esporádica ou potencialmente.
2. Cruzamentos – São pontos de intersecção, de passagem de uma atividade para outra (estações de comboio, aeroportos).
3. Bairros – São porções da cidade de várias dimensões, distintas por alguma característica ou identidade, concebidas como zonas temáticas na estrutura da imagem.

³² Lynch, Kevin – *A Imagem da cidade*. 2008 p.10

4. Limites – são elementos lineares que constituem rupturas entre duas partes no espaço urbano ou fazem a fronteira dos bairros com seu entorno. Podem ser elementos do sítio físico (montanhas, rios, praias) ou elementos do espaço edificado (ruas, canais, auto-estradas).
5. Elementos marcantes – são normalmente elementos construídos, como edifícios e monumentos dotados de características próprias que se tomam identificáveis dentro do tecido urbano.

O âmbito essencial deste estudo realizado por Lynch não se limita na definição dos elementos estruturantes, é necessário observar como estas cinco categorias de elementos articulam entre si e entram em relação com a imaginabilidade de uma cidade formando um mapa mental através das imagens apreendidas.

Encontramos ainda outros trabalhos sobre o assunto como o de Gordon Cullen que realizou um estudo aprofundado das variações e ou modificações dos campos visuais num percurso. Em sua obra propõe a análise seqüencial do espaço urbano através do recurso denominado de visão serial. À medida que o observador se desloca, o espaço urbano se revela através de uma sucessão de pontos de vista, que remontados cognitivamente permite compreender o ambiente.

De acordo com Cullen a paisagem urbana pode ser apreendida através de três aspectos:

1. Ótico – onde o transeunte ao atravessar a cidade pode apreender a paisagem urbana através de surpresas ou revelações, o que ele designa de visão serial;
2. Local – considera as reações do transeunte perante a sua posição no espaço, despertando o sentido de localização;
3. Conteúdo – Tem a ver com a própria constituição da cidade, em termos de cor, textura, escala, estilo, sua natureza, sua personalidade e tudo o que individualiza.³³

³³ Cullen, Gordon – **Paisagem urbana**. 2008, p.11-13

1.2 ENTENDENDO O PATRIMÔNIO

1.2.1 Conceito de patrimônio

A palavra Patrimônio está freqüentemente associada à idéia de “herança paterna” ou aos “bens de família” é assim que encontramos a definição deste termo nos dicionários. Atualmente, a palavra assim como o conceito, adquiriram outros valores que estão de uma maneira geral ligados à cultura. Hoje o conceito é um pouco mais amplo o que antes se reduzia aos bens culturais de valor material efetivo passou a identificar e caracterizar um povo, uma civilização ou até a humanidade.

A noção de patrimônio teve sua origem na constituição do patrimônio religioso, com as relíquias e tesouros pertencentes às igrejas e também no patrimônio aristocrático com a sacralização de objetos como as armas. Posteriormente passa-se a um patrimônio monárquico, marcado pela criação das bibliotecas com seus manuscritos preciosos e pelos objetos que simbolizavam a monarquia.

A seguir temos um patrimônio revolucionário assinalado pelo nacionalismo através dos símbolos das suas riquezas, originalidade e beleza. O patrimônio cívico e republicano marca o momento mais importante e consagra o monumento histórico. A evolução de uma consciência patrimonial levou ao patrimônio atual, um patrimônio democrático, comunitário e universal, sendo uma expressão em escala maior e baseado em critérios científicos.

Hoje as questões relativas ao Patrimônio Cultural estão em evidência, existe uma grande preocupação com os monumentos e um interesse maior pela salvaguarda e preservação do patrimônio sendo cada vez mais considerado como um fator de cidadania. A transmissão de bens culturais é um comportamento muito antigo, mesmo inconsciente, onde cada geração deixou aos seus descendentes a experiência cultural da sua vida. “É uma reserva de energia milenar que permite compreender o tempo nas suas três dimensões: passado, presente e futuro.”³⁴

³⁴ Mourão, Teresa da Paz Sanches de Miranda – *Entre murmúrios e orações: aspectos da vida quotidiana do convento de Santa Clara –A-Velha captados através do espólio funerário, séculos XVI e XVII: proposta de exposição.* 2004, p. 12

Na Europa o conceito de Patrimônio Cultural assumiu várias denominações em países diferentes. Em Portugal, Espanha e França se designou de “Patrimônio Cultural” ou “Bens Culturais” - como podemos confirmar no texto da Lei de Bases do Patrimônio Cultural Português (Lei nº 107/2001) (Ver anexo A), na Itália é utilizada a expressão “Bens Culturais” e na Grã-Bretanha a expressão “Herança Cultural”.

De acordo com Hugues de Varine-Boham, o Patrimônio Cultural divide-se em três categorias:

1. Os elementos pertencentes à natureza, ao meio ambiente. São os recursos naturais, como, por exemplo, os rios, cachoeiras, as árvores, seus frutos, etc.
2. São os elementos não tangíveis do Patrimônio Cultural. Refere-se ao conhecimento, às técnicas, ao saber fazer. Compreende toda a capacidade de sobrevivência do homem no seu meio ambiente.
3. Os bens culturais que englobam toda a sorte de coisas, objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer.³⁵

Para Choay, Patrimônio “é um fundo destinado ao uso-fruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam a sua pertença comum ao passado (...)”³⁶ Já Leniaud define patrimônio como “um conjunto de coisas do passado que são transmitidas às gerações futuras em razão de seu interesse histórico e estético.”³⁷ Portanto, entendemos que Patrimônio Cultural é tudo que o homem criou seja ao nível material ou imaterial e que pelo seu valor possui uma grande importância e constitui a memória e a identidade de um povo.

1.2.2 Monumento histórico

O sentido de patrimônio está ligado ao sentido de monumento histórico. O termo monumento é original do latim *monumentum*, que é derivado de *monere* (advertir, recordar) o que podemos associar a memória. Ou seja, neste primeiro sentido o

³⁵ Varine-Boham, 1976 *apud* Lemos, Carlos A. C. – O que é patrimônio histórico 1982, p. 8-10

³⁶ Choay, Françoise – A alegoria do patrimônio. 2000, p.11

³⁷ Leniaud, 1992, p.01 *apud* Dias, Adriana Fabre – A Reutilização do Patrimônio Edificado Como Mecanismo de Proteção: uma proposta para os conjuntos tombados de Florianópolis. 2005, p.22

monumento é um instrumento da memória, um artefato de qualquer forma feito pelo homem ou uma comunidade de indivíduos com o objetivo de rememoração e comemoração de fatos, como ritos ou crenças. “A especificidade do monumento prende-se então, precisamente, com o seu modo de ação sobre a memória.”³⁸ Na Roma Antiga o monumento possuía dois sentidos: um como obra comemorativa de arquitetura ou escultura (arco do triunfo, pórticos, troféu, etc.) e outro como monumento funerário com a finalidade de perpetuar a recordação de uma pessoa. No entanto, a partir do século XIX essa função de memória vai sendo apagada e o monumento passa a ser visto apenas como uma experiência estética.

A expressão monumento histórico só entrou nos dicionários na segunda metade do século XIX, e é uma invenção da cultura ocidental. Surgiu sob a denominação de “antiguidade” na Itália durante o século XV e somente no século XIX que se trataria da sua preservação e restauro. Porém, voltemos no tempo. Foi no contexto da Revolução Francesa que se elaboraram o conceito de monumento histórico e os instrumentos de preservação (museus, inventários, tombamentos, reutilização de edifícios). Esta prática surge da necessidade de administrar os bens expropriados da Igreja e da Nobreza. Inicialmente pretendia-se destruir estes bens que simbolizavam o regime antigo e reconstruir uma nova sociedade, entretanto, não era possível construir uma sociedade fundamentada no “nada” era preciso preservar alguns bens que poderiam representar a identidade da nação. Assim o monumento passa a ter um valor nacional.

Até ao século XIX o patrimônio era definido como um conjunto de edifícios, objetos e documentos que continham um valor artístico e histórico. No século XX o conceito de Patrimônio Histórico adquiriu outras características e o monumento histórico passa a ser mais abrangente levando em consideração a integração com seu entorno. O entorno é entendido como uma relação fundamental com a edificação. Neste contexto o conceito de monumento histórico se estende para algumas cidades conjuntos urbanos desempenhando um papel memorial de monumento, enquanto edificações e modo de vida.

³⁸ Choay, Françoise – *A alegoria do patrimônio*. 2000, p.16

A publicação da Carta de Veneza (1964) vai consagrar o novo conceito de monumento:

(...) não só as criações arquitetônicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou do progresso, ou algum acontecimento histórico. Este conceito é aplicável, quer às grandes criações, quer às realizações mais modestas que tenham adquirido significado cultural com o passar do tempo. (...).³⁹

Só a partir daí é que podemos ver os avanços teóricos e normativos com relação à preservação do patrimônio histórico numa esfera global ampliando seu valor e sua existência histórica e cultural.

1.2.3 Teoria da conservação e restauro. Breve histórico

A preservação de objetos sempre fez parte da história, seja pelo seu valor ou por motivos funcionais, estéticos, religiosos ou políticos. É no final da Idade Média que surgem os primeiros interesses pelo passado edificado no sentido de valorizar estes contributos dentro de uma visão histórica. Mas, a atividade de restauro, tal como hoje é entendida, tem mesmo sua origem nos séculos XVIII e XIX. Até esse momento os monumentos sofreram várias ações de conservação, muitas vezes modificando seu uso, que não devem ser denominadas de restauro.

O Renascimento é marcado pelo interesse pela Antiguidade, os artistas e humanistas encontravam nas edificações e artes antigas inspiração para suas criações e reflexões. O interesse pelas obras clássicas da Grécia Antiga e Roma era para reafirmar sua identidade como herdeiros do Império Romano e consideravam como imperfeitas as obras de outros períodos. Com o Renascimento, no século XV surge o primeiro livro teórico sobre arquitetura escrito por Leon Battista Alberti, chamado *De Re Aedificatoria* (Sobre a arte de construir).

É nesta fase que as edificações clássicas são consideradas como "monumento histórico". É também nesta época que surgem os primeiros fundamentos da

³⁹ Lopes, Flavio; Correia, Miguel Brito – **Patrimônio Arquitetônico e Arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais**. 2004, p.13

salvaguarda patrimonial, os primeiros decretos papais que tinham como objetivo a proteção dos imóveis da época imperial. A curiosidade pela Antiguidade impulsionou as atividades dos *antiquários*, estes eruditos possuíam profundo interesse e dedicação aos objetos do passado, e apesar de consistir numa iniciativa privada tinha um sentido universal.

os antiquários acumulavam nos seus gabinetes não apenas medalhas e outros 'restos' do passado, como se dizia então, mas também, sob a forma de 'recolhas' e de 'pastas', verdadeiros dossiers, associando descrições e representações figuradas das antiguidades. Eles correspondiam-se e visitavam-se por toda a Europa, trocando amiúde objetos, informações e discutindo as suas descobertas e as suas hipóteses.⁴⁰

A este grupo de antiquários podemos também acrescentar os aristocratas que completavam seus estudos com o *Grand Tour* onde um dos destinos principais era a cidade de Roma. Foi desta forma que o monumento passou a adquirir uma grande importância assim como a valorização de outras antiguidades - das moedas aos utensílios domésticos - englobando também os pequenos atos do cotidiano, passando a ter um entendimento da história como um processo global. Mesmo assim não temos ainda a conservação de fato, ela continua abstrata, materializada através das construções e objetos a conservar, onde a ação se traduzia apenas na reprodução iconográfica e literária dos monumentos.

É a partir da Revolução Francesa que esta situação se modifica, foi um período desastroso marcado pelas devastações e saques contra obras de artes com o único objetivo de destruir tudo que simbolizava o poder das classes dominantes, a nobreza e o clero. É neste contexto que a noção de patrimônio toma um sentido de nacionalidade, onde os bens preservados passam a ter valor como documentos da nação além dos valores históricos e artísticos, assumindo uma condição de bens públicos.

Foi através destas atitudes de vandalismo que surgiram as primeiras providências oficiais a favor da conservação dos monumentos. O abade Henri Grégoire (1750-1831) elaborou um relatório apresentando ao Comitê de Instrução Pública na Convenção em 1793 e 1794, denunciando os atos bárbaros cometidos contra os monumentos históricos e dando ênfase a responsabilidade coletiva de sua preservação. Como consequência foi elaborado um decreto que estabelecia penas para aqueles que

⁴⁰ Choay, Françoise – *A alegoria do patrimônio*. 2000, p.58

degradassem os monumentos. Apesar dessas atitudes não terem sido suficientes para impedir a destruição de muitos bens demonstra a preocupação em reconhecer o valor histórico dos monumentos e a participação do povo numa atitude de preservação.

O século XIX é marcado pela chegada da era industrial e com ela muitas cidades foram descaracterizadas, muitos edifícios foram destruídos em nome do crescimento urbano. É a partir deste momento que surge a necessidade de proteger os edifícios e regiões do crescimento sem limite da cidade. Foi somente com a consolidação da noção de monumento através do reconhecimento do seu valor como documento histórico que surgiram as primeiras linhas de conduta sobre a conservação e restauro. De acordo com Choay, “a consagração do monumento histórico surge assim diretamente ligada à chegada da era industrial, tanto na Grã-Bretanha como em França.”⁴¹

No século XIX, na Europa, convivem duas linhas bastante antagônicas, uma dirigida por John Ruskin (1819-1900) na Inglaterra e outra em França por Eugène Viollet-le-Duc (1814-1879), sendo a última a que mais influenciou os demais países europeus. Ruskin, seguido por William Morris, defendia um anti-intervencionismo radical, baseava-se numa concepção quase sagrada do monumento histórico. Defende que “as marcas que o tempo imprimiu sobre eles fazem parte de sua essência.”⁴² e que era inadmissível restaurá-los, ou seja, não era permitido tocar nos monumentos do passado. O restauro feria a autenticidade do edifício ou objeto, o que lhes conferiam um caráter único, “para eles o destino de qualquer monumento histórico é a ruína e a degradação progressiva.”⁴³ Sua contribuição foi de ordem teórica no sentido de salvaguardar o patrimônio cultural, defendendo a conservação como um meio para se atingir a preservação.

Em França, Viollet-le-Duc domina a doutrina e a prática do restauro tendo como base uma doutrina intervencionista. Procurava recuperar a integridade de muitos monumentos medievais mesmo que fosse necessário reconstituir a partir de ruínas significativas, reconstruíam as partes faltantes exatamente como tinham sido feitas anteriormente. “Os edifícios com acréscimos sucessivos eram impiedosamente

⁴¹ Choay, Françoise – **A alegoria do patrimônio**. 2000, p.119

⁴² *idem*, **A alegoria do patrimônio**. 2000, p.130

⁴³ *idem*, **A alegoria do patrimônio**. 2000, p.131

‘purificados’, isto é, expurgados de quaisquer trabalhos posteriores à fatura original, mesmo que tivessem suas próprias qualidades artísticas bem definidas.”⁴⁴ Na década de 1880 temos na Itália duas teorias apoiadas nas de Viollet-le-Duc e Ruskin, o restauro com bases científicas defendido por Camillo Boito e outra com base na história representada por Luca Beltrami. O arquiteto Camillo Boito (1836-1914), tenta uma aliança entre a teoria de Ruskin e a necessidade do restauro. Defende a valorização do conceito de autenticidade do monumento admitindo a legitimidade do restauro ao criar uma hierarquia de intervenções, o que permitiu estabelecer os fundamentos críticos do restauro como disciplina. Para Boito é importante a consolidação das partes existentes e não sua reconstrução. Admite que as partes incorporadas em restauros anteriores não devem ser retiradas ou substituídas, mesmo possuindo estilo diferente do original, a isso se refere a autenticidade histórica do monumento. Estes princípios são largamente utilizados atualmente em intervenções de restauro. “Quando as adições são indispensáveis, por razões estéticas ou outros motivos de absoluta necessidade, devem ser realizadas sobre informações absolutamente certas e com características e materiais diferentes”⁴⁵

Ao mesmo tempo temos o restauro fundamentado na história representado por Luca Beltrami (1854-1933), que defende a intervenção de restauro realizada de forma ampla e inovadora, desde que seja baseada por uma pesquisa histórica do objeto a ser restaurado. Defende ainda a reintegração de partes faltantes para restituir a continuidade formal da obra em questão, entretanto sem nada inventar. Não enxerga no restauro histórico que a degradação contenha valores que sejam significativos. Quando um dano é tão grave a ponto de destruir o monumento é impossível recriá-lo, isso é o que o diferencia de Viollet-le-Duc.

O restauro científico tem sua continuidade através de Gustavo Giovannoni (1873-1947), na primeira metade do século XX, em Itália com sua publicação da *Carta Del Restauro* (1932), com o objetivo de uniformizar a metodologia utilizada e oferecer um guia aos arquitetos. Não era apenas um teórico, possuía uma visão mais ampla onde o restauro não pode ter como função apenas sanar problemas de ordem estética, mas

⁴⁴ Lemos, Carlos A. C. – *O que é patrimônio histórico*. 1982, p.71

⁴⁵ Elias, Isis Baldini - *Aspectos históricos da conservação e restauro de objetos de caráter cultural a partir do século XIX*. 2007

solucionar problemas mais complexos. Para isso era necessário um estudo histórico das modificações ocorridas ao monumento ao longo da sua vida, obtendo-se um equilíbrio entre a verdade histórica e os problemas estéticos. Foi um dos mais importantes intervenientes da 1ª Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos, da qual resultou a *Carta de Atenas* (1931), primeiro documento internacional sobre a conservação do património.

A Segunda Guerra Mundial destruiu muitas cidades e arrasou grande parte das construções existentes diante desta situação surgiu a necessidade de inovar com relação a conservação com os princípios da *Carta de Atenas*. Surgem, então, as teorias de restauro sobre uma ótica idealista, onde começam as primeiras formulações mais coerentes com a realidade atual representadas por Roberto Pane, Renato Bonelli, Pietro Gazzola e Cesare Brandi.

Roberto Pane foi quem iniciou os fundamentos do restauro crítico, para ele antes de se intervir era preciso realizar uma análise crítica com a finalidade de determinar se o monumento pode ou não ser considerado artístico. Só após essa análise ele pode ser recuperado, eliminando tudo que foi adicionado ao longo dos anos, libertando sua verdadeira forma. Defende que as partes faltantes devem ser preenchidas com novos elementos sem com isso ter a intenção de recuperar o espírito criador do artista.

Todas as teorias posteriores a Viollet-le-Duc e Ruskin tentaram conciliar dois pensamentos diferentes. Quem melhor representou a teoria do restauro crítico foi Cesare Brandi (1906-1986) com a sua *Teoria do Restauro*. O ato de restaurar é definido por Brandi como "qualquer intervenção dirigida a devolver a eficiência a um produto da atividade humana." ⁴⁶ Estabelece dois tipos de restauro:

1. Restauro industrial – Pode-se considerar um concerto com o objetivo de devolver a funcionalidade ao produto
2. Restauro de obras de arte- Reconhecimento da sua estética e sua história, através de uma metodologia, com o objetivo de transmiti-la a gerações futuras.

⁴⁶ Elias, Isis Baldini - *Aspectos históricos da conservação e restauro de objetos de caráter cultural a partir do século XIX*. 2007

Através do seu vasto conhecimento sobre estética e história da arte aliado a prática de intervenções propiciou uma larga e produtiva reflexão sobre os problemas acerca do restauro. A teoria de Brandi dará origem à *Carta de Restauro* de 1972, uma referência para a prática do restauro. Em 1945, é criada a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), sediada em Paris com a finalidade de garantir universalmente a justiça, a lei e os direitos do homem, entre todas as Nações, promovendo a educação, a ciência e a cultura. É nesta fase que se define o conceito de patrimônio arquitetônico e estabelecem-se convenções e recomendações para a sua salvaguarda. Em 1954 é realizada a *Convenção de Haia*, onde reconhece o efeito devastador das guerras e a necessidade de organizar medidas em tempo de paz. Sustenta um processo de inventariação internacional dos bens culturais mais importantes e a proteção do monumento, da zona urbana e da paisagem rural. Em 1957, temos o *I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos*, onde foi proposta a criação de organismos em vários países com o objetivo de assegurar a proteção dos monumentos e também a criação de uma assembléia internacional de técnicos em conservação de monumentos históricos. Do *II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos*, em 1964, resulta a *Carta de Veneza* onde a noção de patrimônio arquitetônico torna-se mais abrangente e ressalta a importância da conservação de áreas e estruturas edificadas urbanas e rurais.

Podemos destacar alguns pontos principais da carta: (1) ampliação do conceito de monumento, abrangendo além das obras arquitetônicas históricas isoladas os conjuntos urbanos e rurais com significado especial e obras modestas com valor cultural. O monumento é inseparável do seu espaço envolvente, devendo haver uma relação entre o bem cultural com o seu meio ambiente; (2) o restauro deve respeitar os materiais utilizados em diferentes épocas sem adulterá-los ou destruí-los; (3) a conservação e o restauro de monumentos são atividades interdisciplinares, por isso é importante a ampla relação entre vários especialistas; (4) as intervenções de conservação e restauro devem sempre acompanhar relatórios analíticos e críticos ilustrados com desenhos e fotografias, este procedimento é importante para a preservação da memória social; (5) defende a manutenção periódica dos edifícios e atribuição de uma função social útil.

Entretanto a *Carta de Amsterdã* (1975) acrescenta a todos os aspectos da *Carta de Veneza* a chamada conservação integrada, ou seja, um trabalho onde os técnicos em restauro procuram uma função apropriada a cada caso apoiados em meios jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos. Abrange a noção de patrimônio arquitetônico além dos monumentos as cidades antigas e aldeias tradicionais. Ao longo do tempo a noção também sofre modificações estendendo-se a paisagens naturais com a intervenção humana ou não, centros históricos, bairros típicos, bairros sociais e outros. E finalmente a *Carta de Cracóvia* (1991), criada no âmbito das relações entre países da nova Europa, é um documento firmado por trinta e quatro países europeus e ainda os EUA e que destaca a importância dos direitos humanos e das liberdades fundamentais como base para o desenvolvimento da criatividade cultural e a necessidade da formação técnico-científica entre os Estados aderentes. Aborda ainda a preservação de monumentos, conjuntos e sítios arqueológicos, ameaçados pelo desenvolvimento urbano, pela poluição e pela confluência exagerada de turistas.

1.2.4 Patrimônio Cultural Imaterial

Com a intensificação das práticas patrimoniais o conceito de Patrimônio Histórico vem adquirindo novas dimensões e conotações. Atinge novas categorias de edifícios e conjuntos urbanos e engloba as tradições, os costumes e as culturas locais. Assim, o conceito de Patrimônio Histórico passa a integrar o conceito de Patrimônio Cultural dividido em material, voltado para os testemunhos físicos do passado e o imaterial, voltado para as expressões culturais e as tradições. O Patrimônio Imaterial reúne o conceito antropológico no que diz respeito à cultura tradicional e popular enquanto o fazer humano, desde objetos, conhecimentos, capacidades e valores. A UNESCO define Patrimônio Cultural Imaterial como:

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante do seu patrimônio cultural⁴⁷

⁴⁷ UNESCO – Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural, 2003

Esta divisão entre “patrimônio material” e “patrimônio imaterial” é apenas conceitual, o valor do patrimônio não está na sua natureza material. Um determinado edifício não adquire valor histórico por ser considerado material, por mais precioso que este possa parecer. A maneira de se relacionar com o monumento foi que mudou ao longo do tempo até chegar à noção de patrimônio que temos atualmente. Hoje patrimônio material e imaterial é indissociável formando um conjunto único e coerente de manifestações múltiplas e qualquer iniciativa de gestão com a finalidade de valorização e proteção deve possuir uma perspectiva integrada. Alfama é um bairro típico de Lisboa, cheio de expressões próprias, admirado por muitos portugueses e estrangeiros. É um local que tem como representação do seu patrimônio imaterial o fado e as festas de Lisboa temas que serão abordados em outro capítulo.

1.3 REABILITAÇÃO URBANA

O processo de reabilitação de áreas urbanas degradadas surge com a finalidade de fazer renascer os centros urbanos, promovendo a reutilização do patrimônio físico, social e econômico. A reabilitação urbana também está associada aos movimentos de busca de identidade, de valorização da memória urbana e da cidadania. Normalmente a degradação da paisagem torna o espaço urbano pouco atraente e inseguro, os projetos de reabilitação buscam solucionar este problema. É importante nestes casos que o lugar propicie diversidade de usos, densidade, preservação de edifícios antigos, acessibilidade, legibilidade, identidade, espaços abertos e públicos, mobiliário urbano e participação da comunidade.

O conceito de reabilitação urbana passou por uma grande evolução dos anos 70 até os dias atuais. Surge da política de salvaguarda do patrimônio cultural e passa aos novos desafios de âmbito social, cultural, econômico e ambiental. Passou da preocupação com o monumento isolado à reabilitação de zonas urbanas históricas e depois atingiu as áreas degradadas das cidades. De acordo com Lamas, “a principal mudança refere-se à troca das estratégias de renovação pelas de reabilitação com

entendimento progressivo dos valores espaciais, culturais, urbanísticos e sociais dos tecidos urbanos.”⁴⁸

Hoje a reabilitação já não é mais uma ação pontual em áreas específicas, mas um processo de gestão e manutenção de todo um tecido urbano. Com esta evolução o próprio conceito de reabilitação e dos seus objetivos se estende passando as intervenções a integrar outras dimensões como social, cívica, econômica, etc. Segundo PDM de Lisboa (Plano Diretor Municipal de Lisboa) a reabilitação urbana é “uma estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade pelas intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, econômicas e funcionais, melhorando assim a qualidade de vida das populações residentes.”⁴⁹

De acordo com Filipe Lopes, a reabilitação urbana

é a gestão da cidade no sentido de adaptar o seu tecido antigo às novas necessidades dos seus habitantes, o que significa tornar a cidade capaz de ser instrumento de bem estar social para os que nela vivem e portadora de futuro.⁵⁰

A cidade é um organismo vivo e é necessário trazer a estas áreas antigas a modernidade sem tratá-las como museus, o objetivo é evoluir mantendo a população e respeitando a identidade local.

1.3.1 Reabilitação Urbana em Lisboa

A reabilitação urbana tem como ponto fundamental a melhoria nas condições de habitação e salubridade, porém não está reduzida apenas a isto, procura também intervir de forma integrada no espaço urbano como um todo e na vida econômica e cultural incentivando a estima das pessoas residentes nos bairros e estimulando as potencialidades turísticas e a segurança. A intervenção urbana na cidade de Lisboa fez parte do *Programa de Reabilitação Urbana de Lisboa* que teve início em 1986 e atuou em áreas residenciais, comerciais e de serviços. Trata-se de uma intervenção em áreas históricas da cidade que ao longo do tempo não receberam uma manutenção adequada

⁴⁸ Lamas, José Manuel Ressano Garcia – **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 2004, p.421

⁴⁹ PDM- Plano Diretor Municipal de Lisboa. 2009 <<http://pdm.cm-lisboa.pt/>>

⁵⁰ Lopes, Filipe Mário – **Direção Municipal de Reabilitação Urbana**. 1993, p. 53

relativamente aos seus edifícios e também não sofreram nenhuma intervenção ao nível de renovação urbana.

Os bairros históricos são os mais antigos da cidade e estão localizados nas colinas laterais aos principais eixos viários. Uns permanecem com o tecido urbano medieval outros foram surgindo no final do século XV como o Bairro Alto e Madragoa. Estes bairros mesmo após o terremoto de 1755 mantiveram a estrutura pré-existente enquanto que a zona da Baixa procurou a qualidade arquitetônica e estrutural sob um modelo iluminista, transformando-se num centro comercial e perdendo a população residente. Já os bairros das colinas foram perdendo a sua população parcialmente, perdendo a vitalidade econômica e degradando-se por falta de conservação. Assim, em nome da modernidade e da salubridade algumas parcelas desses bairros foram desaparecendo. A reabilitação urbana abrange esta área mais antiga com graves carências e degradação.

Na década de 90 é criada a Direção Municipal de Reabilitação Urbana (DMRU) com a finalidade de apoiar e coordenar as intervenções. Estas zonas foram denominadas de *zonas críticas de reconversão e recuperação urbana*, o que equivale à declaração de utilidade pública para expropriação, ou seja, a Câmara tem o direito de preferência na venda das propriedades.

A reabilitação urbana desenvolvida pela CML encontra-se fundamentada em três pilares institucionais, são eles: as Unidades de Projetos dos Bairros Históricos, a Empresa Pública de Urbanismo de Lisboa (EPUL) e as Sociedades de Reabilitação Urbana, um modelo de gestão que tem por finalidade juntar uma parceria público-privado.

Para cumprir com seus objetivos é necessária uma forte intervenção do município e do Estado uma vez que a maioria da população possui baixos rendimentos e não conseguem conduzir o processo de reabilitação. Os gabinetes locais estão implantados nos bairros e juntamente com as juntas de freguesias e associações vem definindo as prioridades de intervenção. Para alcançar os objetivos da reabilitação urbana são necessários instrumentos jurídicos gerais e específicos que permitam enquadrar legalmente as operações. Podemos aqui relacioná-los:

1. DL n° 555/99, de 16 de dezembro, com a redação do DL n° 177/01, de 4 de junho

Estabelece o regime jurídico da urbanização e da edificação reunindo num único regime jurídico das operações urbanísticas de licenciamento municipal das operações de loteamento, das obras de urbanização e das obras particulares. Permite a intervenção em edifícios particulares pelo município através de intimação para obras, tomada de posse administrativa para execução de obras coercivas e os despejos administrativos temporários.

2. Regulamento Geral das Edificações Urbanas (REGEU)

Regulamenta as condições de salubridade, solidez de construção, defesa contra risco de incêndios e estética das edificações urbanas.

3. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL:

a) Plano Diretor Municipal da Cidade de Lisboa (PDM)

É uma síntese da estratégia de desenvolvimento e ordenamento da cidade e estabelece um modelo de estrutura espacial do território municipal. A sua elaboração é obrigatória.

b) Planos de Urbanização (PU)

Define a organização espacial de uma parte específica do território municipal. O PU regulamenta a ocupação, uso e transformação do solo na área de intervenção.

c) Plano de Pormenor

Desenvolve e concretiza propostas de organização espacial de qualquer área específica do município, define com pormenor a forma de ocupação e serve de base

aos projetos de execução das infra-estruturas, da arquitetura dos edifícios, etc., tendo em conta as prioridades estabelecidas no PDM e, eventualmente, no PU.

4. PROGRAMAS DE APOIO À RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS

a) Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA)

Programa de apoio financeiro de comparticipação a fundo perdido de até 85% nos bairros históricos e 65% nos outros bairros e de financiamento através da parceria entre as Câmaras Municipais e o Estado com a finalidade de recuperar edifícios particulares em estado de degradação.

b) Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas (REHABITA)

Consiste numa extensão do programa RECRIA onde o município financia 50% a fundo perdido e 50% a taxas bonificadas aos realojamentos decorrentes da reabilitação urbana.

c) Regime Especial de Comparticipação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal (RECRIPH)

Visa apoiar financeiramente a execução de obras de conservação e de beneficiação que permitam a recuperação de imóveis antigos, constituídos em regime de propriedade horizontal.

d) Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação de Habitação (SOLARH)

É um programa de apoio financeiro especial que consiste em empréstimos sem juros a famílias de fracos recursos financeiros de modo a permitir a realização de obras

de conservação ou beneficiação nas habitações de que são proprietários, desde que seja a sua residência permanente.

e) Sociedades de Reabilitação Urbana (SRU)

São empresas municipais de reabilitação urbana com poderes e competências especiais em matéria de autoridade, de planeamento, de licenciamento e de expropriação para promover a reabilitação de áreas históricas e de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística.

5. PROGRAMAS DE APOIO ESPECÍFICOS

a) “Alfama é fácil de Amar”

Programa que desde 2003 vem investindo na requalificação de Alfama através de obras para cumprir com os objetivos da autarquia quanto a dignificação do bairro histórico. Foi empreendido um grande processo de reabilitação, principalmente no Largo do Chafariz de Dentro onde estão em curso várias obras de revitalização de edifícios. Além disso, há também as obras de repavimentação e requalificação do espaço público, como por exemplo, recuperação de passeios, colocação de pilaretes, reformulação da sinalização, reforço da iluminação pública. Em simultâneo a CML condicionou o trânsito no interior de Alfama com pilaretes retráteis. O sistema monitorizado detecta a presença dos veículos de comerciantes e residentes com identificação. O objetivo é trazer as ruas de volta aos peões.

b) “Lisboa a Cores”

Este programa foi lançado pela CML, em 2004 para reforçar a reabilitação nos bairros históricos. O objetivo é recuperar os edifícios propriedade da CML, que são transferido para a EPUL. A gestão do projeto é feita através dessa empresa ou da

associação com promotores privados, selecionados por consulta pública, onde cada um deles tem direito a um grupo de cinco ou seis edifícios, dos quais três ou quatro se destinam a ser comercializados e dois são devolvidos a Câmara para realojamento. Dos edifícios recuperados, os previamente destinados a comercialização são constituídos pela EPUL em propriedade horizontal e as respectivas frações são vendidas preferencialmente a arrendatários ou ocupantes a título precário do fogo ou a jovens até 35 anos de idade. O programa *Lisboa a Cores* incidirá sobre algumas edifícios municipais situados em várias partes da cidade, nomeadamente a Alfama

c) “Alfama- Quem cuida Ama”

O principal objetivo desse programa é consolidar a imagem da paisagem como um bem público, através da reabilitação não só das fachadas principais, mas também das tardoze e empenas. Inclui também o reparo de todos os elementos externos como caixilharias, portas, algerozes, tubos de queda, varandas e a eliminação de elementos dissonantes, como os ar condicionados ou estores. A CML é responsável pelo levantamento dos edifícios a serem favorecidos pelo programa e a EPUL responsável pela gestão das obras. O Programa é financiado pela Brisa e apoio material da Corporação Industrial do Norte (CIN) e da PERI que colaboram com a EPUL e a CML na recuperação das fachadas dos edifícios.

d) “Repovoar Lisboa”

O programa tem como base o caso da freguesia de São Paulo, que apesar de ser uma das maiores de Lisboa em área, de estar localizada no centro da cidade e ter uma frente de rio invejável é segundo a EPUL (2009) “é habitada por uma população inferior a 1500 pessoas”. Esta freguesia foi escolhida para projeto-piloto deste programa através da intervenção no património imobiliário pretende-se contribuir para a valorização do local. A EPUL já adquiriu vários prédios através de verbas afetadas pela CML e promoverá a reabilitação destes para colocar no mercado os apartamentos destinados ao seguimento jovem. Poderão ser também realizadas parcerias entre os

proprietários privados dos imóveis que podem investir o valor ficando a EPUL responsável pela gestão das obras.

1.3.2 Projetos Integrados

Os Projetos Integrados surgem em 1994 de forma a dinamizar as atividades económicas, culturais e sociais e a melhorar as condições de vida nos bairros integram o *Programa de Reabilitação Urbana de Lisboa*, com novos apoios às intervenções e com a participação de diferentes parceiros de modo a ter uma ação mais profunda, mais integrada, servindo de ação âncora em cada bairro. Os Projetos Integrados são cinco:

1. Projeto Integrado do Castelo na Colina do Castelo que consiste na valorização de toda a freguesia e na sua reabilitação integral.
2. Projeto Integrado do Teatro Taborda na Costa do Castelo com instalação de um centro cultural para a população da Mouraria;
3. Projeto Integrado do Recinto da Praia e o Largo do Chafariz de Dentro em Alfama. O primeiro trata-se de um núcleo sobre o Fado e a Guitarra Portuguesa com auditório, Fadoteca e oficina de restauro e construção de guitarras. O segundo inclui vários níveis de intervenções, desde a reabilitação do parque habitacional, passando pelas melhorias das condições de habitabilidade, da exploração do comércio, melhoria das infra-estruturas e requalificação do espaço público;
4. Projeto Integrado do Palácio Marim Olhão no Bairro Alto com instalação de oficinas de restauro de antiguidades servindo de apoio aos antiquários;
5. Projeto Integrado do Convento das Bernardas na Madragoa com equipamentos locais e um núcleo sobre as Marchas e Festas.

Para a gestão destes espaços foi criada uma empresa municipal dos Equipamentos dos Bairros Históricos de Lisboa (EBAHL). A gestão integrada tem-se tomado muito importante porque leva a novas formas de intervenção e maior abrangência com relação aos assuntos tratados.

2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DE LISBOA E ALFAMA



2.1 A CIDADE E SUAS ORIGENS

A cidade de Lisboa tem início no topo do Castelo, estendendo-se em direção ao rio e posteriormente segue para Belém e para o Norte. Foi ocupada por vários povos, os Fenícios que a chamavam de “Alis ubbo” que significa “baía amena” e a partir do século II a. C. pelos Romanos que lhe chamaram de Olissipo. Nesta época a cidade estruturava-se a partir de três núcleos:

1. O sítio fortificado do castelo (oppidum) – no alto da colina;
2. O fórum ou centro cívico (com teatro, templo e mercado) – no meio da encosta;
3. O conjunto ribeirinho (equipamentos portuários, de lazer e sistemas produtivos).

Com o enfraquecimento do poder de Roma e o declínio do império romano a cidade de Lisboa é invadida pelos bárbaros os quais foram expulsos pelos Visigodos. Durante o ano de 714 os muçulmanos ocupam a cidade e dominam-na durante vários séculos. Estes passaram a chamá-la de “Lissibona ou Lixbuna” que significa “água boa”. Para se protegerem construíram à volta do castelo uma cerca denominada de Cerca Moura.

Foi neste contexto que começou a forma-se na encosta ao lado oriente da cerca o arrabalde de Alfama ocupado por famílias da aristocracia mulçumana instaladas em grandes casas. É deste período que vem a denominação do lugar, Al-hama, que quer dizer fonte de águas quentes. Alfama ligava-se à cidade através das principais portas que se abriam em arcos na muralha para acesso ao rio, como a de São Pedro e as do Sol. Era também um ponto de articulação entre a cidade e o campo.

2.2 DO SÉCULO XII AO XIV

Em 1147 Lisboa é conquistada definitivamente por D. Afonso Henriques que intensificou o comércio, reorganizou administrativa e urbanisticamente a cidade e fez de Lisboa a capital do reino instalando ali a sua corte e dando início ao seu

desenvolvimento econômico. Como herança do passado permaneceram dois arrabaldes, a Baixa e Alfama. É desta época a construção das primeiras igrejas no bairro de Alfama a de São Miguel e de Santo Estevão, que deram origem as freguesias de mesmo nome. Segundo Calado e Ferreira “no interior do recinto muralhado, constituíram-se as freguesias da Sé (c. 1150) e de S. Tiago (1160) e nos arrabaldes encostados à muralha as de S. Pedro (1175) e de S. Miguel (1180).”⁵¹

Em 1373 uma nova muralha foi construída pelo Rei D. Fernando, tinha por finalidade defender a capital das investidas do exército castelhano. Neste momento o bairro de Alfama passa a estar dentro de muros cercado pela Cerca Fernandina. A cidade dentro da muralha apresentava uma morfologia muito próxima das cidades medievais com becos, ruas estreitas e tortuosas. O bairro de Alfama também possuía estas mesmas características.

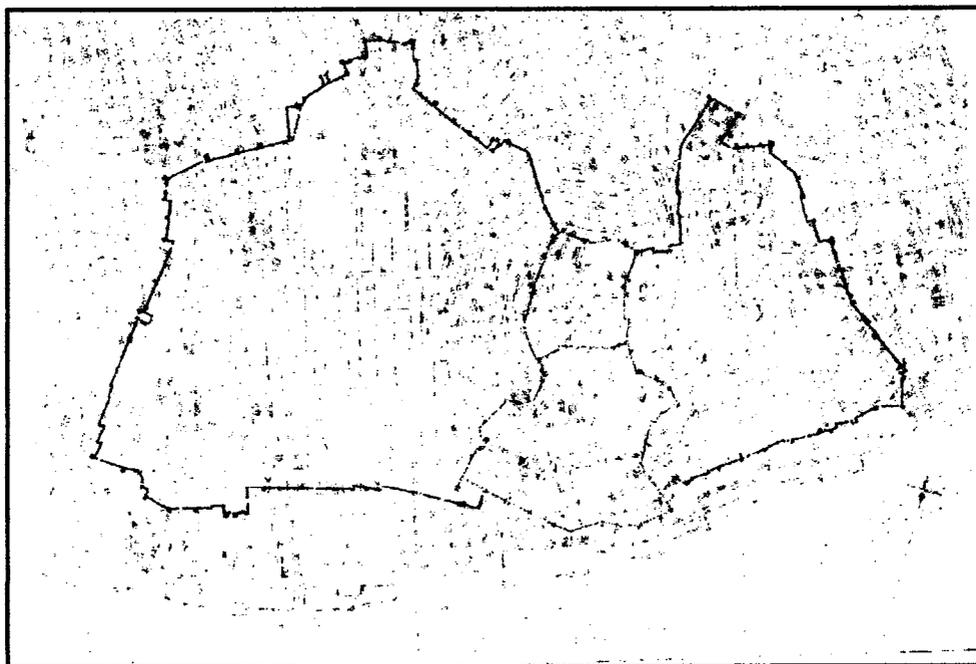


Figura 01– Mapa central de Lisboa com os traçados das cercas Moura e Fernandina.

Fonte: A. Celestino da Costa, 1962

⁵¹ Calado Maria; Ferreira, Vitor Matias – Lisboa freguesia de Santo Estevão (Alfama). 1992, p. 30

“Dir-se-ia que Alfama cresceu à custa de si própria, numa tentativa de dar lugar a todos quantos ali quisessem morar. As ruas ficaram estreitas e tortuosas, as casas amontoadas sem qualquer plano, tomando-se perfeitamente caótica a organização espacial de Alfama.”⁵²

O perfil do bairro durante os séculos XIII e XIV era aristocrático com a instalação de um convento e de palácios. Paralelo a esta ocupação foram-se estruturando na zona ribeirinha pequenas habitações e uma população constituída por vendedores fixos e ambulantes e por pescadores. As fontes e chafarizes eram equipamentos fundamentais. Os banhos faziam parte do cotidiano e eram explorados por instituições e particulares. Além do antigo Chafariz dos Cavalos surgiram as fontes ao longo da praia como a de Benaboquer em 1326. O largo do Chafariz de Dentro possuía uma grande importância, pois funcionava como ponto centralizador de várias atividades e socialização da população. Era um espaço de ligação com o eixo ribeirinho.

A formação de uma judiaria no século XIV e a construção de uma Sinagoga veio contribuir para o desenvolvimento da população e do comércio de produtos importados abrangendo a zona ribeirinha. Muitas pessoas vinham com frequência aos mercados e à feira na praia de Alfama.

2.3 DO SÉCULO XV AO XVII

No século XV, época dos Descobrimentos, a cidade de Lisboa passa por um grande desenvolvimento comercial e o tecido urbano ultrapassa os limites da muralha surgindo, assim, novas freguesias e conseqüentemente aumentando a população. É desta época a construção do novo palácio real no Terreiro do Paço onde a corte de D. Manuel I vai fixar-se e onde centraliza toda a vida comercial da cidade. Surgem no Bairro Alto as novas urbanizações com o primeiro loteamento que transforma as hortas em ruas e casarios fazendo deste um bairro popular que posteriormente se tornará uma zona da aristocracia. Na zona ribeirinha com o aterramento do rio foi possível ocupar toda a extensão junto à praia para a construção de equipamentos que apoiassem as atividades portuárias e comerciais.

⁵² Paixão, Maria José de Carvalho – *Alfama. Contribuição para o estudo de uma área natural de Lisboa*. Vol. III. 1970, p.12



Figura 02 – Planta em perspectiva de Lisboa, no século XVI. Em cima o Castelo de S. Jorge com alcáçova. Gravura de Bráunio.

Fonte: A. Celestino da Costa, 1962

Foram ativados os estaleiros das Portas da Cruz, instalou-se uma pequena fábrica de biscoitos para abastecimento das naus e da população. D. Manuel I inicia no Campo da Lã a construção do grande Terreiro do Trigo, armazéns que guardavam os cereais que chegavam para a população. Além disso, mandou construir as Tercenas Novas da Porta da Cruz para fundir e guardar artilharia, edifício responsável pela dinamização do local e que fez surgir a freguesia de Santa Engrácia.

Os chafarizes foram remodelados, o Chafariz d'El-Rei foi regulamentado em 1604 e em 1622 o Chafariz de Dentro foi restaurado. A estes acrescentam-se o Chafariz da Praia, em 1625 e o Chafariz da Bica do Sapato, em 1626. A população vizinha da Baixa abastecia-se do Chafariz d'El-Rei enquanto que a da Alfama utilizava o Chafariz de Dentro, já o da Praia servia para abastecimento de navios.

Segundo Maria José de C. Paixão “neste século dos Descobrimentos, Alfama atraiu para si os navegadores e voltou a ser habitada por pessoas de uma classe social elevada, a célebre Casa dos Bicos o confirma, visto ter sido mandada construir pelo filho de Afonso de Albuquerque.”⁵³

2.4 O TERREMOTO – 1755

Durante o reinado de D. João V, no século XVIII, a cidade de Lisboa vê surgir grandes edifícios como o Teatro da Ópera, o Convento de São Francisco, a Igreja de Santa Engrácia e o Aqueduto das Águas Livres. Em 1755, Lisboa foi destruída por um terremoto seguido de um *tsunami* e um incêndio que atingiu quase que completamente a cidade medieval. O terremoto atingiu toda a zona da Baixa, os bairros do Castelo e a zona do Carmo, ou seja, as zonas mais urbanizadas da cidade. A sua reconstrução se deu por iniciativa do Marquês de Pombal.

Com um aspecto completamente diferente da anterior, foi criada a primeira cidade moderna do Ocidente. Possuía soluções inovadoras tanto para os sistemas viário e construtivo (estruturas anti-sísmicas) como também para o saneamento e salubridade pública. Em 1756 é então formada a *Casa dos Riscos das Obras Públicas*, composta por vários engenheiros militares e com o objetivo de por em prática o novo plano de urbanização da cidade. A reconstrução segue um plano inovador, obedecendo a uma planta geometricamente equilibrada, com ruas perpendiculares e transversais, como num tabuleiro de xadrez.

O Terreiro do Paço e o Palácio da Ribeira deram lugar à Praça do Comércio, espaço amplo cercado por edifícios nobres e onde ao centro foi erguida a estátua de D. José I. E o Rossio, onde a praça manteve a superfície que possuía anteriormente ao terremoto havendo apenas a regularização das ruas de acordo com o projeto. O bairro de Alfama também teve conseqüências do terremoto de 1755, através da destruição de alguns edifícios, igreja, palácios e do incêndio. Chegou a se pensar numa urbanização para esta zona de acordo com o plano especial, mas nunca foi executada.

⁵³ Paixão, Maria José de Carvalho – *Alfama. Contribuição para o estudo de uma área natural de Lisboa*. Vol. III. 1970, p. 11

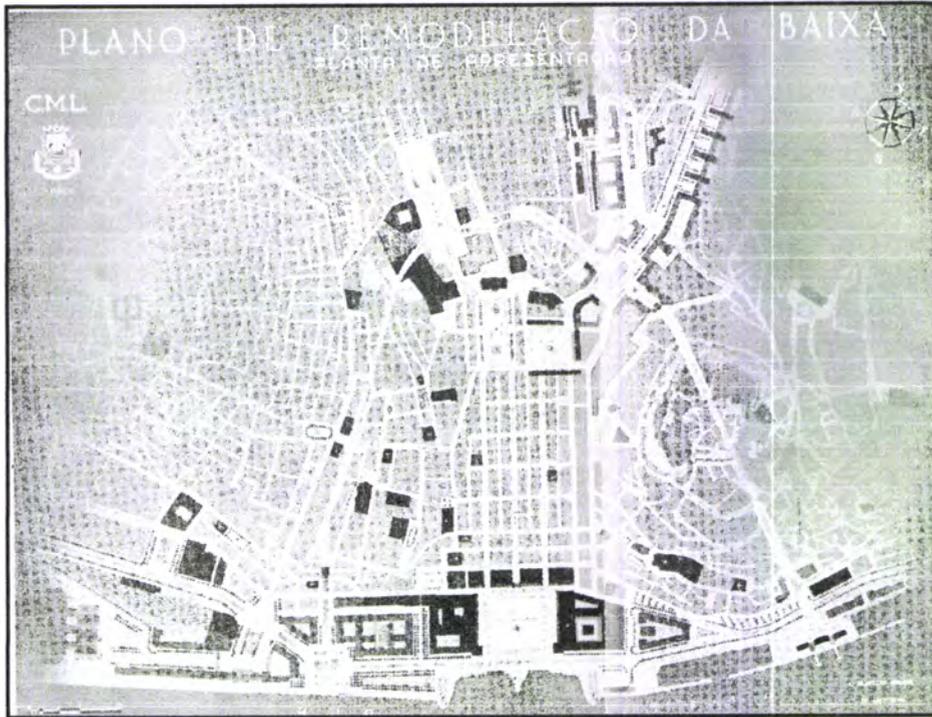


Figura 03– Plano de remodelação da Baixa.

Fonte: A. Celestino da Costa, 1962

“A reconstrução de Alfama foi, em geral, casuística e só pontualmente houve o acompanhamento pelos arquitetos e técnicos da *Casa dos Riscos das Obras Públicas* em edifícios públicos e palácios.”⁵⁴ Somente a frente ribeirinha foi urbanizada de uma maneira geral a partir da demolição de parte da muralha existente, da regularização da via pública e da construção de edifícios de habitação pombalinos. Os palácios foram reconstruídos pelos proprietários, alguns foram modernizados outros parcialmente desmembrados. Os edifícios habitacionais foram erguidos com fachadas mais sólidas e muitas vezes com pequenos registros de azulejos com cenas cristãs. Em 1765, foi erguido, no Terreiro do Trigo, o Celeiro Público. E em 1775 foram destruídas as Portas da Cruz para abertura da Rua Nova, atual Rua do Museu de Artilharia.

⁵⁴ Calado, Maria; Ferreira, Vitor Matias – *Lisboa freguesia de Santo Estevão (Alfama)*. 1992, p. 38

2.5 SÉCULO XIX

Com o Liberalismo surge em Portugal um novo espírito de renovação e novos ideais estéticos. Lisboa passa por profundas transformações seguindo os ideais da Revolução Francesa. Criam-se novos eixos de expansão da cidade como as atuais Av. da Liberdade, Picoas, Av. da República, Campo Grande e Av. Almirante Reis. São construídos os bairros de Barata Salgueiro, Camões, Avenidas Novas, Campo de Ourique e Estefânea, todos com traçado ortogonal simples. “Em Alcântara e Xabregas: ‘surtem numerosos pátios e vilas operárias’.”⁵⁵

O ano de 1834 é marcado pelo fim das ordens religiosas, pelo que muitos edifícios mudaram de proprietário e de função e passaram a dar lugar a escolas, hospitais, quartéis e armazéns. Também são construídos cemitérios, mercados e matadouros. Surgem inovações nos transportes públicos e a criação do caminho-de-ferro nacional. É também neste século que têm início as obras de expansão do Porto de Lisboa e o processo de industrialização toma-se crescente. Muitos trabalhadores passam a habitar as zonas antigas nos casarões degradados abandonados pela aristocracia.

Na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do séc. XX, o bairro de Alfama possuía uma população basicamente de gente muito humilde e sofre com a insalubridade e a degradação dos edifícios chegando a se pensar na sua demolição em função de uma urbanização mais ampla e racional. Como podemos comprovar no texto escrito por Fialho de Almeida acerca da sua tese higieno-sanitária sobre o bairro de Alfama.

(...) a população operária (...) as nuvens de rapazitos tristes e estrumosos que enxameiam nos focos de laboração fabril da capital, e essa mesma população adulta de obreiros, meio bestificada, tarda, desagradável, e que fora da taberna e da fábrica parece não ter curiosidades nem ânsias de homens livres. (...) a derrocada, ou pelo menos a larga desbridação dos bairros infectos de Alfama, Castelo, Mouraria, Alcântara e outros muitos onde a população trabalhadora se comprime, e mais ou menos são montureiras de gente, destruidoras da mocidade e vigor da raça popular. Ao derrubar alguns destes redutos infames da tuberculose implacável, não devem os municípios dar ouvidos à arqueologia piegas que em certos bestuntos confunde o respeito das coisas artísticas com a monomania idiota de conservar tudo que é velho; e isto sucederia na Alfama, para cujas recordações

⁵⁵ Maria Calado, 1993, p. 12 *apud* Portela, Sara – **Definição de Critérios para Avaliação do Espaço Urbano, tendo por referência o Bairro da Alfama.** 2002, p.49

históricas logo esses gansos capitolinos reclamariam talvez salvo-condutos. A verdade é que, salva certa nomenclatura poética das alfurjas e becos, salvo um ou outro bocado de muralha fernandina e joanina - onde algum cubo ou quadrela serve de mirante ou poleiro a algum quintalório de burguês pobre - salvo um ou outro edifício, arco ou recanto, valendo mais como reprego cenográfico do que como amostra arquitectónica dos séculos que Alfama conta, nada o caduco burgo da Lisboa primeva se pode dizer ostente que, a troco da salubridade dos moradores, valha a pena manter e respeitar. São recordações que maiormente não fazem falta à fisionomia histórica da terra, e donde se sai enojado da porcaria das ruas e das lojas, da insulsez arquitectónica dos prédios, da irremissibilidade anti-higiénica enfim daquele imundo ghetto onde pulula uma ralé de gente verde, ossosa, e que parece exumada depois de alguns meses de podridão subterrânea. É minha opinião, e a de todos os médicos que rigorosamente têm escoldrinhado a insalubridade irreparável daquele verdadeiro monturo medieval, que o bairro de Alfama, como o do Castelo, Santa Apolónia, Mouraria, etc., devem ser por completo arrasados e desfeitos, pois sem essa destruição impossível se faz estancar tantos sinistros focos da patogenia complexa que os distingue, assim como empreender dum jacto o plano de canalização impermeável, completo, que todo o bairro higiénico necessita antes de tudo, e com a suficiente escoante para a imundícia não fazer depósitos permanentes no subsolo, já de si secularmente infiltrado e pestilento. Ora quase toda a população operária e pobre da capital, isto é, dois terços da total, vive acorçada em bairros sem emenda, e a que tarde ou cedo vem a ser preciso deitar fogo. (...) Casas estreitas, mal repartidas, decrépitas, ruas tortuosas onde escasseia a luz e o ar, canos insuficientes que estagnam debaixo dos prédios, por tempo indefinido, as imundícias e resíduos da vida - lixos, dejectos, que agora saem pelos barris e canos de esgoto, e logo tomam pela janela, em poeiras e exalações do solo e do ar contaminados, ou sob a forma de lamas, pela porta, agarrados aos pés dos moradores ... (...) Portanto, a primeira coisa é deitar abaixo os burgos malditos; logo drenar o solo das sânicas pútridas de séculos, lançar a canalização hermética, com os escoantes ao rio e água a cachões - ou revertendo os dejectos para montureiras que a química trate e inofensiva, o que daria por si uma riqueza subsidiar da agricultura suburbana, evitando a infecção da margem do rio, onde tanta gente trabalha, e tanto paquete europeu tem de atracar. Podes agora começar, leitor, de coração ligeiro, o bairro novo, a cidade republicana e proletária, neste país de ouro-sol, de céu azul, de golfos pálidos, de colinas de greda e nuvens de algodão

56

A justificativa para tal projeto estava baseada nas novas teorias higienistas. O projeto não chegou a avançar por falta de meios e por se entender o valor cultural como conjunto patrimonial que Alfama representava.

⁵⁶ Almeida, Fialho de, *Lisboa Monumental*, 1906

2.6 LISBOA DO ESTADO NOVO – SÉCULO XX

No século XX a cidade de Lisboa teve um grande crescimento da sua área metropolitana. A melhoria dos meios de transporte, a saturação do centro e os preços atrativos das propriedades desencadearam uma grande expansão das zonas mais periféricas.

A criação de novas vias de circulação trouxeram grandes melhorias à cidade e permitiram o enquadramento de novos bairros. De acordo com Domingos,

assim começou por se requalificar a zona do Areeiro, Alameda D. Afonso Henriques, surgindo a Av. de Roma, o Bairro de Alvalade e a Av. EUA seguida da Av. Infante Santo, alargamento dos bairros de Campo de Ourique e Campolide, construção ao longo das estradas de Benfica e da Luz e surgimento da Quinta das Mouras (ao Lumiar), aparecendo ao mesmo tempo bairros mais económicos e modestos, como na Encarnação, Madre de Deus, Caselas, Alto da Serafina, Caramão da Ajuda, Santa Cruz de Benfica, entre outros. Paralelamente a este crescimento, existiram múltiplas iniciativas de especuladores privados, formando núcleos de construção clandestina (em Camide, Chameca, Chelas, Benfica e na Brandoa). No Restelo, por volta dos anos 40 e 50, surgem dois tipos de urbanização residencial, um de vivendas modestas e outro de moradias de luxo⁵⁷

Surgiram também novas ligações como a Ponte 25 de Abril, em ligação à margem Sul; auto-estradas para Sintra, Cascais e Norte o que possibilitou o deslocamento da população para as zonas vizinhas ao concelho de Lisboa, onde haviam casas mais baratas transformando os arredores em cidades dormitórios com sérios problemas sociais.

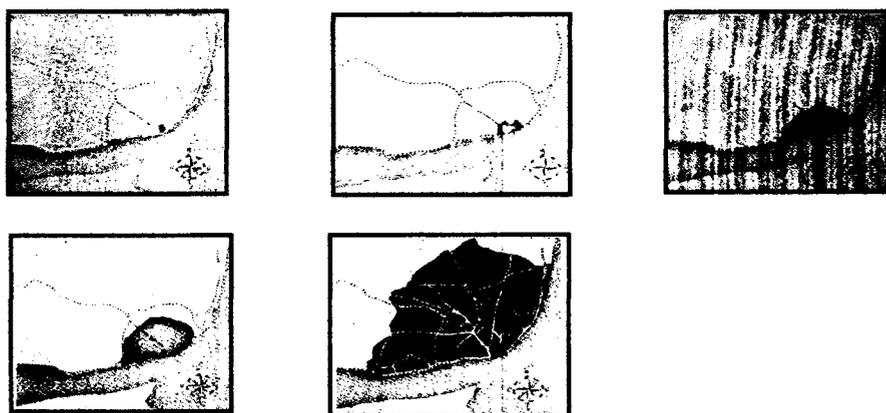


Figura 04– Mapas da evolução urbana de Lisboa do século XVII ao século XX.

⁵⁷ Domingos, Manuel et al. – Estudo do planeamento e ocupação urbana da cidade de Lisboa. 2006 p.11

As alterações ligadas ao Porto de Lisboa contribuíram para as mudanças sociais no bairro de Alfama. Segundo Portela “A atividade portuária nos anos 70 é responsável pela melhoria das condições de vida da população local.”⁵⁸ Em 1981 tem início a crise no setor portuário, devido às novas tecnologias muitos trabalhadores ficaram sem atividades o que acarretou a reforma compulsiva e a suspensão de novas admissões. Como consequência diminui a população de trabalhadores portuários residentes em Alfama. Outra dinâmica registrada no bairro nesta época foi o processo de reabilitação. O estado de degradação das habitações e dos espaços urbanos no bairro de Alfama no início da década de 80 foi o que contribuiu para o seu processo de reabilitação. Segundo Antonio Firmino da Costa este processo conta com alguns agentes:

por um lado, os autarcas das juntas de freguesias e ativistas de associações locais e, por outro, os quadros técnicos e científicos interessados em Alfama. Esta fase caracteriza-se por dois momentos distintos muito importantes: a criação em 1983 do Gabinete Local para a Recuperação de Alfama (GLRA) aprovado nas assembleias das freguesias de Santo Estêvão e São Miguel, e a divulgação do Bairro de Alfama junto da comunicação social e dos poderes públicos em 1984, nomeadamente através do documento ‘Alfama – Morte ou Recuperação.’⁵⁹

Numa segunda fase surge também a criação do Programa de Reabilitação Urbana pela Secretaria de Estado e do Urbanismo e o Gabinete Técnico Local (GTL) que tinha por principal objetivo a recuperação das habitações e a manutenção da população. A intervenção do GTL realizou-se de forma tímida resolvendo um pequeno número de problemas graves e melhorando as condições habitacionais de algumas famílias.

Diante da insatisfação com os resultados apresentados surge em 1987 a Associação do Patrimônio e da População de Alfama (APPA) com a finalidade de superar o bloqueio imposto pelos executivos camarários na atuação do GTL. No ano de 1988 é criado o Programa RECRUA (Regime Especial de Participação para Recuperação de Imóveis Arrendados) este programa visa às obras de conservação e reabilitação de imóveis arrendados em estado de degradação mediante a participação financeira.

⁵⁸ Portela, Sara – **Definição de Critérios para Avaliação do Espaço Urbano, tendo por referência o Bairro da Alfama.** 2002, p.53

⁵⁹ Costa, António Firmino da – **Sociedade de Bairro – Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural.** 1999, p. 431

Durante a década de 90 começa a existir uma sintonia política entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia do Bairro de Alfama. É criada a Direção Municipal de Reabilitação Urbana (DRMU) com a finalidade de reabilitar vários bairros da cidade de Lisboa. O GTL expande sua área de atuação e torna-se um agente social decisivo, intervindo diretamente nas obras de edifícios municipais, no reparo de equipamentos de uso coletivo e nos espaços públicos. O Plano Estratégico de Lisboa criado nos anos 90 foi um importante instrumento para apoio as decisões que visavam estabelecer os princípios orientadores do processo de ordenamento e desenvolvimento da cidade. Segundo o Plano Estratégico de Lisboa,

(...) Alfama pertence à Área Central ou casco urbano, e é abrangida pela 'Estratégia A – Fazer Lisboa uma cidade atrativa para viver'.” Ainda de acordo com o Plano a esta estratégia é aplicada a Ação 3.4 – Reabilitação dos Bairros Históricos que “visa recuperar as zonas antigas da cidade, melhorar as condições de habitação, manter o ambiente social, e contrariar a diminuição da população e a tendência para a terciarização⁶⁰

Em 1996 aumentam o número de opções para a reabilitação do bairro de Alfama, surgem dois novos programas: o REHABITA (Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas) e o RECRIPH (Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal). Ainda podemos citar um último agente a integrar este processo de reabilitação que foi a EBAHL (Equipamentos dos Bairros Históricos de Lisboa) uma empresa municipal criada para coordenar a gestão dos equipamentos sob intervenção.

⁶⁰ *Plano Estratégico Lisboa*, 1992, p. 112 *apud* Portela, Sara – **Definição de Critérios para Avaliação do Espaço Urbano, tendo por referencia o Bairro da Alfama**. 2002, p.56

3. ESPAÇO URBANO DE ALFAMA

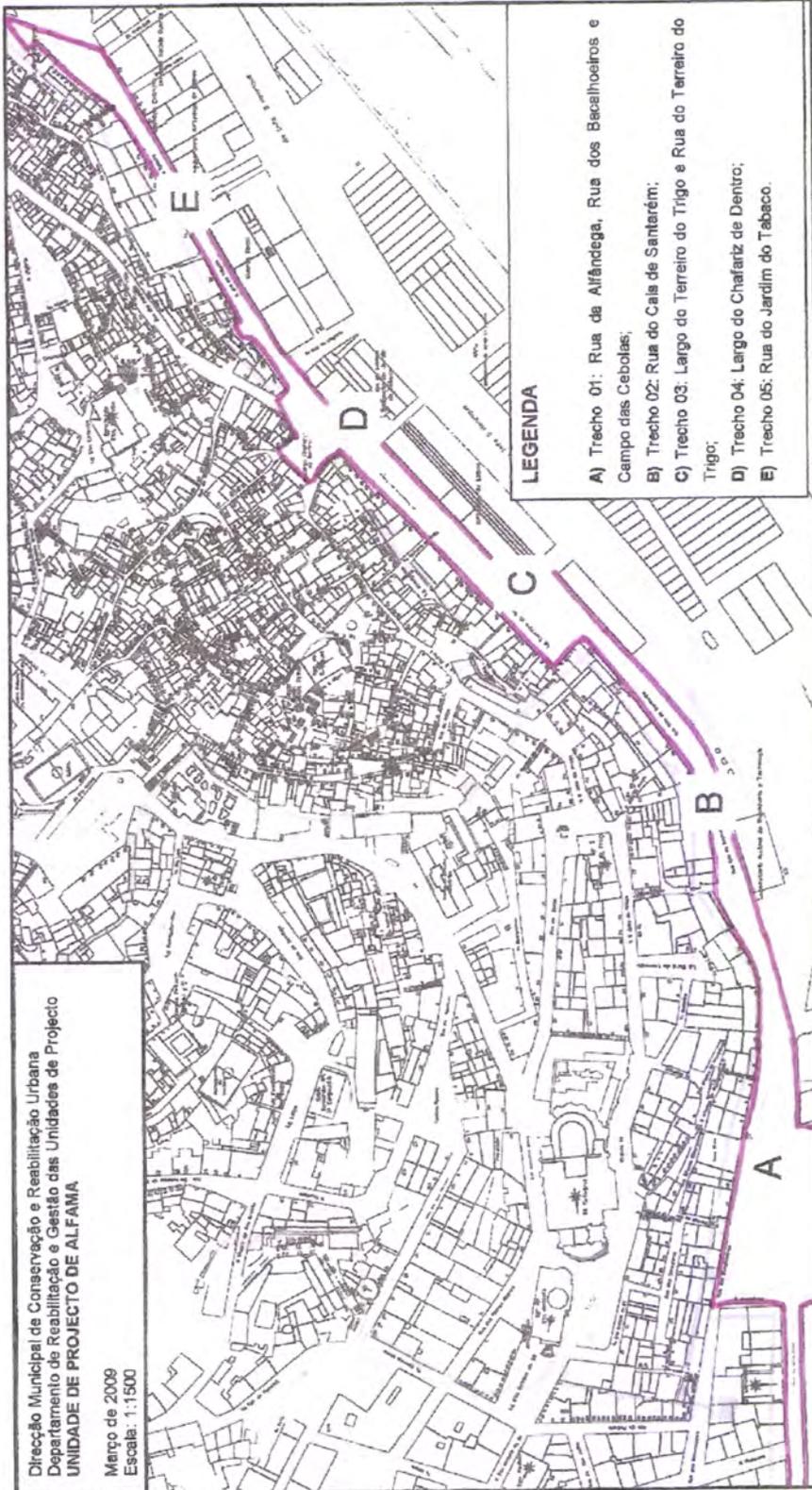


MUSEU DO FADO E DA GUITARRA PORTUGUESA

MAPA LIMITE DA SUBUNIDADE DE ESTUDO

Direcção Municipal de Conservação e Reabilitação Urbana
Departamento de Reabilitação e Gestão das Unidades de Projecto
UNIDADE DE PROJECTO DE ALFAMA

Maio de 2009
Escala: 1:1500



LEGENDA

- A) Trecho 01: Rua da Alfândega, Rua dos Becelhoeiros e Campo das Cebolas;
- B) Trecho 02: Rua do Cala de Santarém;
- C) Trecho 03: Largo do Terreiro do Trigo e Rua do Terreiro do Trigo;
- D) Trecho 04: Largo do Chafariz de Dentro;
- E) Trecho 05: Rua do Jardim do Tabaco.

Mapa 01 - Limite da subunidade de estudo
Fonte: Gabinete Técnico de Alfama
Escala: indicada

3.1 A SUBUNIDADE DE ESTUDO

A escolha do bairro de Alfama para análise deste trabalho se deu pela sua importância como um dos bairros mais antigos e mais típicos de Lisboa. Conserva ainda os traços característicos das antigas ocupações, foi um espaço construído através de várias épocas, possui uma arquitetura única e seu traçado não foi planejado, as casas foram surgindo de acordo com a necessidade e o desnível do terreno. Representa exclusivamente, como conjunto, o vestígio remanescente da Lisboa medieval, tendo ao longo dos séculos, obtido uma carga simbólica muito forte.

A subunidade de estudo está situada na zona ribeirinha da cidade, tem início na Rua da Alfândega e se prolonga até a Rua do Jardim do Tabaco (ver mapa 01) embora seja indispensável estender a análise a sua envolvente que interage diretamente com o espaço em questão, está dividida em cinco trechos para melhor compreensão da análise urbana, designadamente:

- a) Trecho 01: Rua da Alfândega, Rua dos Bacalhoeiros e Campo das Cebolas;
- b) Trecho 02: Rua do Cais de Santarém;
- c) Trecho 03: Largo do Terreiro do Trigo e Rua do Terreiro do Trigo;
- d) Trecho 04: Largo do Chafariz de Dentro;
- e) Trecho 05: Rua do Jardim do Tabaco.

Trata-se de uma zona com vários atrativos turísticos, como a Igreja de Conceição Velha, a Casa dos Bicos, o Chafariz d' El-Rei, Largo do Chafariz de Dentro, o Museu do Fado e o próprio casario. Além disso, é neste trecho que encontramos vários acessos ao bairro de Alfama e uma das principais portas de entrada para o bairro, o Largo do Chafariz Dentro.

3.2 MORFOLOGIA DO ESPAÇO URBANO

Acerca do estudo morfológico do espaço urbano Maria da Luz Valente Pereira afirma que:

um bom entendimento da morfologia geral da paisagem é essencial para interpretar e avaliar a estrutura da urbanização da área, descortinar problemas morfológicos básicos e verificar como foram aproveitadas ou desperdiçadas as potencialidades naturais.⁶¹

Relativamente à subunidade de estudo sua morfologia manifesta-se através de uma malha urbana regular formada por quarteirões de forma retangular umas vezes em lotes mais estreitos e outras em lotes mais largos. A malha urbana define uma rua levemente sinuosa associada ao tráfego misto, com espaço de circulação de automóvel, peão e carris. Segundo Costa Lobo, “os largos são discretos desafogos que acontecem ao longo de uma rua ou ponto de confluência de arruamentos.”⁶² Ao longo da sua extensão podemos ver espaço de alargamento como o Largo do Chafariz de Dentro. (fig.05)



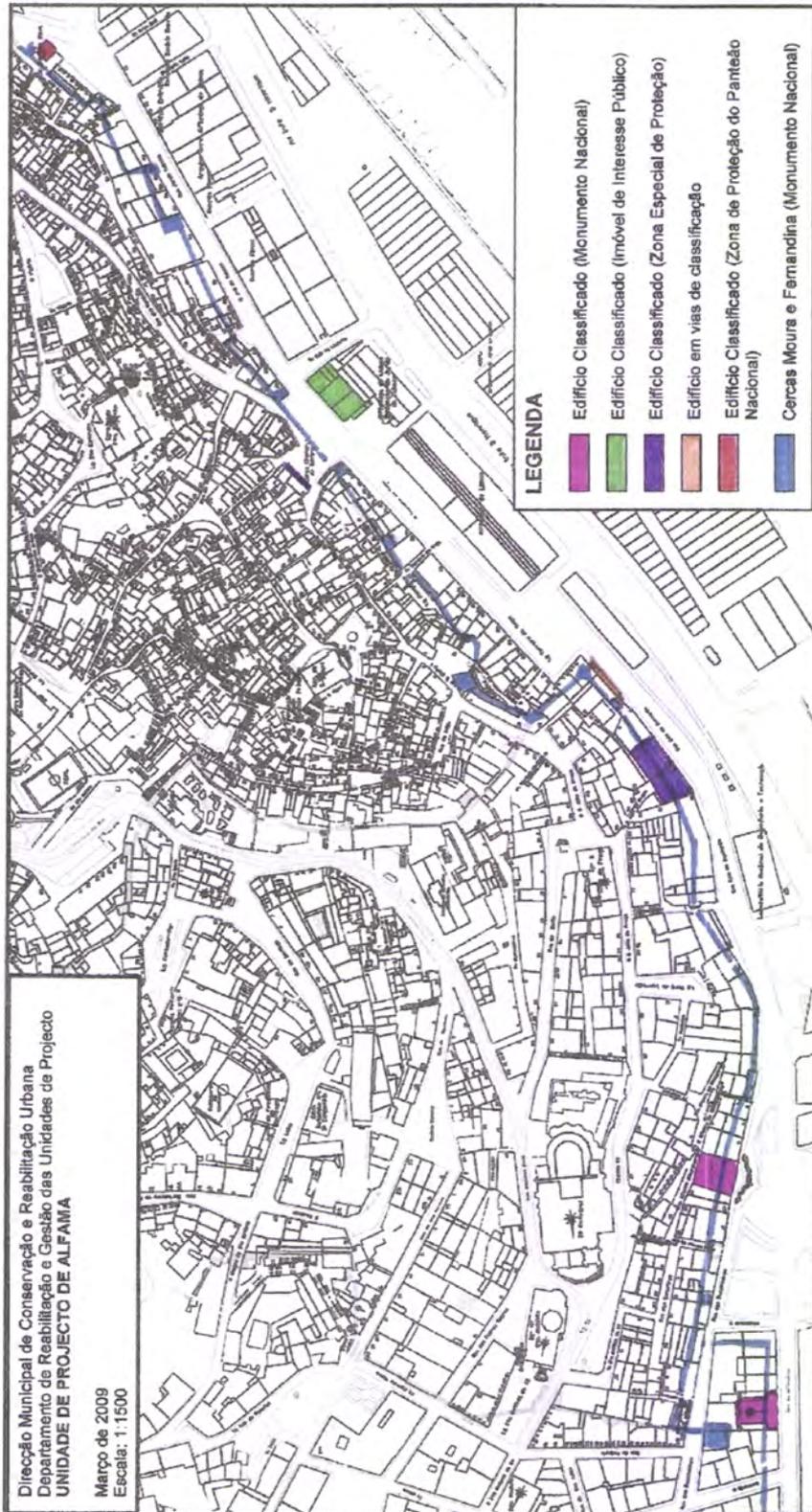
Figura 05 – Largo do Chafariz de Dentro

Fonte do autor, julho / 2009

⁶¹ Pereira, Maria da Luz Valente – **A leitura da imagem de uma área urbana como preparação para o planeamento / acção da sua reabilitação**. 1994, p. 17

⁶² Lobo, Manuel Costa – **Desenho urbano, perímetros urbanos, apreciação de planos**. vol II, 1998, p. 99

MAPA DE CARACTERIZAÇÃO PATRIMONIAL



Mapa 02- Caracterização Patrimonial
Fonte: Gabinete Técnico de Alfama
Escala: indicada
Desenho: Carla Torres

3.3 PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO

No bairro de Alfama como um todo existe uma grande preocupação com o estado de conservação dos edifícios. De acordo com o Gabinete Técnico Local a principal causa da sua degradação foi:

O processo de reconstrução do bairro foi feita após o terremoto por uma população com poucos recursos econômicos, de forma clandestina, que utilizou os materiais existentes no local e aumentou o espaço das habitações através do aumento do número de pisos, da ocupação dos saguões e logradouros ou da escavação da encosta.⁶³

Na subunidade de estudo temos várias edificações com interesse patrimonial como, por exemplo, a Igreja da Conceição a Velha, na Rua da Alfândega; a Casa dos Bicos, na Rua dos Bacalhoeiros; o Chafariz d'El-Rei, na Rua Cais de Santarém; o antigo Celeiro Público/Alfândega de Lisboa, na Rua do Terreiro do Trigo; o Chafariz de Dentro e o Museu do Fado, no Largo do Chafariz de Dentro e vários outros edifícios de habitação. Encontram-se classificados como monumento nacional pelo IGESPAR a Igreja da Conceição Velha e a Casa dos Bicos, o Antigo Reservatório e Estação Elevatória da Praia como imóvel de interesse público, o Chafariz d'El-Rei como imóvel em vias de classificação. (Ver mapa 02) Entretanto, toda a subunidade de estudo está incluída na *Zona Especial de Proteção da Cerca Velha e da Cerca Fernandina*. De acordo com Vieira da Silva,

o lanço da Cerca Velha se estende ao longo da Rua dos Bacalhoeiros, do Campo das Cebolas e da Rua do Cais de Santarém e está em muitas partes conservado e visível, como parede de fundo ou nas fachadas ou rasgada em arcos para aumentar a profundidade dos estabelecimentos.⁶⁴

Quanto a Cerca Fernandina ainda segundo o mesmo autor “está presente na Rua do Jardim do Tabaco em algumas casas antigas, no muro tardoz da ermida e atravessava o Largo do Chafariz de Dentro onde foi demolida em toda a extensão do largo em 1765 para boa serventia do local.”⁶⁵ (Ver anexo B)

⁶³ DRMU – *Cadernos de Reabilitação Urbana. Alfama, caracterização sociológica da habitação*. 1991, p.17-18

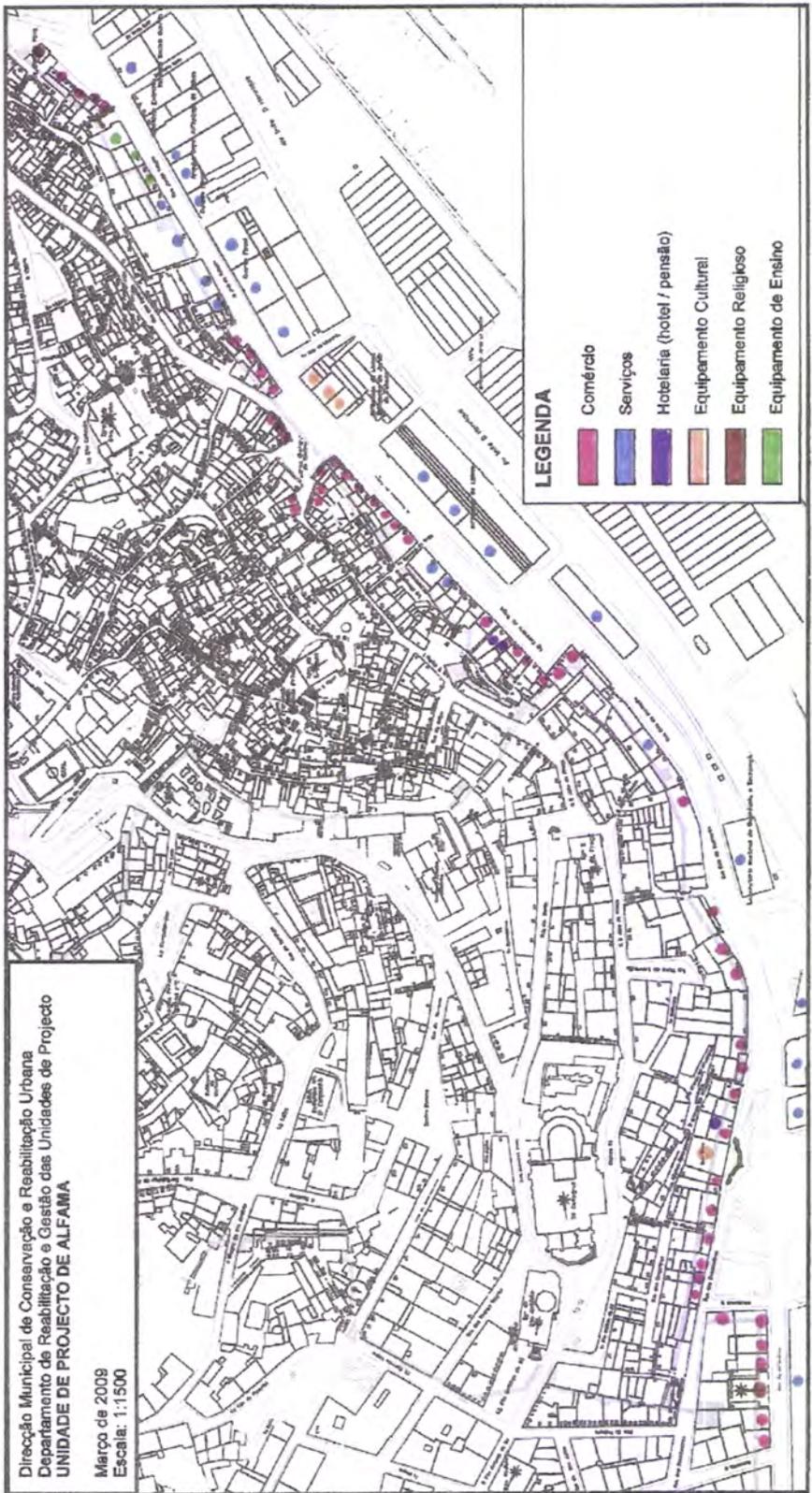
⁶⁴ Silva, Augusto Vieira da- *A cerca moura de Lisboa: estudo histórico descritivo*. 1987, p.102

⁶⁵ *idem- A cerca Fernandina de Lisboa. Vol II*. 1987, p.88

Outras edificações também estão referidas no Inventário do Patrimônio Arquitetônico da DGEMN, é o caso do Chafariz de Dentro, do Palácio de Coculim e da Ermida do Senhor Jesus da Boa Nova que também fazem parte deste inventário. Além destes edifícios já mencionados o Inventário Municipal do Patrimônio do PDM de Lisboa destaca também o edifício da Alfândega de Lisboa (antigo Celeiro Público), os edifícios de habitação da Rua dos Bacalhoeiros nº 22 a 28 e nº 6ª 8; o prédio de duas águas com fachada em bicos, na Rua dos Bacalhoeiros nº 12 e 12 A, casas nobres pré-pombalinas no Campo das Cebolas, nº 1 a 27 e a Casa das Varandas.

De uma maneira geral, as edificações estão em bom estado de conservação e na sua maioria encontram-se ocupadas. Com relação às fachadas prevalece a horizontalidade no conjunto que, agrupadas ao longo de toda a área, apresentam uma grande uniformidade e pouco decoradas, com exceção de alguns exemplos de destaque como a Casa dos Bicos e a Igreja Conceição Velha. Podemos observar ainda várias fases construtivas e alguns acrescentos introduzidos nas fachadas ao longo do tempo.

MAPA DE ESTRUTURA FUNCIONAL



Direcção Municipal de Conservação e Reabilitação Urbana
 Departamento de Reabilitação e Gestão das Unidades de Projecto
UNIDADE DE PROJECTO DE ALFAMA
 Março de 2009
 Escala: 1:1500

Mapa 03- Estrutura funcional
 Fonte: Gabinete Técnico de Alfama
 Escala: indicada
 Desenho: Carla Torres

3.4 USOS E OCUPAÇÕES

Na subunidade de estudo concentram-se essencialmente as atividades de comércio, serviços e hotelaria com cerca de cinquenta estabelecimentos. (Ver mapa 03) Existem vinte e quatro estabelecimentos ligados a restauração. Encontramos tascas tradicionais, pequenos restaurantes e cafés. Identificamos algumas pensões na Rua Terreiro do Trigo e Campo das Cebolas. Quanto ao comércio encontramos algumas lojas de pequeno porte, como lojas de artigos chineses, lojas de conveniência, tabacaria, jornais e revistas, lojas de internet, farmácia, lojas de “souvenirs” e um mini mercado.

Os serviços públicos identificados na área foram: o Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa (CML) na Casa dos Bicos, a Alfândega de Lisboa e o Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças. Concentram-se também alguns escritórios particulares, escritórios de despachantes e bancos. Como equipamento cultural temos o Museu do Fado, antiga Estação Elevatória de Alfama.

Ainda verificamos na área em questão a presença dos Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana (GNR) com entrada pela Rua Jardim do Tabaco como equipamento de cunho assistencial. E com referência à educação temos na Rua do Jardim do Tabaco o Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA), instituição de ensino superior que está no bairro desde 1962, além das atividades de ensino também alberga atividades editoriais e culturais com uma livraria aberta a todos com obras relativas à psicologia e outros temas.

Relativamente à utilização do espaço público verificamos que a área é um ponto de passagem com movimentação mais intensa durante o dia e com grande fluxo de automóveis, principalmente no trecho em frente ao Campo das Cebolas em direção a Rua da Alfândega, pois se trata de uma via coletora e de distribuição. Ao longo da sua extensão encontramos alguns pontos de convívio como as esplanadas dos cafés e restaurantes, a Praça no Campo das Cebolas, o Largo do Terreiro do Trigo e o Largo do Chafariz de Dentro.

3.5 MOBILIÁRIO URBANO

O mobiliário urbano é um elemento importante no espaço urbano a finalidade de analisá-lo se justifica em perceber na área de estudo as necessidades ou os excessos e a sua funcionalidade e qualidade. Na subunidade de estudo podemos observar a existência de papeleiras espalhadas ao longo do percurso e de eco-pontos o que deveriam contribuir para a limpeza da área. Também há a presença de candeeiro de iluminação e de bancos como locais que convidam a permanência. Algumas edificações estão identificadas através de placas como é o caso do Museu do Fado e da Igreja da Conceição Velha. Existe uma certa disparidade quanto ao design das mesas e cadeiras das esplanadas o que impedem uma linguagem coerente do espaço público. Assim como os bancos nas áreas de convívio também deveriam ser reestruturados. Apesar de existirem papeleiras e eco-pontos é possível ver em determinados pontos o acumular de lixo no passeio. (Ver anexo C)

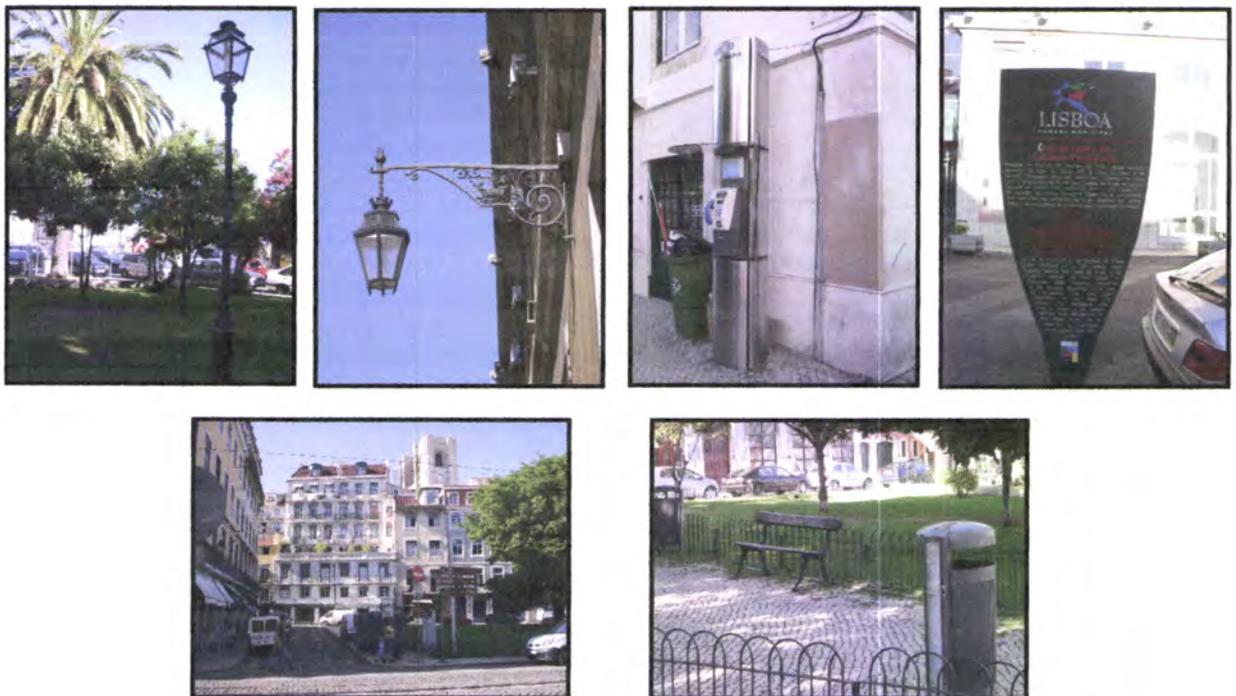


Figura 06 – Mobiliários urbano ao longo da subunidade de estudo

Fonte do autor, julho / 2009

Nela se encontram alguns edifícios pombalinos e edificações de tipologia civil pública e religiosa (fig.07). Podemos destacar a Igreja da Conceição Velha datada dos séculos XVI-XVIII, está classificada como monumento nacional, construção de raiz manuelina possui um belíssimo portal com a representação de Nossa Senhora da Misericórdia com o manto aberto e seguro por dois anjos que protegem o rei D. Manuel I e sua irmã, a rainha D. Leonor. (fig. 08)



Figura 07 – Vista da Rua da Alfândega

Fonte: www.skyscrapercity.com, agosto / 2008



Figura 08 – Fachada da Igreja da Conceição Velha

Fonte: www.skyscrapercity.com, agosto / 2008

Interiormente decorada com azulejos e estuques de estilo pombalino e talha. No seu interior verificamos também uma imagem de Nossa Senhora das Alfândegas o que mostra à ligação da população a atividade marítima do bairro. “(...) a vida em Alfama sempre esteve, e em certa medida ainda está, fortemente marcada pelas atividades marítimas e portuárias.”⁶⁶ Ainda podemos verificar como forma de valorização do património um painel com materiais de interpretação sobre o projeto de recuperação e restauro da capela mor da igreja. Os edifícios que formam o enquadramento da igreja estão em bom estado de conservação, são de tipologia civil, no rés de chão normalmente prevalece o comércio e nos pisos superiores habitação e serviços.

⁶⁶ Costa, António Firmino da – **Sociedade de Bairro – Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural**. 1998, p.99

Quanto à fachada verificamos alguns elementos descaracterizantes como as antenas de TV Cabo e os aparelhos de ar condicionado. (fig. 09)



Figura 09 – Elementos descaracterizantes
Fonte do autor, julho / 2009

Em alguns edifícios também são visíveis os acrescentos aos edifícios originais feitos ao longo do tempo. (fig. 10)



Figura 10 – Acrescentos ao edifício
Fonte do autor, julho / 2009

A Rua dos Bacalhoeiros teve vários nomes Rua Direita da Ribeira, Rua de Cima da Misericórdia, Rua de Cima da Conceição dos Freires, Rua Direita dos Freires, até 1859 a rua era dividida em duas, Rua dos Bacalhoeiros e Rua dos Confeiteiros. Após o terremoto foi designada como local para os comerciantes de bacalhau e de confeitaria. Nesta rua encontramos um elemento âncora que é a Casa dos Bicos, um importante exemplar da arquitetura palaciana portuguesa de quinhentos.

Sua característica mais marcante está na fachada revestida em pedra aparelhada em forma de diamante. (fig. 11 e 12)



Figura 11 – Fachada da Casa dos Bicos

Fonte: www.skyscrapercity.com,

agosto / 2008



Figura 12 – Pormenor da fachada

Fonte: www.skyscrapercity.com,

agosto / 2008

Foi um palácio construído por Brás de Albuquerque, filho do vice-rei da Índia Afonso de Albuquerque, entre 1521 e 1523. Por tratar-se do único edifício com esse tipo de decoração a Casa dos Bicos tornou-se um marco para a cidade de Lisboa. Após o terremoto de 1755 a Casa dos Bicos perdeu os dois andares superiores e toda a sua fachada Norte. Em 1983, o edifício foi reintegrado através da sua adaptação para um dos Núcleos da “XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura”, dedicado à Dinastia de Avis. Assim foi reposta a volumetria original de acordo com a iconografia reabilitando elementos arquitetónicos e históricos. Escavações feitas na época descobriram tanques de salgas de peixes e parte da cerca velha.

Nela funcionou o Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa e atualmente o edifício passa por uma reforma para albergar a Fundação Saramago que estará a serviço da cidade com uma biblioteca, um espaço de estar, um auditório, os serviços da Fundação e um núcleo expositivo, será um local para conferências, exibição de filmes e exposições. Além disso, contará com um piso de entrada onde haverá explicações a respeito da Casa dos Bicos e dos seus achados arqueológicos, este espaço será de responsabilidade da CML. O projeto é do arquiteto João Santa Rita,

filho do arquiteto José Santa Rita, que em 1983 juntamente com o arquiteto Manuel Vicente, foi autor do projeto de remodelação para a XVII Exposição Européia de Arte, Ciência e Cultura. Vizinha a Casa dos Bicos está a Casa das Varandas edificação imponente pela sua massa arquitetônica, marcada pelo ritmo dos vãos, pela cor e pelo número de varandas. (fig. 13)



Figura 13 – Casa das Varandas. As janelas dão o ritmo à fachada
Fonte do autor, julho / 2009

Trata-se de uma construção do século XVIII a casa foi arruinada pelo terremoto e foi reconstruída aproveitando as cantarias da loja, sobreloja e dos pisos superiores e as varandas com janelas de sacadas que são seus elementos marcantes. No século XIX foram acrescentados mais dois pisos que não alterou a harmonia estrutural. A paisagem urbana pode ser considerada um meio de interação e de integração entre as pessoas, existindo uma troca de experiências e vivências. Ainda de acordo com Cullen

(...) abrigo, sombra, conveniência e um ambiente aprazível são as causas mais freqüentes da apropriação do espaço, as condições que levam à ocupação de determinados locais (...) a ocupação estática, porém, é apenas uma das formas de apropriação do espaço exterior. Uma outra consiste na apropriação pelo movimento.⁶⁷

A ocupação estática está associada ao ambiente construído, seja ele aberto ou não, já o espaço em movimento é utilizado pelas pessoas em seus passeios ou encontros, é uma ocupação vibrante que deixa a paisagem mais atrativa. Um exemplo disto é a Praça do Campo das Cebolas, o mobiliário urbano, o pavimento, a vegetação

⁶⁷ Cullen, Gordon – Paisagem urbana. 2008, p.25

confere ao local um caráter mais humano criando uma zona expectantes ao fazer a ligação com seu entorno, os edifícios, a Casa dos Bicos, as palmeiras e o próprio rio. Cria-se um espaço aprazível onde se tem a vontade de ficar e apreciar o que está em volta. (fig.14) É verdade que esta sensação poderia ser melhorada se houvesse o reposicionamento e substituição do mobiliário urbano, um melhor ordenamento do trânsito e organização do estacionamento, que são dois pontos críticos associando uma imagem de confusão ao local. (fig. 15 e 16)



Figura 14 – Praça no Campo das Cebolas
Fonte do autor, julho / 2009



Figura 15 – Mobiliário Urbano
Fonte do autor, julho / 2009



Figura 16 – Estacionamentos e paragens de autocarros
Fonte do autor, julho / 2009

Neste trecho o fluxo de veículos é intenso e ainda há a circulação do elétrico, em frente ao Campo das Cebolas é uma zona de estacionamentos e ponto final de alguns autocarros e da carreira do elétrico. É uma zona que necessita de um reordenamento. A rua é revestida com paralelepípedo que em alguns locais se mistura ao alcatrão. As calçadas são em pedra à portuguesa, mas necessitam de recuperação. (fig. 17 e 18)



Figura 17 – Pavimentação em mau estado
Fonte do autor, julho / 2009



Figura 18 – Calçada danificada
Fonte do autor, julho / 2009

Relativamente ao edificado nesta zona existem edifícios degradados necessitando urgentemente de reparos, edifícios em fase de recuperação e edifícios já recuperados. (fig.19)



Figura 19 – Estado de conservação dos edifícios
Fonte do autor, julho / 2009

Ao longo de toda a subunidade de estudo podemos perceber que o lado direito, o que margeia a Av. Infante D. Henrique, é marcado por lotes maiores geralmente de quarteirões de planta quadrangular e até por vezes constituindo uma quebra através de zonas mais abertas (frente de rio) (fig.20) com a paisagem imediata para o rio, com edifícios de tipologia civil / pública, como por exemplo, o edifício do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), o Ministério das Finanças, o Instituto Virgílio Machado (fig.21) enquanto que no lado esquerdo predominam os lotes mais estreitos e os edifícios estão ocupados pelo comércio e habitação. (fig.22)



Figura 20 – Zona aberta – frente de rio
Fonte do autor, julho / 2009



Figura 21 – Edifícios de tipologia civil / pública
Fonte do autor, julho / 2009



Figura 22 – Edifícios de habitação e comércio
Fonte do autor, julho / 2009

A Garagem da Ribeira Velha uma propriedade particular onde funciona uma oficina de automóveis é também outro ponto crítico neste percurso pelo desordenamento do estacionamento dos carros a sua frente. (fig.23)



Figura 23 – Garagem da Ribeira Velha. Coberta das antigas bombas de gasolina. Elemento sem função e destoante na paisagem urbana.

Fonte do autor, julho / 2009

3.6.2 Trecho 02- Rua do Cais de Santarém



Mapa 05 – Localização do segundo trecho da subunidade de estudo
Fonte: Câmara Municipal de Lisboa

O Cais de Santarém era um local destinado a descarga dos barcos que vinham da Vila de Santarém. Os edifícios na sua maioria estão em bom estado de conservação. Destacamos aqui o antigo Palácio dos Condes de Coculim (fig.24) datado do século XVII e que pertenceu ao Marquês de Fronteira e depois passou ao seu filho, D. Francisco de Mascarenhas, o primeiro Conde de Coculim – nome de uma das terras lusitanas da Índia. Este edifício foi vítima do terremoto de 1755 e em 1965 parte do que foi reconstruído foi utilizado pela firma Sommer & Cia, para armazém.

Atualmente o edifício se encontra vazio e degradado. Porém existe um projeto de requalificação e construção de um hotel cinco estrelas o que sem dúvidas trará uma mais valia em termos de revitalização desta área. Entretanto o projeto gerou bastante polémica pela sua volumetria, o edifício irá ganhar mais quatro pisos em cima dos antigos armazéns o que prejudicaria a visibilidade dos edifícios que estão localizados atrás e alteraria o volume original da edificação quebrando o equilíbrio urbanístico do local.



Figura 24 – Palácio dos Condes de Coculim.

Fonte do autor, julho / 2009

O espaço urbano de Alfama é muito marcado pelo elemento água. De acordo com Portela, “as bicas e chafarizes são característicos do bairro e contribuem para a identidade do local”⁶⁸ No final da Rua do Cais de Santarém está o Chafariz d’El-Rei que se encontra em vias de classificação pelo IGESPAR. (fig. 25)

⁶⁸ Portela, Sara – **Definição de Critérios para Avaliação do Espaço Urbano, tendo por referencia o Bairro da Alfama.** 2002, p.95



Figura 25 – Vista do Chafariz d'El-Rei
Fonte do autor, julho / 2009



Figura 26 – Palacete do Chafariz d'El-Rei
Fonte do autor, julho / 2009

É um dos mais antigos da cidade tem origem no período muçulmano aproveitando as águas da encosta de Alfama. A sua fachada foi alterada ao longo dos anos devido às várias obras que nele foram feitas. Durante o reinado de D. Afonso III no século XVI sofreu obras passando a dispor de seis bicas.

Cada uma era exclusiva de um grupo social, assim foi decretado por norma camarária determinando que a primeira era utilizada pelos negros forros, a segunda pelos homens das galés, a terceira para as moças brancas, a quarta para os homens brancos e as outras para as índias, pretas, escravas e lacaios. Atualmente só apresenta três das bicas originais.

Na parte superior está assentado um palacete do século XIX construído em 1900 é um edifício emblemático que reflete o estilo eclético da época incluindo vários estilos, nele estão presente elementos neo-árabes, neo-barrocos, neo-clássicos, assim como elementos medievais e contemporâneos. O ferro é largamente utilizado e está presente nas clarabóias com vidros coloridos e em elementos decorativos e estruturantes. Foi restaurado preservando seu traçado original. (fig.26)



Figura 27 – Vista do Antigo Celeiro Público

Fonte do autor, julho / 2009

Neste trecho onde predomina o comércio local também há uma grande concentração de escritórios de despachantes. O bairro de Alfama está historicamente ligado ao rio. Foi neste bairro onde se estabeleceram as atividades que tinham a ver com o Porto de Lisboa, como as alfândegas, os despachantes, as transportadoras. Os edifícios na sua maioria estão relativamente em bom estado de conservação com algumas exceções, como por exemplo, o nº 13 que mesmo constando uma placa de “Patrimônio Municipal” encontra-se em mau estado a necessitar de reparos. (fig. 28)



Figura 28 – Patrimônio Municipal em mau estado de conservação

Fonte do autor, julho / 2009

Apesar de passar por um processo de requalificação urbana são visíveis sinais de problemas como a falta de manutenção de alguns edifícios, o lixo e o desordenamento dos estacionamento. Esta degradação física se revela em péssimas condições de conforto e habitabilidade para seus habitantes atingindo a qualidade do tecido urbano e sendo uma influência negativa para a imagem da cidade. Visando a reabilitação urbana foram concedidos apoios financeiros como uma maneira de estimular a recuperação dos prédios velhos.

“O processo de reabilitação urbana é um trabalho de inegável amplitude e complexidade que só pode ser levado a cabo pela participação e conjugação de esforços de entidades públicas e privadas e de particulares.”⁶⁹ Logo a reabilitação do bairro surge como uma prioridade devido ao estado de conservação do seu edificado e dos espaços urbanos somado ao envelhecimento da sua população e saída dos moradores mais jovens para áreas suburbanas.

Exatamente para permitir o regresso à cidade da população jovem e devolver vitalidade aos bairros históricos é que os projetos de reabilitação procuram preservar a traça original e adaptar os edifícios antigos as exigências atuais de conforto e funcionalidade atendendo as necessidades de modernização das cidades enquanto organismos vivos.

⁶⁹ Ferreira, Alexandra – **Cidade Antiga: Uma paixão**. 2005, p. 63

3.6.4 Trecho 04- Largo do Chafariz de Dentro



Mapa 07 – Localização do quarto trecho da subunidade de estudo
Fonte: Câmara Municipal de Lisboa

Durante os séculos XIII e XIV o Largo do Chafariz de Dentro era um importante espaço público centralizador de diversas atividades e local de socialização dos seus habitantes. Era um ponto de ligação com o eixo ribeirinho e conseqüentemente com o dinamismo da Lisboa portuária. A sua denominação é por este se encontrar dentro da muralha Fernandina e existir outro que ficava do lado fora, conhecido por Chafariz da Praia. Também era chamado de Chafariz dos Cavalos, pois servia de bebedouro para os cavalos, mulas e vacas. (fig.29)



Figura 29 – Largo do Chafariz de Dentro

Fonte: www.amar-alfama.blogspot.com

Possui alguns edifícios singulares pré-pombalinos com seus andares em ressaltado apoiados em varões de ferro ou madeira. (fig.30) Alguns edifícios estão na expectativa de serem reabilitados, é possível vermos as placas de “aprovado” pela CML e de “aguarda aprovação” pela Assembléia Municipal de Lisboa (AML) tornando evidentes os conflitos políticos que envolvem o processo de revitalização de uma área. (fig.31) Tem sido alvo de várias intervenções com a finalidade de melhorar sua qualidade e está incluído no “Projeto Integrado do Chafariz de Dentro”. Foram colocados pilaretes com o objetivo de delimitar a zona pedonal e evitar o estacionamento de veículos.



Figura 30 – Edifício com andares em ressaltado

Fonte do autor, julho / 2009



Figura 31 – Edifícios a espera de reabilitação

Fonte do autor, julho / 2009

Embora cada vez mais a política municipal esteja voltada para a requalificação urbana o processo de reabilitação é uma solução que requer tempo e uma perspectiva de médio a longo prazo e demanda muito dinheiro. Além disso, a reabilitação urbana é também uma atividade geradora de emprego e dinamizadora da economia. O Projeto Integrado do Chafariz de Dentro não envolvia apenas o largo, mas também as casas das ruas adjacentes e o edifício da antiga estação elevatória de águas, da segunda metade do século XIX. O Largo do Chafariz de Dentro é uma das portas de entrada para a Alfama é o início e fim de muitos percursos turísticos, o que fez com que se concentrem vários restaurantes, esplanadas e outros estabelecimentos comerciais onde desperta a vontade de parar e tomar algo. É um local bastante dinâmico sempre cheio nos horários de refeições e um ponto de encontro dos seus habitantes.

É um dos locais mais representativos do bairro de Alfama principalmente por sua ligação com o fado. O fado encontra-se profundamente enraizado na tradição e cultura portuguesas. Em frente ao Largo do Chafariz de Dentro está localizado o Museu do Fado antiga estação elevatória de águas onde atualmente funciona a Casa do Fado e da Guitarra Portuguesa. O nome “Recinto da Praia” remete a praia que havia neste local aonde os navios vinham fazer a aguada a partir de um chafariz que ali existia. Posteriormente também foi uma estação elevatória de água construída em 1869 com a finalidade de bombear as águas residuais de Alfama para um depósito localizado na freguesia de São Vicente. Em 1880 passou a segundo plano devido à construção da estação elevatória dos Barbadinhos. Em 1974, após o 25 de abril, foi ali instalado o Centro de Trabalho do Partido Comunista Português. Atualmente é um espaço de investigação, divulgação e promoção do fado português. (fig. 32)



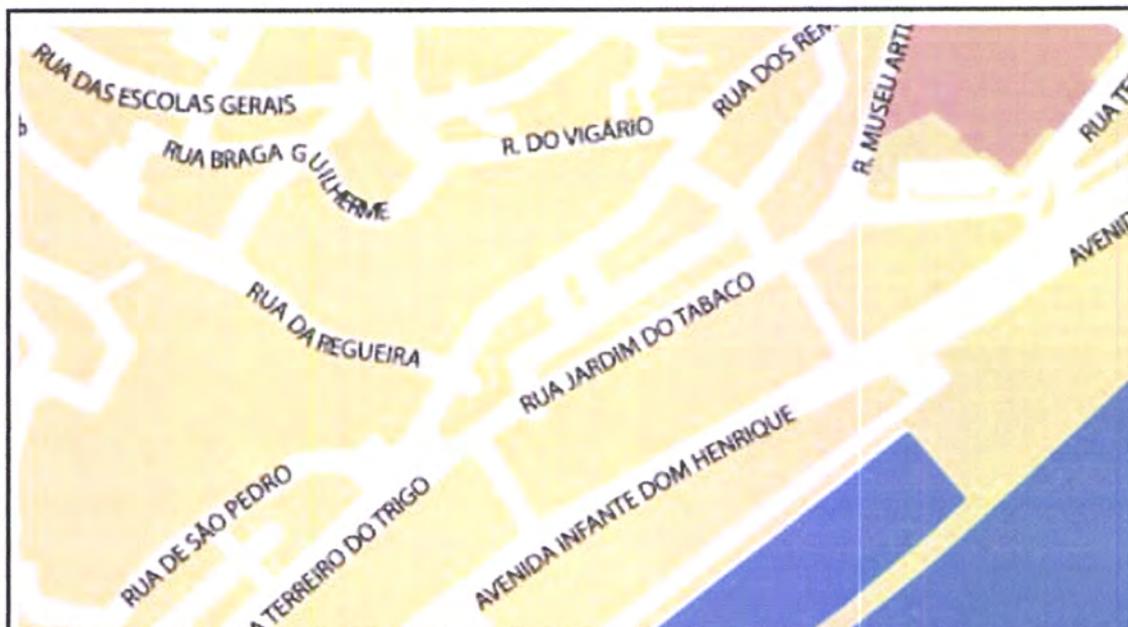
Figura 32 – Museu do Fado - Equipamento cultural
Fonte do autor. julho / 2009

Foi inaugurado em 1998 e é uma referência no âmbito dos equipamentos culturais da cidade. Passou por uma renovação tanto no seu espaço físico como também no conceito da exposição permanente integrando acervos importantes que estavam na posse de outras instituições. O projeto de recuperação e valorização do museu teve início no ano de 2008 e foi apoiado pelo Programa Operacional da Cultura (POC) implicou na reabilitação das fachadas e cobertura, na valorização do circuito museológico através da ampliação e renovação da exposição permanente, passando pela eliminação de barreiras arquitetônicas no interior do edifício, no sentido de garantir a acessibilidade dos visitantes com mobilidade condicionada.

Possui um núcleo museológico com exposição permanente em tributo ao fado e seus intérpretes, um espaço para exposições temporárias, um centro de documentação, loja, um auditório, uma escola com cursos de guitarra portuguesa e de viola do fado e um restaurante /cafeteria.

A aposta em novas tecnologias é uma das características do museu disponibiliza postos de consulta que permitem o acesso a imagens, registos áudios, biografias, programas de espetáculos e pautas, sendo assim uma maneira de aproximar o visitante ao acervo. O projeto do novo museu também ampliou a relação do mesmo com a comunidade fadista e o universo do fado. O museu é bastante visitado por turistas e é um elemento dinamizador para esta área.

3.6.5 Trecho 05- Rua do Jardim do Tabaco



Mapa 08 – Localização do quinto trecho da subunidade de estudo
Fonte: Câmara Municipal de Lisboa

Tem início na Rua do Museu de Artilharia e termina no Largo do Chafariz de Dentro, faz parte da Freguesia de Santo Estevão. O seu nome tem a ver com a Alfândega do Tabaco instalada nesta zona no século XVII. O hábito de consumir tabaco pelos portugueses origina o regimento da Alfândega do Tabaco ou Junta de Administração do Tabaco. (fig.33)



Figura 33 – Rua do Jardim do Tabaco
Fonte: www.lisboafotografia.blogspot.com

Nesta rua os edifícios formam uma grande massa arquitetônica em contraste com o interior do bairro. (fig.34) Encontramos alguns prédios em avançado estado de degradação e armazéns desativados. (fig. 35)



Figura 34 – Grande massa arquitetônica
Fonte do autor, julho / 2009



Figura 35– Edifícios degradados
Fonte do autor, julho / 2009

Aqui está localizado os Serviços Sociais da GNR e o ISPA. A área em volta possui alguns cafés com esplanada muito freqüentados pelos estudantes do ISPA. No final da rua já com divisa com a Rua do Museu de Artilharia encontramos a Ermida do Senhor Jesus da Boa Nova, edifício de estilo barroco é um exemplo de arquitetura erudita do período joanino. (fig. 36) Foi construída no século XVIII em substituição a antiga Ermida da Nossa Senhora do Rosário com autorização do rei D. João V. Reconstruída em 1775 ficou parcialmente enterrada devido à construção do aterro para a passagem da estátua equestre de D. José I. Trata-se de uma construção simples com o interior decorado com talhas e colunas de mármore e mosaicos florentinos. Com sua fachada desnivelada e enterrada em relação à rua passa despercebida do conjunto de fachada.



Figura 36 – Ermida do Senhor Jesus da Boa Nova
Fonte do autor, julho / 2009

4. ANÁLISE DA PAISAGEM NA SUBUNIDADE DE ESTUDO



4.1 A PAISAGEM DA SUBUNIDADE DE ESTUDO

A paisagem urbana caracterizada pelos espaços públicos é bastante dinâmica em relação a sua forma e função, uma vez que constituem locais onde se realizam as relações entre homem e ambiente. É composta pelas construções e pelos espaços livres de edificações. A paisagem urbana não é apenas para ser vista, mas também para ser explorada.

Ela nos revela muito da sua história, possui memória e é um retrato do presente e de tudo que está relacionado a ele, mas também é registro do passado que reunidos constituem um grande atrativo para o turismo. Ou seja, a imagem da cidade não é somente o que se vê, mas as lembranças e significados de quem as vê, podendo despertar sentimentos de agrado ou desagrado dependendo das relações das pessoas com o lugar.

Para Kevin Lynch, “a imagem é formada pelo conjunto de sensações experimentadas ao observar e viver em determinado ambiente”.⁷⁰ A paisagem pode despertar todos os nossos sentidos, olfato, visão, paladar e audição e também outros especiais como o sentido das formas, de harmonia, de equilíbrio, de espaço, a cor, a luz, a textura, a temperatura e a atmosfera.

De acordo com Castrogiovanni “a cidade é um mundo de representações. Pode ser pequena ou uma metrópole; ela pulsa, vive, seduz, agride, transforma-se e transforma aqueles que nela interagem.”⁷¹ A imagem é um conjunto de códigos e signos a serem interpretados pelo observador.

Segundo Cullen, “(...) embora o transeunte possa atravessar a cidade a passo uniforme, a paisagem urbana surge na maioria das vezes como uma sucessão de surpresas e revelações súbitas. É o que se entende por visão serial, ou seja, quanto mais a visão das pessoas for estimulada, a paisagem urbana será mais interessante, mais animada, despertando sensações e curiosidades, em relação ao que vier pela frente. Se, ao contrário, a paisagem for monótona, não causará grandes emoções,

⁷⁰ Lynch, Kevin – **A imagem da cidade**. 2008, p.10

⁷¹ Castrogiovanni, 2001, p. 31 *apud* Fernandes, Diogo Luders – **Irati e Prudentópolis – Paraná. Análise da paisagem urbana enquanto potencial turístico**. 2006, p. 39

passando despercebida.”⁷² Foi com base nesses conceitos que analisamos a paisagem urbana da subunidade de estudo tentando a cada passo captar uma imagem, estimulando os sentidos, sensações e memória para além do campo da visão.

Retiramos da análise de Cullen dois aspectos importantes com relação a paisagem urbana um diz respeito ao local outro ao conteúdo. O local que considera as nossas relações perante nossa posição no espaço, despertando o sentido de localização obtidas pelo contraste entre espaços amplos e estreitos, pelas fachadas irregulares dos edifícios e pela diferença de altura entre dois espaços próximos. Já o conteúdo está relacionado com a constituição da cidade, em termos de cor, texturas, escalas, estilos, pavimentos, mobiliário urbano, ou seja, tudo o que a individualiza.

Durante o percurso pedonal encontramos vários tipos de relações entre o “aqui” e o “além” conhecidos referidos por Cullen: “as saliências e reentrâncias das fachadas que não permitem compreender a rua de uma só vez”⁷³ (fig.37); “os acidentes, elementos que fixam o olhar e impedem a monotonia”⁷⁴ (fig.38); “os estreitamentos, aproximação dos edifícios que resulta em pressão e compressão”⁷⁵ (fig.39). Ainda é possível ver exemplos da relação do “aqui” conhecido e do “além” desconhecido como a expectativa e o mistério⁷⁶ uma relação muito presente no ambiente de Alfama (fig.40 e 41)

⁷² Cullen, Gordon – **Paisagem urbana**. 2008, p. 11

⁷³ Cullen, Gordon – **Paisagem urbana**. 2008, p.46

⁷⁴ *Idem*. **Paisagem urbana**. 2008, p.46

⁷⁵ *Idem*. **Paisagem urbana**. 2008, p.47

⁷⁶ Cullen, Gordon – **Paisagem urbana**. 2008, p.51

Figura 41 – A expectativa que desperta a nossa curiosidade

Fonte do autor, julho / 2009



Figura 37 – Saliências e reentrâncias das fachadas

Fonte do autor, julho / 2009



Figura 38 – Os acidentes. Elementos que prendem o olhar e evitam a monotonia.

Fonte do autor, julho / 2009



Figura 39 – Escadinhas do Terreiro do Trigo. 1m de largura entre as fachadas altas.

Fonte do autor, julho / 2009

Alfama é assim uma mistura de becos, ruelas, pátios, arcos, escadinhas, lampiões e varandas de ferro forjado. Suas cores são formadas pelos vasos de flores pintados, pelos telhados, azulejos, gaiolas, pela roupa a secar e pela sua decoração durante as festas dos santos populares. Para um visitante Alfama não é um local de fácil orientação uma vez que sua estrutura labiríntica traz alguma dificuldade. Possui um espaço urbano que de acordo com Antonio Firmino Costa “interpela o imaginário dos visitantes.”⁷⁷ Já para seus moradores o local vai além do labirinto físico, pois eles sentem o bairro, conhecem as pessoas, os seus sons e cheiros e decifram seus sinais.

Sua textura é sentida no contraste entre a rugosidade das paredes degradadas e a suavidade dos edifícios pintados de novo. O som de Alfama é marcado pela conversa entre vizinhos, pelo burburinho nas tascas e restaurantes e pela música, o fado. Seu cheiro está presente nos grelhados de sardinha, pelas flores dos vasos, pelas roupas nas janelas muitas vezes provocando sensações agradáveis ou não.

Em seu livro *A Imagem da Cidade*, Lynch, destaca a maneira como percebemos a cidade e as partes que a constitui. Ele concluiu que cada pessoa tem sua imagem de cidade e esta está cheia de memórias e significados. Um dos seus conceitos básicos é a legibilidade. Para Lynch, “legibilidade é a facilidade com que cada uma das partes da cidade pode ser reconhecida e organizada em um padrão coerente”⁷⁸ A estruturação e identificação do ambiente é uma atividade vital de todo animal. Um ambiente legível oferece segurança e uma experiência urbana mais intensa.

De acordo com Lynch a percepção ambiental pode ser analisada segundo três componentes: estrutura, identidade e significado. A identidade passa pela sua distinção de outras coisas, o seu reconhecimento como entidade separável. Além disso, a imagem tem de incluir a relação espacial ou relação do objeto com o observador e outros objetos o que Lynch designa de estrutura. E por último este objeto tem de ter para o observador um significado quer prático quer emocional, em uma relação diferente da espacial ou estrutural. Para este estudo utilizamos os conceitos definidos por Lynch: a identidade e a legibilidade.

⁷⁷ Costa, António Firmino da – **Sociedade de Bairro – Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural** 1999, p.307

⁷⁸ Lynch, Kevin – **A imagem da cidade**. 2008, p.10

4.2 IDENTIDADE DO BAIRRO

“A identidade é o nível a que uma pessoa consegue reconhecer ou recordar um local como sendo distinto de outros locais, como tendo um caráter próprio vivido, único ou pelo menos particular.” ⁷⁹ No caso do bairro de Alfama as Festas dos Santos Populares são acontecimentos marcantes que reforçam a sua identidade. Uma vez ao ano o bairro fica repleto de pessoas que desejam comer a sardinha assada, as febras ou o arroz doce, beber vinho ou sangria e comprar os manjericos, que segundo a crença popular não se pode cheirar, pois a planta é sensível e acaba por murchar, deve-se passar a mão sobre a planta e cheirá-la depois. (fig.42). É nesta festa que se celebra o Santo António e muitas famílias fazem dos largos, ruas e becos os seus restaurantes e barracas como forma de aumentar a renda do orçamento familiar. (fig. 43 e 44)

As ruas são decoradas com lâmpadas e tiras de papel e plásticos coloridos. (fig.45) As marchas populares também são outro elemento marcante e pode-se dizer que constituem uma prática identitária por excelência. Preparadas ao longo dos meses pelas coletividades do bairro que participam ativamente nos ensaios e outros preparativos.

⁷⁹ *Idem. A boa forma da cidade.* 2007, p.127



Figura 42 – A tradição dos manjericos

Fonte do autor, junho / 2009



Figura 43 – Celebração a Santo António

Fonte do autor, junho / 2009



Figura 44 – Montagem das barracas típicas

Fonte do autor, junho / 2009



Figura 45 – Decoração para as Festas de Lisboa

Fonte do autor, junho / 2009

Outra identidade muito própria do bairro são as relações sociais que ocupam o espaço urbano. (fig. 46 e 47) Em Alfama ainda é possível se ver a conversa à porta da rua e o espaço público é muito utilizado para se colocar uma mesa para o almoço do domingo, fazer uns grelhados ou simplesmente para uma conversa em grupo ou jogos entre amigos. O comércio também contribui para isto, não ocupa apenas o espaço das lojas e se estende as ruas reunindo a população do bairro para não só se abastecer como saber das últimas novidades.



Figura 46 – Almoço do domingo com grelhados

Fonte: www.globo.com



Figura 47 – Moradores jogando na rua

Fonte do autor, julho / 2009

Alfama também é identificada pelo fado, a canção da saudade. “O fado constitui uma linguagem identitária, uma prática identitária, (...)”⁸⁰ O fado muitas vezes foi associado à vida boémia e à prostituição. Quando passou das ruas aos restaurantes típicos deixou de ser marginal e tornou-se atração turística e é bastante comum no bairro. O fado é muito popular e constitui uma prática cultural partilhada pela população inserida na dinâmica social local. É comum andar pelo bairro e ser surpreendido pelo som do fado, muitas vezes cantado de forma amadora nas coletividades do bairro transformando num ponto de convívio informal. Portanto, em Alfama os costumes populares se mantêm vivos e é esta diversidade que transforma o bairro em um ponto de encontro. (fig. 48 e 49)



Figura 48 – Elementos representativos do fado
Fonte do autor, julho / 2009



Figura 49 – Apresentação do fado
Fonte do autor, julho / 2009

4.3 LEGIBILIDADE DO BAIRRO

Partindo da abordagem de Kenvin Lynch sobre a noção de *Legibilidade* a leitura da cidade é um resultado da percepção dos seus habitantes evidenciando a relação entre os espaços e os sujeitos. “os elementos móveis de uma cidade, especialmente as pessoas e as atividades são tão importantes como as suas partes físicas e imóveis”⁸¹ O observador, na maioria das vezes, tem uma percepção da cidade fragmentada

⁸⁰ Costa, António Firmino da – **Sociedade de Bairro – Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural**.1999, p. 145.

⁸¹ Lynch, Kevin – **A imagem da cidade**. 2008, p.9

envolvida em outras referências como uma abordagem mais sensível onde cheiros, sons, imagens, ritmos povoam o imaginário constante dos lugares. “Quase todos os sentidos estão envolvidos e a imagem é o composto resultante de todos eles.”⁸²

“A legibilidade é o grau que os habitantes de um aglomerado populacional conseguem comunicar bem uns com os outros através das suas características físicas simbólicas.”⁸³ Para a análise deste tema buscamos como base as definições de Lynch e também o estudo realizado na tese de mestrado de Sara Portela sobre o espaço urbano de Alfama onde a autora tomou como referência as “manipulações simbólicas” designadas por Lynch para tratar a legibilidade de Alfama através das obras de artistas e olisipógrafos para a leitura do espaço urbano do bairro.

O bairro de Alfama sempre foi foco de temas artísticos, assim, utilizamos para a leitura do espaço urbano de Alfama as letras de fado e a fotografia. As letras de fados foram pesquisadas no Centro de Documentação do Museu do Fado e as fotografias foram retiradas do projeto desenvolvido pela APPA chamado “Maratona da Fotografia Digital de Alfama” o concurso já está na sua terceira edição e tem como objetivo utilizar a fotografia não apenas como um prolongamento do olhar, mas de todos os sentidos para a percepção do bairro.

Muitos fados falam de Alfama, dos seus sítios ou do bairro na sua totalidade, estes fados são segundo Firmino da Costa caracterizados como “fados identitários”⁸⁴ exatamente por relatar em suas letras a identidade local e transmitir toda uma carga simbólica servindo de expressão cultural de Alfama. Seguem alguns exemplos:

“Tuas ruas tão estreitinhas
São glórias, têm fado
Tu és a Lisboa antiga
Onde há sempre uma cantiga
P’ra recordar o passado.”

(Do fado *Alfama Velhinha* de Armando Santos, poeta e fadista da Alfama de hoje)⁸⁵

⁸² *Idem. A imagem da cidade.* 2008, p.10

⁸³ *Idem. A boa forma da cidade.* 2007, p.135

⁸⁴ Costa, António Firmino da – **Sociedade de Bairro – Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural.** 1999, p.127

⁸⁵ Costa, António Firmino da; Guerreiros, Maria das Dores – **O trágico e o contraste. O fado no bairro de Alfama.** 1984, P.25

E de Alfama, esse tesoiro
O mais lindo miradoiro
Onde a vista se enebria
Com a tua igreja branquinha
Tens todo o ar de rainha
Ó minha Santa Luzia.

Santo Estevão tens em frente
A teu lado São Vicente
O casario, é painel
Santa Engrácia majestosa
A teus pés, mas orgulhosa
A torre de São Miguel.

Tudo é motivo e tem graça
Lá está São João da Praça
Que simples, e original
Mas de inconfundível traça
O berço da nossa raça
A velha Sé Catedral.

Por isso Santa Luzia
É que tens a primazia
Dos miradoiros sem rival
Tu vês-te nesse vaidoso
O Tejo maravilhoso
O espelho de Portugal
(*Fado Santa Luzia – Armando Santos*)⁸⁶
Venham ver minha Alfama
Dessa moirama, tão afamada
Venham a velha Lisboa
De gente boa, de gente honrada.

Santo Antonio padroeiro
É o primeiro, dos populares
Que em junho, p'las noites quentes
Oferece ardentes, lindos cantares.

⁸⁶ *idem*. **O trágico e o contraste. O fado no bairro de Alfama.** 1984, p.38-39

Venham ver lindas pequenas
Belas morenas, parecendo moiras
Há rodas, há bailaricos
Há manjericos, e casadoiras.
Qualquer pátio e viela
Qualquer janela, está enfeitada
Mesas, vinho, e canjirões
E há pregões de sardinha assada.

Há cravos por todo o lado
E o nosso fado não esta esquecido
E escutado com fervor
Com muito ardor, por nos tão querido.

(Fado Alfama de Santo Antonio – Armando Santos)⁸⁷

No caso da “Maratona da Fotografia Digital de Alfama” selecionamos algumas fotos que contribuem para a legibilidade do bairro na medida, que os participantes deixaram-se envolver pela paisagem, sons e cheiros característicos permitindo assim interpretar através dessas imagens o espaço público do bairro ativando todos os sentidos, sensações e memória para além do campo da visão. Seguem algumas destas imagens:

⁸⁷ Costa, António Firmino da; Guerreiros, Maria das Dores – **O trágico e o contraste. O fado no bairro de Alfama.** 1984, p. 72-73

CHEIROS DE ALFAMA



Figura 50– Representação dos cheiros de Alfama

Fonte: www.app-alfama.org

SONS DE ALFAMA

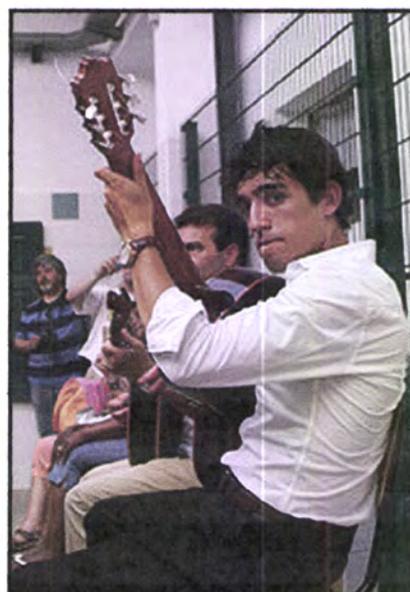


Figura 51– Representação dos sons
de Alfama

Fonte: www.app-alfama.org

IMAGENS DE ALFAMA

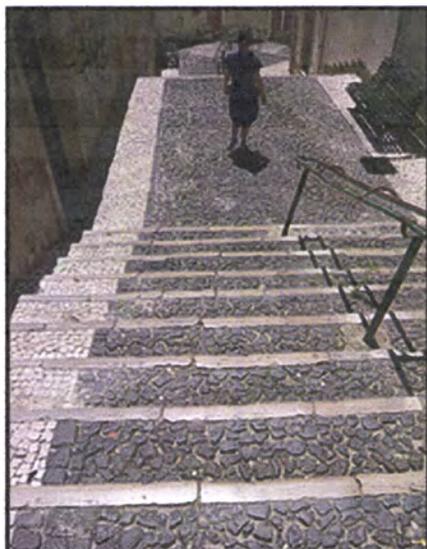


Figura 52 – Imagens do bairro
Fonte: www.app-alfama.org

CONCLUSÃO

A paisagem urbana sofre constantes alterações ao longo do tempo. O espaço das cidades, a cada momento, assume um significado para a sociedade, assim, as cidades e sociedade criam e refletem novas paisagens. Esses espaços possuem alguns aspectos que levaram a sua decadência, resultado da expansão urbana, o qual vem contribuindo para o surgimento de espaços segmentados e individualizados. A degradação da paisagem torna o espaço urbano pouco atraente e inseguro. A reabilitação urbana busca soluções para esses problemas.

Foi a partir dos anos 90 que muitas cidades do mundo iniciaram seus processos de reabilitação de áreas urbanas degradadas. As práticas de reabilitação urbana também surgem ligadas ao movimento de busca pela identidade e valorização da memória urbana e da cidadania.

A reabilitação urbana em Portugal teve seu papel relevante com algum atraso em relação ao resto da Europa. Primeiro Portugal teve um crescimento urbano tardio que ocasionou em um atraso em discussões relativas ao tema. Segundo, esteve fora dos conflitos mundiais do século passado o que resultou na destruição de várias cidades europeias que tiveram de ser reconstruídas e como consequência levou a discussões e intervenções no sentido de reabilitá-las. Terceiro, as primeiras intervenções foram feitas pontualmente à medida que algumas autarquias tentavam solucionar problemas específicos mais graves. É recente a dimensão que a reabilitação ganhou através de iniciativas mais amplas.

Apesar de ao longo dos anos terem sido lançados muitos programas de reabilitação urbana ainda sofremos com o despovoamento e a degradação dos centros históricos e a concentração da população nas periferias das cidades. A maioria das cidades europeias já modificaram essa situação acabando com a desertificação dos centros das cidades e vem recuperando a população, trazendo uma dinâmica local e na regeneração da oferta comercial. Como é o caso dos exemplos citados abaixo:

1. Bolonha: Pioneira no processo de reabilitação da sua área central em meados dos anos 60 a cidade de Bolonha, na Itália, possuía graves problemas decorrentes do rápido crescimento no início do século XX e de políticas públicas que não levaram em consideração as suas características próprias. O plano para o centro histórico foi aprovado em conjunto com planos para financiamento de casas populares no centro de Bolonha. A base fundamental para o Plano de Bolonha são dois pontos: a pesquisa histórica e a participação da população em todo o processo. A participação da população através das comissões urbanísticas de bairro foi muito importante para o sucesso do trabalho. Após levantamento das edificações estas foram restauradas adaptando-se as condições modernas de moradia.

A execução do plano teve apoio em fundos públicos destinados a conservação do patrimônio histórico e em fundos para à construção de casas populares e em conformidade com os proprietários. Foram construídos alojamentos temporários para os habitantes enquanto os edifícios eram restaurados. O projeto ainda teve apoio das atividades de lazer e turismo. Apesar do alto custo para implementação do projeto o que gerou a diminuição dos investimentos públicos na região, Bolonha serve de exemplo para qualquer abordagem sobre patrimônio e reabilitação de centros históricos.

2. Barcelona: A cidade de Barcelona também viveu o processo de decadência do seu centro histórico. Como a maioria dos centros históricos restou o papel da concentração do patrimônio e da perda da qualidade de vida e declínio do comércio o que acabou por criar zonas de miséria e de insegurança. Neste contexto a atividade econômica diminui e a falta de infra-estrutura não ajuda a fixar a população no local.

Através do Plano de Atuação Integral (PAI) a *Cidade Velha*, coração de Barcelona, iniciou seu processo de reabilitação. Esta instituição municipal realizou um programa de intervenções de amplo alcance. A Prefeitura criou uma empresa de economia mista possibilitando a participação da sociedade civil no projeto e aproveitando a flexibilidade de gestão da empresa privada. Outro fator importante foram os Jogos Olímpicos que acabaram por reforçar os esforços iniciados.

O programa fundamentou-se na transformação do espaço de velhos edifícios em praças, novas ruas e equipamentos para os moradores. A necessidade de abrigar as famílias afetadas conduziu a construção de apartamentos de habitação popular, reformando-se os edifícios e incorporando novos apartamentos. A renovação não ficou apenas nas edificações e atingiu outras esferas como a infra-estrutura. O *Centro Velho* também sofria com a falta de saneamento básico e redes de serviços obsoletas ou inexistentes. Foram criadas novas redes de coleta de esgoto e atualmente todo o centro histórico dispõe de água, eletricidade, gás e telefone. Foram também criadas áreas de estacionamento em regime de concessão administrativa. Dispõe de várias ruas pedonais e nos últimos anos tem sido incentivado o uso das bicicletas como transporte alternativo tendo a área toda a infra-estrutura para isto. Outro ponto a ser tratado foi o da segurança através do fechamento de vários estabelecimentos que geravam problemas de ordem pública ou de salubridade. Através da valorização e renovação do patrimônio, o centro histórico de Barcelona voltou a exercer seu poder atrativo para a atividade econômica, o uso residencial, e a qualificação de destino preferido para os turistas.

Um dos impactos positivos e bastante significativo para este processo foi a instalação da Universidade Pública da Catalunya, a Pompeu Fabra, o que significou a regeneração ambiental pela mudança de usos. Para além disso destaca-se ainda a instalação de alguns equipamentos culturais, como por exemplo, o Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona e o Museu de Arte Contemporânea de Barcelona além da presença de galerias de artes e ateliês de restauro. A zona do *Porto Velho* de Barcelona produziu um grande impacto positivo através da concentração de atividades lúdicas (Moll de la Fusta, Imax, Aquari, Maremàgnum) e administrativas (World Trade Center). Com toda a certeza essas ações tomaram a vida neste bairro muito mais fácil e agradável.

3.Londres: Dentre as áreas portuárias em desuso que passaram pelo processo de intervenções podemos destacar a de *Docklands* em Londres. Com o fim dos estaleiros da Construção Naval nos anos 60 cresce o número de desempregados e a saída da população local colaborando com o declínio econômico das *Docklands* de Londres. O quadro era de degradação total do espaço urbano com elevado índice de

criminalidade e altas taxas de mortalidade. Diante disso o governo britânico, em 1976 organizou um plano de ação para revitalizar a área.

O objetivo era atrair novos investidores e a reabilitação do local. Dois planos foram organizados, porém eram contrários em seus fins. De um lado desejava-se a continuidade das atividades portuárias, entretanto, com modernas instalações do porto, uso de mão-de-obra local, permanência dos moradores e investimentos públicos. O outro propunha uma mudança radical com a construção de prédios comerciais, luxuosas residências, marinas e abertura para o capital privado e áreas destinadas ao serviço e lazer. Em 1981 foi criado o *London Docklands Development Corporation* (LDDC), a estratégia para revitalização das *Docklands* foi uma mistura de uso do solo com implementação de moradias, atividades comerciais, serviços, unidades de apartamentos de alto padrão e a presença de grupos financeiros e de telecomunicações. O objetivo era estimular o mercado econômico através de grandes investimentos do setor público transformando o espaço em um centro de atividades financeiras.

A intervenção nas *Docklands* foi um sucesso do ponto de vista comercial. No que diz respeito às habitações foi muito criticado em relação à gentrificação⁸⁸ A população de baixa renda foi praticamente excluída dos programas de reabilitação urbana gerando uma elitização das áreas portuárias. Nos finais dos anos 90, houve uma inflexão desta política de requalificação social, com a construção em Bankside, da *Tate Modern*. A partir da reutilização de uma antiga central elétrica, com o novo uso de Museu de Arte Contemporânea, inaugurado em 2000. Houve neste processo o cuidado de contratualizar a permanência da população residente, nomeadamente os artistas e os seus espaços de criação e venda.

Para melhor compreender o atual estado do bairro de Alfama buscamos aprofundar o conhecimento das propostas de reabilitação da área. O marco do processo de reabilitação em Lisboa se deu na década de 80 com a elaboração dos *Planos Especiais de Salvaguarda de Alfama e Mouraria*.

⁸⁸ Significa a expulsão dos moradores tradicionais oriundos de uma classe social menos favorecida, de espaços urbanos que sofrem uma intervenção urbana com ou sem ajuda do governo que provoca sua valorização imobiliária.

A excessiva rigidez do regulamento proposto e do modelo de intervenção subjacente e o fato de apresentar um conjunto de propostas desajustado face à disponibilidade de recursos da Autarquia, fizeram com que este documento não tenha passado efetivamente à prática.⁸⁹

Contudo, foi um processo importante no sentido que orientou o trabalho dos Gabinetes e envolveram agentes locais, como autarquias, população e associações em discussões sobre o processo de reabilitação. Na década de 90 o Município tomou para si politicamente as zonas antigas da cidade tomando-as parte da estratégia de gestão urbana. As áreas históricas eram fundamentais para a revalorização da função habitacional da cidade. Os Gabinetes Locais e os planos de urbanização seriam os responsáveis para concretizar os objetivos do processo de reabilitação. Os Planos de Urbanização, do PDM de Lisboa, foram os primeiros instrumentos legais de planeamento que compreendia em particularidades estas áreas reconhecendo sua importância estratégica no contexto da cidade. Os planos apresentam propostas que vão além da esfera do edificado, ainda assim dada as suas características urbanísticas existem algumas esferas de intervenções (social, cultural, etc.) que são pouco desenvolvidas.

A Câmara Municipal de Lisboa e a Empresa Pública de Urbanismo de Lisboa vêm desenvolvendo em sistema de parceria, programas específicos de reabilitação urbana com a finalidade de reabilitar o património municipal e privado, atender as necessidades sociais de realojamento, aumentar a oferta de moradia para jovens a preços competitivos e direcionar o mercado da construção para a reabilitação.

Porém, o grande problema que atinge o bairro é a demora para conclusão das obras obrigando a ter algumas obras inacabadas, além de obstruir a passagem pelas ruas deixa o bairro mais feio, o que não é nada atrativo para o local e afasta os turistas. O projeto de reabilitação do bairro começou de forma pontual posteriormente passando a um processo que envolvia as mega empreitadas com um grande número de edifícios incluídos. A partir desse momento vários problemas vão surgindo, primeiro a dificuldade financeira da CML para levar a cabo as obras iniciadas e depois a falta de preparação técnica dos empreiteiros em gerir essas intervenções. Atualmente, segundo dados fornecidos pelo Gabinete Técnico de Alfama, existem por volta de quinze edifícios ainda por concluir as obras de reabilitação no bairro e um pouco mais de nove necessitando

⁸⁹ Magalhães, Andréia Alves de – *Reabilitação Urbana em Lisboa. Uma abordagem ao núcleo antigo da cidade*. 2000, p.135: 136

de recuperação, estes são prioritariamente edifícios do patrimônio municipal. A curto prazo essas obras devem avançar, a médio e longo prazo existem outros conjuntos de edifícios, cerca de trinta, que se encontram em situação não tão crítica e que devem ser alvo de intervenção. Para esse processo é necessário saber selecionar e priorizar os casos.

A CML em Abril de 2009 apresentou o *Programa de Investimento Prioritário em Ações de Reabilitação Urbana* (Ver anexo D) que tem como objetivos recuperar, reabilitar e relançar a economia na cidade de Lisboa e aguarda aprovação da Assembléia Municipal de Lisboa (AML) e o empréstimo junto ao Banco Europeu de Investimento de 120 milhões de euros para sua execução. A Câmara de Lisboa aposta na reabilitação integrada visando não apenas a recuperação do edificado mas também de equipamentos e espaços públicos. De acordo com a CML “é prioridade a conclusão das obras inacabadas, criando, assim, condições para o regresso dos moradores.”⁹⁰ Este programa não conseguiu avançar com a candidatura pois a AML não o aprovou dificultando assim a conclusão das obras no bairro.

Embora haja uma grande preocupação por parte do município e dos técnicos com relação a reabilitação destas áreas as intervenções têm-se centrado na recuperação física do bairro onde estão os problemas mais graves. Os recursos já poucos para a recuperação dos edifícios são insuficientes para abranger outras intervenções, nomeadamente nos espaços públicos, circulação, em equipamentos sociais e culturais que são igualmente importantes.

A criação dos Projetos Integrados em certa altura buscou o envolvimento de agentes externos com a participação de diferentes parceiros de modo a ter uma ação mais profunda, mas a concretização desses projetos tem avançado a um ritmo lento. Apesar do muito que ainda há por fazer já são visíveis alterações importantes em relação à situação em que o bairro de Alfama se encontrava anteriormente a instalação do gabinete.

Mesmo com alguns bloqueios a reabilitação do bairro é considerada positiva, o fato é que as melhorias são pontuais à medida das necessidades mais urgentes e ainda não há uma visão mais forte e positiva da imagem do conjunto. A melhoria das condições de habitabilidade é um passo importante, entretanto há que reforçar a

⁹⁰ CML, *Apresentação do Programa de Investimento Prioritário em Ações de Reabilitação Urbana*. 2009

atuação em outras intervenções complementares para restituir a qualidade de vida nesta área, principalmente questões como acessibilidade, facilidade de estacionamento, estabelecimentos de saúde, ensino, desporto, construção de um espaço urbano de excelência, através da modernização da rede de infra-estrutura, iluminação, mobiliário urbano e intervenções de conjunto ao nível de rua, quarteirão, praças, que possui maior visibilidade.

Assim podemos ter uma perspectiva de que o processo de reabilitação seja não apenas físico, mas também social, económico e cultural. Outro aspecto também relevante é uma maior divulgação dos planos e ações à população. É importante que a população seja envolvida para contribuir no alcance dos objetivos. As pessoas desconhecem seu verdadeiro papel como cidadão dentro de um processo de reabilitação urbana. Trata-se de uma partilha de responsabilidades.

ANÁLISE SWOT

Na organização deste trabalho buscamos uma análise pelo geral indo em direção ao particular, ou seja, da escala do bairro passando a subunidade de estudo. A localização junto ao centro da cidade e ao rio fazem desta uma zona privilegiada. Além disso, as visitas dos turistas fazem parte do cotidiano desta área, é um espaço visualmente atrativo onde se encontram muitos vestígios da história da cidade e um vasto património edificado.

Para esta subunidade de estudo lançamos mão da análise SWOT, o termo conjuga as iniciais das palavras Strengths (forças), Weaknesses (fraquezas), Opportunities (oportunidades) e Threats (ameaças), é um instrumento que combina forças e fraquezas endógenas com as ameaças e oportunidades exógenas. A partir da sua elaboração tomou-se mais fácil entendermos o complexo de desafios que se colocam ao nosso universo de estudo e justificar o contributo desta dissertação através de propostas concretas de valorização.

FORÇAS (ENDÓGENAS)	FRAQUEZAS (ENDÓGENAS)
<ol style="list-style-type: none"> 1. Patrimônio histórico e cultural rico e diversificado; 2. Proximidade com o centro da cidade e com o rio Tejo; 3. Bairro com forte atratividade turística estrangeira e nacional; 4. Monumentos importantes da história da cidade; 5. As ações executadas pelo Gabinete Técnico de Alfama. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Trânsito e estacionamento desordenados; 2. Edifícios degradados necessitando de recuperação; 3. População muito envelhecida; 4. Edifícios devolutos em grande número.
OPORTUNIDADES (EXÓGENAS)	AMEAÇAS (EXÓGENAS)
<ol style="list-style-type: none"> 1. Programas de reabilitação executados pela CML; 2. As obras desenvolvidas pelo Projeto Integrado do Chafariz de Dentro; 3. As intervenções a gerir pela Sociedade Frente Tejo que abrangem operações de reabilitação e requalificação urbana na zona ribeirinha. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Oferta de novos alojamentos na grande Lisboa com preços mais competitivos e melhores condições de conforto e habitabilidade; 2. Ineficiência das leis do arrendamento urbano que atêm agravado a tendência para a desertificação do bairro com a conseqüente degradação do edificado; 3. As clivagens políticas na vida autárquica que têm impedido a aprovação de projetos e o financiamento das obras.

PROPOSTAS DE VALORIZAÇÃO

Com base nesta pesquisa podemos lançar aqui algumas propostas de valorização para a área estudada. Primeiro apresentamos propostas gerais ao nível da reabilitação de imóveis, melhoria do espaço urbano e divulgação do património. Depois lançamos a proposta específica de criação de um Centro Interpretativo de Alfama como uma maneira de salvaguardar e divulgar a história do bairro, preservando sua identidade e aproximando a comunidade local com esta zona da cidade.

PROPOSTAS GERAIS:

Reabilitação de Imóveis

Recuperação ou adequação de imóveis para fins habitacionais, culturais, comerciais ou serviços.

Melhoria do espaço urbano

Projeto de iluminação pública funcional e cênica;

Projeto de sinalética;

Implantação de painéis com dados históricos;

Projeto da linha de mobiliário urbano único;

Renovação da pavimentação da rua;

Recomposição de trechos do calçamento de pedra;

Readequação do trânsito e do estacionamento;

Investimento em Segurança;

Recuperação da Praça do Campo das Cebolas com novo mobiliário urbano;

Divulgação do património

Distribuição de folhetos turísticos indicando os principais pontos de visitação deste percurso e sugerindo outros dentro do bairro de Alfama;

Divulgação do património histórico e cultural através da criação de um Centro Interpretativo sobre o bairro de Alfama e a Zona Ribeirinha, sendo uma maneira de salvaguardar a memória local e reforçar os vínculos da população com a área.

PROPOSTA PARA O CENTRO INTERPRETATIVO DE ALFAMA:

Introdução

A razão para a proposta de um Centro Interpretativo do bairro de Alfama consiste no fato deste ser uma importante referência para a cidade de Lisboa e não existir nenhum espaço específico que se destine a este fim. Assim, poderíamos aproximar não só a população ao bairro como também os turistas que visitam o local. A proposta é agregar ao Museu do Fado este núcleo de interpretação uma vez que este museu é um equipamento de grande importância para esta zona da cidade e desta forma evitaríamos a dispersão de recursos humanos e materiais.

Objetivos

1. Reforçar a identidade do bairro de Alfama;
2. Promover uma relação mais estreita e positiva entre a população e o bairro;
3. Possibilitar a formação do público/comunidade através do seu serviço educativo com atividades pedagógicas, lúdicas e culturais que visam valorizar, divulgar e fruir o património cultural local;
4. Elaborar um espaço museológico apresentando a história do bairro com exposições temporárias e/ou permanentes, interpretação e salvaguarda do seu património material e imaterial;
5. Criar um local de consulta de documentos relativos à história do bairro;
6. Prestar apoio técnico e informativo a professores e alunos para projetos escolares no âmbito do centro interpretativo disponibilizando seus recursos humanos e seus espaços.

Organização e funcionamento

Aqui não pretendemos detalhar o sistema organizacional que irá por em prática os objetivos deste projeto, apresentamos em linhas gerais uma proposta de organização e funcionamento do Centro Interpretativo de Alfama que se desenvolve em dois núcleos, designadamente:

- a) Núcleo museológico;
- b) Núcleo de formação e recursos educativos.

Cada núcleo é responsável pelo desenvolvimento de um programa baseado em um plano geral de ações. A localização destes núcleos será no Museu do Fado adaptando-se aos espaços do edifício. Sendo de sua responsabilidade:

1. Núcleo Museológico:

- a) Elaboração e instalação de exposição temporária e/ou permanente;
- b) Pesquisa e divulgação de aspectos da história e do património local.

2. Núcleo de formação e recursos educativos:

- a) Organização e dinamização de atividades dirigidas à população local, através de ateliers de artes e oficinas;
- b) Organização e gestão de programas educativos através de oficinas pedagógicas, jogos educativos e visitas orientadas conscientizando a população, principalmente as crianças das escolas locais e de outras zonas da cidade da identidade cultural do bairro.

Os núcleos terão ainda como suporte para seu funcionamento

- a) Biblioteca e videoteca;
- b) Sala áudio-visuais;
- c) Sala de consulta;
- d) Serviços administrativos.

Condicionantes e Recursos

Levamos em consideração que a realização do projeto passa por investimentos o que condiciona a:

- a) Elaboração de projeto arquitetônico de adaptação do espaço as novas funções;
- b) Realização de obras para adaptação do espaço;
- c) Orçamento de gestão do programa de ação do centro interpretativo.

Recursos:

- a) Financeiros: as verbas necessárias para a realização do projeto;
- b) Humanos: museólogo, historiador, técnicos audiovisuais, pedagogos.

Conclusão

Sem dúvida o Centro Interpretativo de Alfama, integrado nos conteúdos funcionais do Museu do Fado e da Guitarra, será uma mais valia para esta zona da cidade e desempenhará um papel muito importante enquanto equipamento de divulgação do património e de preservação da memória local. Finalmente, a sua concretização deverá ser desenvolvida em fases com previsão para conclusão em médio prazo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Fialho – **Lisboa Monumental**. Ilustração Portuguesa, Lisboa, 1906.

ASCHER, François – **Metapolis - Acerca do futuro da cidade**. Celta Editora, Oeiras, 1998.

BENÉVOLO, Leonardo – **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

BRITO, J.J. Gomes de. **Ruas de Lisboa: notas para a história das vias públicas lisboenses**. Vol.I. Lisboa: Livraria Sá da Costa – Editora, 1935.

Cadernos de Reabilitação Urbana. Alfama, caracterização sociológica da habitação. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. Direcção Municipal de Reabilitação Urbana. 1991

CALADO, Maria; FERREIRA, Vitor Matias – **Lisboa freguesia de Santo Estevão (Alfama)**. Lisboa: Contexto Editora, 1992.

CASTILHO, Júlio de. **A ribeira de Lisboa: descrição histórica da margem do Tejo desde a Madre-de-Deus até Santos-o-Velho**. 2ª ed. Vol.I, Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1940.

CHOAY, Françoise – **A alegoria do património**. Edições 70, Lisboa, 2000.

COSTA, A. Celestino da. **A evolução de uma cidade: Lisboa**. Lisboa: Edição da Câmara Municipal de Lisboa, 1951.

COSTA, António Firmino da – **Sociedade de Bairro – Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural**. Oeiras: Celta Editora, 1999.

COSTA, António Firmino da; GUERREIROS, Maria das Dores – **O trágico e o contraste. O fado no bairro de Alfama**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984.

CULLEN, Gordon – **Paisagem urbana**. Edições 70, Lisboa, 2008.

DINIS, Sofia – **Instrumentos Jurídicos para a Reabilitação Urbana**. Conservação e Reabilitação Urbana. Uma Nova Cultura de Cidade. Lisboa, vol.1, 2005, p.92-93.

DOMINGOS, Manuel et al. – **Estudo do planeamento e ocupação urbana da cidade de Lisboa**. Lisboa: Instituto Superior Técnico, 2006, p.11.

FERREIRA, Alexandra – **Cidade Antiga: Uma paixão**. Práticas Autárquicas de Conservação e Reabilitação Urbana, Lisboa, vol.2, 2005, p.62-71.

FLORES, Joaquim de Moura – **“Património”. Do Monumento ao Território.** Urbanidade e Património. Porto, 1998, p.11-17.

GOITIA, Fernando Chueca – **Breve história do urbanismo.** Lisboa: Presença, imp. 1982.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia – **Morfologia urbana e desenho da cidade.** 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2004.

LEMONS, Carlos A. C. – **O que é património histórico.** 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1982.

LOBO, Manuel Costa et al. – **Normas urbanísticas. Princípios e conceitos fundamentais. vol I.** Lisboa: Dir. Geral do Ordenamento do Território: Univ. Técnica de Lisboa, 1995.

_____. **Desenho urbano, perímetros urbanos, apreciação de planos. vol II.** Lisboa: Dir. Geral do Ordenamento do Território: Univ. Técnica de Lisboa, 1998.

LOPES, Filipe Mário et al – **Regionalização e identidades locais. Preservação e reabilitação dos centros históricos,** Lisboa: Edições Cosmos, 1997.

LOPES, Barbara – **Homens e pedras a identidade a reencontrar.** Reabilitação Urbana. 1ª Edição. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa – Pelouro de Reabilitação Urbana dos Núcleos Históricos, 1993.

LOPES, Filipe Mário – **Direção Municipal de Reabilitação Urbana.** Reabilitação Urbana. 1ª Edição. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa – Pelouro de Reabilitação Urbana dos Núcleos Históricos, 1993.

LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito – **Património Arquitetónico e Arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais,** Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

LYNCH, Kevin – **A imagem da cidade.** Edições 70, Lisboa, 2008.

_____. **A boa forma da cidade.** Edições 70, Lisboa, 2007.

MATOS, Rui – **Evolução do Conceito de Património e de Bairro Histórico: O Caso de Alfama.** Conservação e Reabilitação Urbana. Uma Nova Cultura de Cidade. Lisboa, vol.1, 2005, p.66-69.

MUMFORD, Lewis – **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas.** 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PAIXÃO, Maria José de Carvalho – **Alfama. Contribuição para o estudo de uma área natural de Lisboa. Vol. III, nº 3-4,** Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas, 1970.

PEREIRA, Maria da Luz Valente – **A leitura da imagem de uma área urbana como preparação para o planeamento / acção da sua reabilitação**, Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1994.

PEREIRA, Nuno Teotónio – **Prioridade à Reabilitação, finalmente na ordem do dia**. Conservação e Reabilitação Urbana. Uma Nova Cultura de Cidade. Lisboa, vol.1, 2005, p.78-79.

RAMOS, Ana; CARVALHO, Gabriela; LEITÃO, João; OLAI, Rosário – **Roteiro Turístico de Lisboa. Do Castelo por Alfama à Mouraria**. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa, 1994, p. 29-41.

Recinto da Praia Alfama – Estação elevatória de 1869. Processo de Classificação. Lisboa: APPA – Associação do Património e da População de Alfama, [s.d.].

SEQUEIRA, Gustavo de Matos – **Depois do terremoto: subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa**. Vol. I, Lisboa: Academia da Ciências de Lisboa, 1916.

SILVA, Augusto Vieira da – **A velha Lisboa**. Lisboa: s.n., 1927.

_____. **A cerca moura de Lisboa: estudo histórico descritivo**. 3ª ed. Lisboa: Câmara Municipal, 1987.

_____. **A cerca Fernandina de Lisboa. Vol. II**. 2ª ed. Lisboa: Câmara Municipal, 1987.

HEITOR, Teresa V. **Conceitos e técnicas de análise visual. Texto de apoio**. Lisboa: Instituto Superior Técnico. s/d.

TESES

COSTA, Gilmar de Siqueira – **Reutilização de Imóveis de Interesse Patrimonial, Voltados para Habitação: Um Estudo de Caso na Ribeira – Natal/ RN**. Natal, 2006, (Dissertação apresentada a Universidade Federal do Rio Grande do Norte para obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo)

DIAS, Adriana Fabre – **A Reutilização do Patrimônio Edificado Como Mecanismo de Proteção: uma proposta para os conjuntos tombados de Florianópolis**. Florianópolis, 2005 (Dissertação apresentado para obtenção do grau de mestre em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina).

FERNANDES, Diogo Luders – **Irati e Prudentópolis – Paraná. Análise da paisagem urbana enquanto potencial turístico**. Balneário Camboriú, 2006 (Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí, Centro de Educação Balneário Camboriú).

GUILHERME, Pedro Miguel Hernadez Salvador – **Qualidade no Espaço Urbano**. Coimbra: s.n., 1996, (Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre em Engenharia Civil – esp. Engenharia Urbana).

MAGALHÃES, Andréia Alves de – **Reabilitação Urbana em Lisboa. Uma abordagem ao núcleo antigo da cidade**. Lisboa: s.n., 2000, (Dissertação para o grau de mestre em Planeamento Regional e Urbano – Universidade Técnica de Lisboa).

MATOS, Maria João Pereira – **Espaço Público na Metrópole Contemporânea: O caso da Frente Ribeirinha de Santa Apolónia – Terreiro do Trigo**. Lisboa: s.n., 2002, (Dissertação submetida ao grau de mestrado em Cidade, Território e Requalificação-ISCTE).

MOURÃO, Teresa da Paz Sanches de Miranda – **Entre murmúrios e orações: aspectos da vida quotidiana do convento de Santa Clara –A-Velha captados através do espólio funerário, séculos XVI e XVII: proposta de exposição**. Coimbra, 2004 (Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre em museologia).

PORTELA, Sara – **Definição de Critérios para Avaliação do Espaço Urbano, tendo por referencia o Bairro da Alfama**. Lisboa: s.n., 2002, (Tese de mestrado em Planeamento Regional e Urbano, Universidade Técnica de Lisboa).

CONFERÊNCIAS E SIMPÓSIOS

Conferência – Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico e Arqueológico, Porto, 1992 – **Valorizar e desenvolver as áreas de patrimônio classificado**. 1992/06

2º ENCORE- Encontro sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios, Lisboa, 1994 – **Algumas reflexões sobre a conservação do patrimônio histórico edificado em Portugal**. De 27 de junho a 1 de julho de 1994.

Simpósio Europeu das Empresas de Restauro do Patrimônio Monumental, Strasbourg, 1991 – **Restauro dos Monumentos Históricos. Restaurar porquê? Restaurar o quê? Restaurar quando e como?** 1991/06/ 19-20

FONTES VIRTUAIS

ABELLA, Martí – **Ciutat Velha. O coração antigo de Barcelona**, in Aula São Paulo, <http://www.aulasaopaulo.sp.gov.br/revitaliza_artigos_barcelona3.htm> (19.08.09)

ABREU, António – **A reabilitação urbana nos bairros históricos de Lisboa**, 1998, in Avante, <<http://www.pcp.pt/avante/1281/8103h5.html>> (04.06.09)

BRITO, Marcelo – **Pressuposto da reabilitação urbana de sítios históricos no contexto brasileiro**, 2003, in **Arquitextos 033 – Portal Vitruvius**, <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arg033/arg033_01.asp> (03.06.09)

Carta de Veneza – Carta Internacional Sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios 1964, in **Revista Museu**, <<http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/patrimonio/veneza.ntm>> (13.05.09)

Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, Paris, 2003 <http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/temas/cul_tema.php?t=9> (23.04.09)

ELIAS, Isis Baldini - **Aspectos históricos da conservação e restauro de objetos de caráter cultural a partir do século XIX**, São Paulo, 2007, in **Informativo Histórico Municipal**, <<http://www.fotoplus.com/dph/info14/i-restauro.htm>>(10.05.09)

OLIVEIRA, Rogério Pinto Dias de – **O pensamento de John Ruskin**, in **Resenhas online –Portal Vitruvius**, < <http://www.vitruvius.com.br/resenhas/textos/resenha192.asp>> (10.05.09)

SITES ACESSADOS

www.alfamadowntown.blogspot.com

www.amar-alfama.blogspot.com

www.app-alfama.org

www.cm-lisboa.pt

www.igespar.pt

www.ippar.pt

www.monumentos.pt

www.pdm.cm-lisboa.pt

www.unesco.pt

REFERÊNCIAS METODOLÓGICAS

MATOS, Ana Cardoso de; CONDE, Antónia Fialho; BARATA, Filipe Themudo – **Normas para elaboração dos trabalhos finais**. Évora, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade (1999), **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas.

ANEXOS



CASARIO NO CAMPO DAS CEBOLAS

ANEXO A – Lei de bases do Patrimônio Português

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 107/2001

de 8 de Setembro

Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, para valer como lei geral da República, o seguinte:

TÍTULO I

Dos princípios basilares

Artigo 1.º

Objecto

1 — A presente lei estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, como realidade de maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura.

2 — A política do património cultural integra as acções promovidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas, pelas autarquias locais e pela restante Administração Pública, visando assegurar, no território português, a efectivação do direito à cultura e à fruição cultural e a realização dos demais valores e das tarefas e vinculações impostas, neste domínio, pela Constituição e pelo direito internacional.

Artigo 2.º

Conceito e âmbito do património cultural

1 — Para os efeitos da presente lei integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização.

2 — A língua portuguesa, enquanto fundamento da soberania nacional, é um elemento essencial do património cultural português.

3 — O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural reflectirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.

4 — Integram, igualmente, o património cultural aqueles bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas.

5 — Constituem, ainda, património cultural quaisquer outros bens que como tal sejam considerados por força de convenções internacionais que vinculem o Estado Português, pelo menos para os efeitos nelas previstos.

6 — Integram o património cultural não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural rele-

vante, mas também, quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa.

7 — O ensino, a valorização e a defesa da língua portuguesa e das suas variedades regionais no território nacional, bem como a sua difusão internacional, constituem objecto de legislação e políticas próprias.

8 — A cultura tradicional popular ocupa uma posição de relevo na política do Estado e das Regiões Autónomas sobre a protecção e valorização do património cultural e constitui objecto de legislação própria.

Artigo 3.º

Tarefa fundamental do Estado

1 — Através da salvaguarda e valorização do património cultural, deve o Estado assegurar a transmissão de uma herança nacional cuja continuidade e enriquecimento unirá as gerações num percurso civilizacional singular.

2 — O Estado protege e valoriza o património cultural como instrumento primacial de realização da dignidade da pessoa humana, objecto de direitos fundamentais, meio ao serviço da democratização da cultura e esteio da independência e da identidade nacionais.

3 — O conhecimento, estudo, protecção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais.

Artigo 4.º

Contratsualização da administração do património cultural

1 — Nos termos da lei, o Estado, as Regiões Autónomas e as autarquias locais podem celebrar com detentores particulares de bens culturais, outras entidades interessadas na preservação e valorização de bens culturais ou empresas especializadas acordos para efeito da prossecução de interesses públicos na área do património cultural.

2 — Entre outros, os instrumentos referidos no número anterior podem ter por objecto a colaboração recíproca para fins de identificação, reconhecimento, conservação, segurança, restauro, valorização e divulgação de bens culturais, bem como a concessão ou delegação de tarefas, desde que não envolvam a habilitação para a prática de actos administrativos de classificação.

3 — Com as pessoas colectivas de direito público e de direito privado detentoras de acervos de bens culturais de excepcional importância e com as entidades incumbidas da respectiva representação podem o Estado, as Regiões Autónomas ou as autarquias locais acordar fórmulas institucionais de composição mista destinadas a canalizar de modo concertado, planificado e expedito as respectivas relações no domínio da aplicação da presente lei e da sua legislação de desenvolvimento.

4 — O disposto nos números anteriores aplica-se a todas as confissões religiosas e no que diz respeito à Igreja Católica, enquanto entidade detentora de uma notável parte dos bens que integram o património cultural português, com as adaptações e os aditamentos decorrentes do cumprimento pelo Estado do regime dos bens de propriedade da Igreja Católica ou de proprie-

TÍTULO IV

Dos bens culturais e das formas de protecção

Artigo 14.º

Bens culturais

1 — Consideram-se bens culturais os bens móveis e imóveis que, de harmonia com o disposto nos n.ºs 1, 3 e 5 do artigo 2.º, representem testemunho material com valor de civilização ou de cultura.

2 — Os princípios e disposições fundamentais da presente lei são extensíveis, na medida do que for compatível com os respectivos regimes jurídicos, aos bens naturais, ambientais, paisagísticos ou paleontológicos.

Artigo 15.º

Categorias de bens

1 — Os bens imóveis podem pertencer às categorias de monumento, conjunto ou sítio, nos termos em que tais categorias se encontram definidas no direito internacional, e os móveis, entre outras, às categorias indicadas no título VII.

2 — Os bens móveis e imóveis podem ser classificados como de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal.

3 — Para os bens imóveis classificados como de interesse nacional, sejam eles monumentos, conjuntos ou sítios, adoptar-se-á a designação «monumento nacional» e para os bens móveis classificados como de interesse nacional é criada a designação «tesouro nacional».

4 — Um bem considera-se de interesse nacional quando a respectiva protecção e valorização, no todo ou em parte, represente um valor cultural de significado para a Nação.

5 — Um bem considera-se de interesse público quando a respectiva protecção e valorização represente ainda um valor cultural de importância nacional, mas para o qual o regime de protecção inerente à classificação como de interesse nacional se mostre desproporcionado.

6 — Consideram-se de interesse municipal os bens cuja protecção e valorização, no todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominante para um determinado município.

7 — Os bens culturais imóveis incluídos na lista do património mundial integram, para todos os efeitos e na respectiva categoria, a lista dos bens classificados como de interesse nacional.

8 — A existência das categorias e designações referidas neste artigo não prejudica a eventual relevância de outras, designadamente quando previstas no direito internacional.

Artigo 16.º

Formas de protecção dos bens culturais

1 — A protecção legal dos bens culturais assenta na classificação e na inventariação.

2 — Cada forma de protecção dá lugar ao correspondente nível de registo, pelo que existirá:

- a) O registo patrimonial de classificação;
- b) O registo patrimonial de inventário.

3 — A aplicação de medidas cautelares previstas na lei não depende de prévia classificação ou inventariação de um bem cultural.

Artigo 17.º

Critérios genéricos de apreciação

Para a classificação ou a inventariação, em qualquer uma das categorias referidas no artigo 15.º, serão tidos em conta algum ou alguns dos seguintes critérios:

- a) O carácter matricial do bem;
- b) O génio do respectivo criador;
- c) O interesse do bem como testemunho simbólico ou religioso;
- d) O interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos;
- e) O valor estético, técnico ou material intrínseco do bem;
- f) A concepção arquitectónica, urbanística e paisagística;
- g) A extensão do bem e o que nela se reflecte do ponto de vista da memória colectiva;
- h) A importância do bem do ponto de vista da investigação histórica ou científica;
- i) As circunstâncias susceptíveis de acarretarem diminuição ou perda da perenidade ou da integridade do bem.

Artigo 18.º

Classificação

1 — Entende-se por classificação o acto final do procedimento administrativo mediante o qual se determina que certo bem possui um inestimável valor cultural.

2 — Os bens móveis pertencentes a particulares só podem ser classificados como de interesse nacional quando a sua degradação ou o seu extravio constituam perda irreparável para o património cultural.

3 — Dos bens móveis pertencentes a particulares só são passíveis de classificação como de interesse público os que sejam de elevado apreço e cuja exportação definitiva do território nacional possa constituir dano grave para o património cultural.

4 — Só é possível a classificação de bens móveis de interesse municipal com o consentimento dos respectivos proprietários.

Artigo 19.º

Inventariação

1 — Entende-se por inventariação o levantamento sistemático, actualizado e tendencialmente exaustivo dos bens culturais existentes a nível nacional, com vista à respectiva identificação.

2 — O inventário abrange os bens independentemente da sua propriedade pública ou privada.

3 — O inventário inclui os bens classificados e os que, de acordo com os n.ºs 1, 3 e 5 do artigo 2.º e o n.º 1 do artigo 14.º, mereçam ser inventariados.

4 — O inventário abrange duas partes: o inventário de bens públicos, referente aos bens de propriedade do Estado ou de outras pessoas colectivas públicas, e o inventário de bens de particulares, referente aos bens de propriedade de pessoas colectivas privadas e de pessoas singulares.

ANEXO B – Mapas das Cercas Moura e Fernandina

ANEXO C – Fichas de levantamento da subunidade de estudo

Trecho:	A	Rua Nome:	Rua da Alfândega/ Rua dos Bacalhoeiros/ Campo das Coboias
----------------	----------	------------------	--

Características Físicas:

Passelo:		Faixa de Rodagem:	
Material:	Estado de Conservação:	Material:	Estado de Conservação:
<input checked="" type="checkbox"/> Calçada a portuguesa <input type="checkbox"/> Calçada a granito <input type="checkbox"/> Calçada a basalto <input type="checkbox"/> Misto <input checked="" type="checkbox"/> Outro	<input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Razoável <input checked="" type="checkbox"/> Mau	<input checked="" type="checkbox"/> Alcatrão/asfalto <input checked="" type="checkbox"/> Paralelepípedo <input type="checkbox"/> Misto <input type="checkbox"/> Outro	<input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Razoável <input checked="" type="checkbox"/> Mau

Nível de Tráfego:

Rodoviário:	Pedonal:
<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

Estacionamento:

<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

Mobiliário Urbano:

	Quantidade	Tipo	Est. Conservação
Sinalização	24	Placas em metal	Bom
Banco	9	Bancos em madeira	Mau
Mesas			
Cabines telefônicas	1		Bom
Marcos correio	1		Bom
Caixotes de lixo	5	Plástico	Bom
Contentores de lixo	4	Plástico	Bom
Pilaretes	Existente	Metal	Bom
Esplanadas	5		Razoável
Iluminação pública	Existente	Candeieiros e postes de iluminação	Bom
Papeleira	7	Metal e plástico	Bom
Hidrante de incêndio	3		
Parquímetro	4		

Obs: Em frente a Casa dos Bicos calçadas em paralelepípedo.

Data: 07 / 06 / 2009

Trecho:	B	Rua Nome:	Rua do Calo de Santarém
Características Físicas:			
Passelo:		Faixa de Rodagem:	
Material:	Estado de Conservação:	Material:	Estado de Conservação:
<input checked="" type="checkbox"/> Calçada a portuguesa <input type="checkbox"/> Calçada a granito <input type="checkbox"/> Calçada a basalto <input type="checkbox"/> Misto <input type="checkbox"/> Outro	<input type="checkbox"/> Bom <input checked="" type="checkbox"/> Razoável <input type="checkbox"/> Mau	<input checked="" type="checkbox"/> Alcatrão/asfalto <input checked="" type="checkbox"/> Paralelepípedo <input type="checkbox"/> Misto <input type="checkbox"/> Outro	<input type="checkbox"/> Bom <input checked="" type="checkbox"/> Razoável <input type="checkbox"/> Mau
Nível de Tráfego:			
Rodoviário:		Pedonal:	
<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Estacionamento:			
<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
Mobiliário Urbano:			
	Quantidade	Tipo	Est. Conservação
Sinalização	4	Placas em metal	Bom
Banco			
Mesas			
Cabines telefônicas			
Marcos correio			
Calxotes de lixo	1	Plástico	Bom
Contentores de lixo			
Pilaretas	Existente	Metal	Bom
Esplanadas	1		Razoável
Iluminação pública	Existente	Candeieiros e postes de iluminação	Bom
Papeleira	2	Metal e plástico	Bom
Hidrante de incêndio	1		
Parquímetro	2		
Obs:		Data: 07 / 06 / 2009	

Trecho:	C	Rua Nome:	Largo do Terreiro do Trigo/ Rua do Terreiro do Trigo
----------------	----------	------------------	---

Características Físicas:

Passelo:		Faixa de Rodagem:	
Material:	Estado de Conservação:	Material:	Estado de Conservação:
(X) Calçada a portuguesa () Calçada a granito () Calçada a basalto () Misto () Outro	() Bom (X) Razoável () Mau	(X) Alcatrão/asfalto () Paralelepípedo () Misto () Outro	() Bom (X) Razoável () Mau

Nível de Tráfego:

Rodoviário:	Pedonal:
(X) Sim () Não	(X) Sim () Não

Estacionamento:

(X) Sim () Não

Mobiliário Urbano:

	Quantidade	Tipo	Est. Conservação
Sinalização	15	Placas em metal	Bom
Banco	2	Madeira	Razoável
Mesas	2	Madeira e Metal	Bom
Cabines telefônicas	1		Bom
Marcos correio	1		
Caixotes de lixo	5	Plástico	Bom
Contentores de lixo	4	Plástico	Razoável
Pilaretes	Existente	Metal	Bom
Esplanadas	1		Bom
Iluminação pública	Existente	Candeleros e postes de iluminação	Bom
Papeleira	4	Metal e plástico	Bom
Hidrante de incêndio	2		
Parquímetro	3		

Obs: Muito lixo no Largo do Terreiro do Trigo. Estacionamento ao longo de toda a via e no largo. As placas de sinalização são na sua maioria de sinalização de trânsito, poucas placas indicativas.

Data: 07 / 06 / 2009

Trecho:	D	Rua Nome:	Largo do Chafariz de Dentro
----------------	----------	------------------	------------------------------------

Características Físicas:

Passelo:

Faixa de Rodagem:

Material:

Estado de Conservação:

Material:

Estado de Conservação:

- (X) Calçada a portuguesa
 () Calçada a granito
 () Calçada a basalto
 () Misto
 (X) Outro

- () Bom
 (X) Razoável
 () Mau

- (X) Alcatrão/asfalto
 () Paralelepípedo
 () Misto
 () Outro

- () Bom
 (X) Razoável
 () Mau

Nível de Tráfego:

Rodoviário:

Pedonal:

- (X) Sim
 () Não

- (X) Sim
 () Não

Estacionamento:

- (X) Sim
 () Não

Mobiliário Urbano:

	Quantidade	Tipo	Est. Conservação
Sinalização	5	Placas em metal	Bom
Banco	3	Madeira	Mau
Mesas			
Cabines telefônicas			
Marcos correio			
Caixotes de lixo	1	Plástico	Razoável
Contentores de lixo			
Pilaretes	Existente	Metal	Bom
Esplanadas	3		Razoável
Iluminação pública	Existente	Candeleros e postes de iluminação	Bom
Papeleira	2	Metal e plástico	Bom
Hidrante de incêndio	1		
Parquímetro			

Obs:

As placas de sinalização são na sua maioria de sinalização de trânsito, poucas placas indicativas.

Data: 07 / 06 / 2009

Trecho:	E	Rua Nome:	Rua do Jardim do Tabaco
Características Físicas:			
Passelo:		Faixa de Rodagem:	
Material:	Estado de Conservação:	Material:	Estado de Conservação:
<input checked="" type="checkbox"/> Calçada a portuguesa <input type="checkbox"/> Calçada a granito <input type="checkbox"/> Calçada a basalto <input type="checkbox"/> Misto <input type="checkbox"/> Outro	<input type="checkbox"/> Bom <input checked="" type="checkbox"/> Razoável <input type="checkbox"/> Mau	<input checked="" type="checkbox"/> Alcatrão/asfalto <input type="checkbox"/> Paralelepípedo <input type="checkbox"/> Misto <input type="checkbox"/> Outro	<input type="checkbox"/> Bom <input checked="" type="checkbox"/> Razoável <input type="checkbox"/> Mau
Nível de Tráfego:			
Rodoviário:		Pedonal:	
<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Estacionamento:			
<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
Mobiliário Urbano:			
	Quantidade	Tipo	Est. Conservação
Sinalização	25	Placas em metal	Bom
Banco			
Mesas			
Cabines telefônicas			
Marcos correio			
Caixotes de lixo	5	Plástico	Razoável
Contentores de lixo			
Pilaretes	Existente	Metal	Bom
Esplanadas	2		Razoável
Iluminação pública	Existente	Candeleros e postes de iluminação	Bom
Papeleira	2	Metal e plástico	Bom
Hidrante de incêndio	2		
Parquímetro	3		
Obs: Alguns caixotes de lixo estão sem tampa.		Data: 07 / 06 / 2009	

ANEXO D – Programa de Investimento Prioritário em Ações de Reabilitação Urbana

Programa de Investimento Prioritário em acções de Reabilitação Urbana

A Câmara Municipal de Lisboa aprovou uma proposta para investimento em acções de reabilitação urbana no valor de 120 milhões de euros (2009/2012).

O financiamento está garantido?

Para retomar as obras paradas por falta de verbas, a Câmara de Lisboa assegurou já o financiamento, em condições favoráveis junto do BEI/HRU, BpI, CGD e DEXIA, garantindo que todas as obras previstas terão de facto princípio, meio e fim.

A que se destina o investimento?

O investimento destina-se à execução de cerca de 350 empreitadas para reabilitação de 293 edifícios e infraestruturas. Este investimento vai beneficiar directamente cerca de 880 pessoas e um conjunto alargado de empresas de construção civil, que se poderão incrementar no site da Câmara Municipal de Lisboa, para serem consultadas a quando do lançamento das empreitadas.

Que obras estão previstas?

Além da conclusão de obras inacabadas das mega-empreitadas em vários bairros históricos permitindo assim o regresso dos seus moradores, o investimento prevê:

- Reabilitação de edifícios municipais
- Recuperação de equipamentos sócio-culturais
- Reabilitação de 5 Bairros de Marvila (Lóios, Amendoeiras/Olival, Flamenga, Armador e Condado) e respectivos espaços públicos (Viver Marvila)
- Reabilitação de 58 escolas

Porquê agora?

Num momento difícil como o que vivemos hoje, um investimento como este traz ainda mais vantagens para toda a cidade. Vai beneficiar directamente a população da cidade e gerar emprego para cerca de 5000 pessoas, contribuindo assim para relançar a economia da cidade e travar a degradação do seu património.

O que falta para se concretizar?

Agora que a proposta foi aprovada pela Câmara, a execução destas acções está dependente da aprovação do programa de financiamento pela Assembleia Municipal de Lisboa.